



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-MEC  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO-PRPG  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS-CCHL  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA-  
PPGS**



**BININBA DJATA**

**DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU: um  
estudo a partir das narrativas das mulheres**

TERESINA  
2023

BININBA DJATA

DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU: um estudo a partir das narrativas das mulheres

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia

Orientadora: prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rossana Maria Marinho Albuquerque

Área de concentração: Processos, atores e desigualdades sociais

Linha de pesquisa: Gênero e geração

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Divisão de Representação da Informação

D623d Djata, Bininba.  
Desigualdade de gênero na política da Guiné-Bissau : um estudo a partir das narrativas da mulheres / Bininba Djata. – 2023.  
103 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Teresina, 2023.  
“Orientadora : Prof.<sup>a</sup> Dra. Rossana Maria Marinho Albuquerque.”

1. Gênero - Desigualdade. 2. Gênero na política. 3. Democracia guineense. 4. Narrativas das mulheres. I. Albuquerque, Rossana Maria Marinho . II. Título.

CDD 362.88

Bibliotecário: Gésio dos Santos Barros – CRB3/1469

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rossana Maria Marinho Albuquerque  
Orientadora – Presidente

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Rosângela de Souza  
Examinadora - Interno (UFPI)

---

Prof. Dr. Carlos Roberto Filadelfo de Aquino  
Examinador - Externo

**Defendida e Aprovada em:** \_\_\_\_/\_\_\_\_ de 2023

TERESINA - PI  
2023

## Agradecimento

Já não me lembro de quantas vezes fui me questionando, se conseguiria terminar o mestrado, eu, uma estudante estrangeira, sem bolsa e com uma filha para cuidar? Tudo parecia mais pesado e de muita responsabilidade, a vontade de desistir era enorme do que de ter o título de mestra. Mas, no meio desta frustração entre continuar ou desistir, encontrei um equilíbrio graças ao meu processo autoconhecimento e me dei conta de que desistir não era opção, mas sim ser resiliente, acreditar que tudo vai dar certo! E para mim é um privilégio ter chegado ao fim desse processo de mestrado.

Por isso, ser mestre para mim é muito significativo, não só pelo percurso acadêmico como também pelo meu fortalecimento para adequação aos novos desafios durante este percurso. Assim, começo agradecendo a mim mesma pela determinação e garra de ter concluído a dissertação, e isso não seria possível sem a proteção e forças vindas de Deus e dos meus ancestrais: sou grata! À minha família, de quem recebi provavelmente os melhores ensinamentos sobre a vida. À minha filha Nannyan Henyella, que está sempre ao meu lado desde o início deste percurso, obrigada por me fazer ser mãe!

Agradeço especialmente à minha orientadora, Rossana Maria Marinho Albuquerque, pela disponibilidade de me orientar, carinho e amizade, muito obrigada! Ao Micael Simões e às minhas irmãs Celeste Djata, Sira Djata e o meu irmão Augusto Djata que prontamente colaboraram e fizeram grandes esforços para que eu pudesse realizar o trabalho do campo, e serviram de intermediárias para solicitação das entrevistas. Sei que apesar da muita distância vocês estão presentes na minha vida e trajetória acadêmica: gratidão por tudo que fizeram para mim! Ao Reginaldo Umateb Santiago Neto e Policarpo Gomes pela leitura e correção do trabalho, meu muito obrigada!

E durante meus 6 anos aqui no Brasil construí uma das mais belas amizades-amigas de sempre! Não vos deixarei de agradecer, Daiana, Eleine, Liliane e Márcia. Agradeço pela construção dessa irmandade e por servirem sempre da minha rede de apoio.

Estendo esse agradecimento aos meus colegas de turma do mestrado, principalmente a Luciana pelo carinho, amizade e a nossa parceria durante as disciplinas do curso. Os meus sinceros agradecimentos vão igualmente para o programa de pós-graduação em Sociologia (PPGS-UFPI) pela vaga concedida e pela oportunidade, no decorrer deste percurso, de estudar com várias professoras(es) do programa; guardo comigo as aprendizagens e reitero a minha profunda gratidão pela partilha.

Agradeço à banca examinadora, na pessoa de prof. Carlos Roberto Filadelfo de Aquino, profa. Maria Rosângela de Souza e a profa. Francisca Verônica Cavalcante pelas contribuições feitas e caminhos apontados de acertos precisos do desenvolvimento deste trabalho.

Enfim, deixo a minha eterna gratidão às mulheres entrevistadas que suportam a dupla e dura experiência do protagonismo feminino num espaço convencional para homens.

## RESUMO:

Diante das desigualdades socioeconômicas e políticas entre os gêneros, este trabalho analisa a desigualdade de gênero na política da Guiné-Bissau após a abertura democrática, tendo como recorte temporal (1994-2019), período da primeira e das últimas eleições gerais. Diante disso, o trabalho buscou identificar os principais problemas que estão por trás da baixa representatividade feminina na política. Na primeira parte, o trabalho centrou-se na revisão teórica das principais autoras/es que abordam a problemática de gênero, política e a representatividade. E a segunda parte utilizou dos estudos empíricos a partir dos relatos das experiências das mulheres que atuam na política partidária candidatas ao cargo de deputada da Nação e que ocuparam cargos públicos no governo do país. Para isso, entrevistamos seis (6) mulheres, das quais três eram do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC); duas pertencem ao Partido da Renovação Social (PRS) e uma pertence ao Partido da Unidade Nacional (PUN); isso proporcionou uma reflexão crítica e ideológica em torno de diferentes perspectivas sobre a temática. O estudo centra-se no uso do método qualitativo através da sua técnica da revisão bibliográfica e análise documental que ocorreu por meio de livros, artigos, sites, relatórios nacionais e internacionais que se debruçaram sobre a temática e permitiram fazer coletas e análises de informação. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e análise documental a fim de entender a representatividade da figura feminina na política e nos altos cargos administrativos da Guiné-Bissau. A análise das entrevistas é feita a partir da abordagem das narrativas, a partir da qual são interpretadas as falas e experiências relatadas pelas mulheres na interlocução da pesquisa de campo.

**Palavras-chave:** Desigualdade; gênero na política; democracia guineense; narrativas das mulheres.

## ABSTRACT:

Given the socioeconomic and political inequalities between genders, this work analyzes gender inequality in Guinea-Bissau politics after the democratic opening, having as a time frame (1994-2019), period of the first and last general elections. Therefore, the work sought to identify the main problems that lie behind the low female representation in politics. In the first part, the work focused on the theoretical review of the main authors that address the issue of gender, politics and representativeness. And the second part used the empirical studies, from the reports of the experiences of women who are already in party politics, candidates for the position of deputy of the Nation and who occupied public positions in the government of the country. For this, we interviewed six (6) women, in which three were from the African Party for the Independence of Guinea-Bissau and Cape Verde (PAIGC); two belong to the Social Renewal Party (PRS) and one belongs to the National Unity Party (PUN) critical and ideological reflection around different perspectives on the subject. The study focuses on the use of the qualitative method through its technique of bibliographic review and documentar analysis that took place through books, articles, websites, national and international reports that focused on the subject and allowed collecting and analyzing information. Semi-structured interviews and documentary analysis were conducted in order to understand the representation of the female figure in politics and high administrative positions in Guinea-Bissau. The analysis of the interviews is made from the approach of the narratives, from which the speeches and experiences reported by the women in the interlocution of the field research are interpreted.

**Keywords:** Inequality; gender in politics; Guinean democracy; women's narratives

## RESMU:

Dianti di dizigualidadis socioeconômikas i pulítikas entri gêneru, es tarbadju na bai analisa dizigualidadi di gêneru na pulítika di Guiné-Bissau dipus di abertura di demokrasia, i tené suma rekorti di tempu (1994-2019), na data ki realizadu primeru i ultimu eleison geral. I pá kila, tarbadju na bai busca identifica kal ki purbulemas sta tras di puko participason di mindjeris na pulítika. Purmeru parti di tarbadju centra na revi teorias di otoris principal ku papia i é skirbi sobri purbulema di gêneru, pulítika i ku reprezentatividadi. Na segundu parti baziadu na xpriensia real na basi di konbersa ku alguns mindjeris ku sta na fasi pulítika partidária, kandidatas pá kargu di deputadu di Nasson i ku okupa tan dja algun cargu na governu di país. Pá kila nó ntrivista seis (6) mindjeris, entri elis, tris i di partidu africanu pá independensia di Guiné-Bissau ku Cabo Verde (PAIGC); dus pertensi Partidu di Renovason Social (PRS) i un di Partidu di Unidade Nacional. I es konbersas djudanu pensa diritu i tené un krítica ben forti sobri diferentes opinions di es tema. Estudu uza métudu kualitativu atraves di téknica di revi bibliografia i di analiza ducumentus suma: librus, artigus, saitis, relatórius ku tá papia sobri dominason tema, es ducumentus pirmitinu koleta informason i di ntindi kiston di reprezentanti atividadi di mindjeris na pulítika ku altus kargus administratibus na Guiné-Bissau. Análizi di ntrevista fasidu na bazi di abordagen di narratibas, i na bazi di kila ku no nterpreta falas i experiensias ku papiadu pa mindjeris ku participa di es piskiza di kampu.

**Palabras tchabis:** Dizigualidadi; gêneru na pulítika; dimokrasia guinense; narratibas di mindjeris.



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ANEME – Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas ANP – Assembleia Nacional Popular

BHU – Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades

CEDAW – Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CNE – Comissão Nacional de Eleições

LGDH – Liga Guineense dos Direitos Humanos

MIGLAN – Mindjeris di Guiné no Lanta

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIGC – Partido Africano para Independência da Guiné e Caba Verde

PPGS/UFPI – Programa de Pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal do Piauí

PPM – Plataforma Política das Mulheres

PRS – Partido da Renovação Social

PUN – Partido da Unidade Nacional

PUND – Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento

RIMA – Rede Internacional das Mulheres Africanas na UNILAB

UEMOA – União Económica e Monetária do Oeste Africano

UDEMU – União Democrática das Mulheres da Guiné-Bissau

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

UNIOGBIS – Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz em Guiné-Bissau

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....</b>	<b>8</b>
2.1.Trajetória da pesquisadora.....	8
2.2 A discussão teórica sobre gênero.....	12
2.3.Procedimentos metodológicos: trabalho de campo.....	21
2.4.Técnicas de coleta de dados.....	23
<b>3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU E DO CAMPO POLÍTICO E DEMOCRÁTICO.....</b>	<b>25</b>
3.1 Contextualizando a Guiné-Bissau.....	25
3.2 Mulheres e as suas atribuições nos poderes Tradicionais.....	42
3.3 Aspecto político: consolidação do Estado Nação Democrático.....	47
3.4 Visão geral sobre a representatividade política: o caso da Guiné-Bissau.....	54
<b>4 DISCUTINDO GÊNERO NA GUINÉ-BISSAU: O QUE SIGNIFICA SER UMA MULHER NO CONTEXTO POLÍTICO GUINEENSE PÓS-ABERTURA DEMOCRÁTICA.....</b>	<b>58</b>
4.1 Gênero e representação política das mulheres na Guiné Bissau após-abertura democrática.....	58
4.2 Mulher na política guineense: relatos de experiências e suas intersecções.....	65
4.2.1.Nelvina Barreto: “Tudo nos trava” .....	69
4.2.2.Maendesa.....	72
4.2.3.Monica B. da Costa.....	74
4.2.4.Teodora Inácia Gomes: .....	78
4.2.5.Bloni Na N'tamba Nhasse.....	80
4.2.6.Dan Iala N' canha Baranção.....	83
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>89</b>
<b>6 BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>93</b>

## 1.INTRODUÇÃO

Este trabalho, intitulado “Desigualdade de gênero na política de Guiné-Bissau: um estudo a partir das narrativas de mulheres” tem como proposta analisar as desigualdades de gênero na política da Guiné Bissau após a abertura democrática (1994 -2019). Este período foi delimitado pelo ano em que foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias (1994) até às últimas eleições gerais (2019), visando refletir sobre principais impasses que impedem a maioria das mulheres de chegar aos altos cargos administrativos e políticos do país, visando também analisar os lugares ocupados por algumas delas dentro destas estruturas.

O ano de 1994 marca o início do ressurgimento da segunda república da Guiné-Bissau, ano que deu término ao regime do partido único que vigorava no país após a independência. Acima de tudo, houve mudanças discursivas a respeito do fundamento de novo Estado Nacional da sociedade guineense no que diz respeito à adesão à democracia liberal, revestida de novos discursos que direcionam para política étnica no Estado guineense (CANDE MONTEIRO, 2013). Isso porque, antes, o país vivia num regime do partido único depois da sua proclamação da independência 1973, fato que perdurou até aos anos 90.

Desde 1915, o país conhecido atualmente como a Guiné-Bissau era colônia de Portugal, mas a população local nunca deixou de reagir à presença portuguesa no território; diversas estratégias foram utilizadas para neutralizar esse desejo dos portugueses (TEIXEIRA, 2015). Depois de várias lutas, em 1973, o país tornou-se independente deste regime colonial, mas o mesmo foi reconhecido pelos portugueses só em 1994, um ano depois da sua proclamação no território - a Guiné-Bissau, ou seja, a proclamação unilateral se deu em 1973 e o reconhecimento do colonizador/invasor em 1974.

Priorizei para análise deste trabalho a compreensão da atuação política das mulheres dentro da lógica da nova república guineense, idealizada na base da distribuição dos poderes de forma igualitária. É necessário ressaltar que este trabalho não tem a intenção de abordar todo conteúdo, visto que é um assunto muito vasto e complexo, que pode ser tratado em perspectivas diferentes. O meu interesse consiste em analisar a partir de um perfil específico: as mulheres que fazem a política partidária desde a perspectiva descolonial para compreender o processo da constituição e da afirmação da mulher guineense dentro deste cenário.

Na Guiné-Bissau, a divisão de trabalho nas comunidades em tempos passados fazia-se tanto por meio do gênero quanto por idade. As mulheres casadas executavam uma tarefa diferente das meninas. Homens casados tinham as suas tarefas, assim como os rapazes. Por

vezes o grupo dos mais novos era orientado pelos mais velhos em tarefas específicas, como a lavoura, a cobertura das casas, entre outras. Assim, sempre se distinguiram os grupos femininos dos masculinos, que podem juntar-se em certas cerimônias comunitárias. (SEMEDO, 2010, p.124-125).

Assim, este trabalho partiu de alguns objetivos específicos: entender como ocorreu o início da participação política e partidária das mulheres na Guiné-Bissau; analisar a participação feminina e o papel das mulheres na política da Guiné-Bissau; compreender as assimetrias da desigualdade de gênero na política guineense; analisar os cargos ocupados por mulheres na gestão pública e política da Guiné-Bissau — e quais as alegrias e tristezas<sup>1</sup> ela(s) encontrou/encontraram como mulher(es) nesse processo; por fim, compreender a atuação política dessas mulheres dentro de diferentes instâncias do poder.

A escolha deste tema de pesquisa justifica-se, em primeiro lugar, por motivos estruturais da desigualdade de gênero na política, que é um fenômeno que atinge negativamente a maioria das mulheres do mundo, reflexo de uma educação secular que hierarquiza e dicotomiza os espaços públicos e privados relegando às mulheres o segundo. Eu fui educada baseada nessa lógica androcêntrica de olhar uma figura masculina como um ser superior a mim, a quem devo sempre a obediência, e a maioria das mulheres tendem a pensar dessa forma — o que cria impacto negativo na nossa afirmação enquanto sujeitos nos espaços públicos.

Em segundo lugar, a política da Guiné-Bissau é marcada por uma cultura de matchundadi, que maximiza o poder do Estado e sub-representa a figura feminina nesses espaços, baseadas na ideia de que as mulheres não nasceram para governar: essa forma de pensar foi cristalizada no próprio imaginário dos guineenses.

Diante do objetivo da pesquisa, me interessa compreender como acontece a ascensão feminina de forma desigual nesse território, a partir dos relatos das mulheres que já estão nesses espaços políticos e de entender também o início das suas participações na política partidária. Para isso, estruturei algumas questões que visam mapear a problemática de desigualdade de gênero na política guineense.

Assim, procurou-se entender como aconteceu o início na participação política e partidária das mulheres na Guiné-Bissau; analisar a participação feminina e o papel das mulheres na política da Guiné-Bissau; compreender a assimetria da desigualdade de gênero na política guineense; analisar os cargos ocupados por mulheres na gestão pública e política da

---

<sup>1</sup> Um estudo a partir da Sociologia das emoções seria interessante para uma investigação mais apurada dessa dimensão, mas pelo meu recorte, não deu tempo de debruçar mais sobre esta questão.

Guiné- Bissau — e quais as alegrias e tristezas elas encontram como mulheres nesse processo. Por fim, ambiciono compreender se atuação política dessas mulheres deixa legados para outras mulheres/meninas ou se contribui para estimular a igualdade de gênero na política guineense — assim como para poder compreender como se expressa o machismo na estrutura estatal deste país, bem como vislumbrar os possíveis caminhos que a Guiné-Bissau pode seguir para que mais meninas/mulheres se engajem na política partidária e em outras instâncias de tomada de decisões.

Estas inquietações, que serão respondidas ao longo do texto (ao menos em parte), nos facilitam a compreensão da forma como o machismo se expressa na estrutura estatal da Guiné-Bissau e quais os possíveis caminhos o país deve seguir para que mais meninas e mulheres se engajem na política partidária e em outras instâncias de tomada de decisões. Como o trabalho é fruto de uma trajetória individual e acadêmica, posso dizer que, no âmbito acadêmico, esta pesquisa servirá de suporte bibliográfico para produções acadêmicas ligadas a essa temática e contribuirá também para compreensão política das mulheres guineenses, proporcionando reflexões e debates a respeito do assunto.

Estruturalmente, o trabalho está dividido em três capítulos, além da Introdução e Considerações Finais. No primeiro capítulo, trago reflexões sobre trajetória pessoal e acadêmica da pesquisadora e das discussões teóricas sobre o gênero; falo também do procedimento metodológico da construção desta pesquisa e dos desafios encontrados e diálogos estabelecidos entre interlocutores e a própria pesquisadora.

No segundo capítulo são apresentadas as características gerais do território nacional da Guiné-Bissau, bem como o percurso da construção e da consolidação do seu Estado-Nação. Em suas seções, é apresentado de forma sucinta o papel das mulheres dentro da estrutura tradicional e a visão geral sobre a representatividade política na Guiné-Bissau.

No terceiro capítulo, falo do significado de ser mulher dentro do contexto político guineense após abertura democrática, trazendo narrativas de seis mulheres dentro de diferentes estruturas partidárias do país e as suas interseções. Por fim, nas considerações finais, são retomados os principais pontos discutidos na seção anterior e uma síntese das conclusões obtidas.

## 2. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste capítulo, apresento uma pequena trajetória sobre mim — autora desta dissertação. Acredito que seja necessário me situar sobre o meu lugar de fala e de onde partiu meu interesse para essa temática enquanto pesquisadora guineense residente no Brasil. Também faço a discussão teórica sobre o gênero, falando neste capítulo como aconteceu o procedimento do trabalho do campo.

### 2.1. Trajetória acadêmica da pesquisadora

Eu, Bininba Djata de 28 anos, nasci em 1994, cresci no centro da cidade de Bissau, formada em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU), pela Universidade da Integração Internacional da lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e atualmente estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade federal do Piauí (PPGSUFPI).

Vim duma família humilde, o meu pai — Tchabú Djata, foi militar de carreira e Combatente da Liberdade da Pátria e alto oficial do Ministério do Interior da Guiné-Bissau — Brigadeiro/major General (falecido em 2017), minha mãe — San-bá Sambú, dona de casa e que faz seus pequenos empreendimentos (ainda viva com 60 anos) e a minha madrasta — Dan na N'pala, combatente da liberdade da pátria, dona de casa e faz também seus pequenos empreendimentos (ainda viva, com 70 anos).

Como dá para perceber, a minha família é muito grande. O meu pai se casou com duas mulheres de acordo com a norma e costumes da nossa etnia-Mansoanca, em que é permitida uma união em que o homem se casa com duas ou mais mulheres, e convivem juntos na mesma casa ou morança (aldeia). Quando falo aqui das mães, estou me referindo a minha mãe biológica e outra cumbosa da minha mãe (minha madrasta).

Vale salientar que todas as filhas\os do meu pai consideram estas duas mulheres como a mãe e as chamamos de *mamã garandi* e *mamã piqininu*<sup>2</sup>. Meu pai e as minhas mães viviam em diferentes tabancas do interior da Empada — setor e da região de quinara na zona Sul da Guiné-Bissau. E quando se casaram o meu pai mudaram para a tabanca dele — chamado de

---

<sup>2</sup> A primeira *mamã garandi*, significa mãe grande — que refere a primeira mulher do meu pai e a segunda *mamã piqininu*, significa mãe pequeno - que refere a segunda esposa, nesse caso, a minha mãe biológica. Elas não tiveram oportunidade de ir para escola e nem de serem alfabetizadas, porém, são mulheres incríveis que carregam com elas a sabedoria e conhecimentos transmitidos pela oralidade.

San Miguel (não tenho muitas informações sobre tal, e fui lá apenas uma vez e com 3 anos de idade, o motivo da ida foi ocasionado pela guerra civil de 7 de julho de 1998). Eu não tive privilégio de conhecer avós\vós paternos (morreram quando eu era pequena), só conheci a minha avó materna — mãe da minha mãe biológica, ela está viva ainda.

Depois da conquista da independência, o meu pai se mudou com toda a sua família para Bissau, capital do país, porque desempenhava algumas funções no Estado do país. Então a educação que eu tive advém dessa grande família que incluía o meu pai, minhas mães, meus irmãos\as e primos, sobrinhas\os. Convivemos juntos com a maioria destes membros na nossa casa em Bairro de Ajuda, chamada pelos membros da família “*di casa garandi*” (casa grande). Foi lá que passei toda a minha infância e adolescência. Desde pequena os meus pais e meus irmãos e primos mais velhos nos incentivaram, sobretudo nós meninas, a trilhar os caminhos escolares: viam a escola como a melhor forma para ascensão social e para a nossa independência financeira.

Cresci dentro dessa família carinhosa e protetora, porém com valores patriarcais. Na medida em que eu crescia algumas atitudes dentro e fora da nossa casa me chamava atenção: na nossa casa, só as meninas que faziam os trabalhos domésticos: cozinhar, fazer faxina, ir ao mercado, etc. Os meninos não faziam nada de tarefas domésticas, mesmo quando estávamos ocupadas, ninguém ajudava! Porque é naturalizado que são trabalhos apenas para meninas. Lembrei-me que a minha mãe colocava o meu irmão caçula para fazer alguns trabalhos domésticos. E não demorou muito os meus irmãos proibiram, alegando que existem várias meninas em casa e ele é um menino, não pode desempenhar aquela função; esse comportamento também se aplica nas vizinhanças. Outra coisa também que aprendi na minha família é ficar em silêncio, mesmo que algo lhe incomode ou não seja bom, porque quem tem o poder de decisão são os mais velhos, e essa norma se aplica para ambos gêneros.

Ficava incomoda e ao mesmo tempo não via as soluções para tal. A minha visão sobre o homem era baseada na imagem de uma pessoa dominante, responsável principal pela renda familiar, excluídos dos trabalhos domésticos e dos cuidados dos filhos/as (UNMUBIG, 2007). No entanto, durante todo o meu percurso escolar do ensino fundamental e médio só tive uma menina que foi eleita na minha sala como chefe de turma, no meu último ano do ensino médio, e todos os outros anos as meninas ocupavam apenas o papel de chefe de higiene.

Compreendia que as meninas, incluindo eu, participavam menos nas discussões das aulas, no sentido de dar suas opiniões em matérias das disciplinas, e a chamada oral era a pior desgraça para nós, porém, com a maioria dos meninos apresentava o comportamento diferente: eram destemidos, se alegraram para estar na frente para fazer a chamada oral a fim de ostentar

de que caiu bem ou tirou a melhor nota. Eu até me convencia de que na verdade os homens tinham mais habilidades para falar ao público e ocupar certas funções de liderança.

Durante minha adolescência eu era uma menina muito tímida, muitas das vezes ameacei a minha individualidade para caber nas expectativas dos outros e vivi mais a dependência do que a liberdade, o que me fazia querer proteção e cuidado na outra pessoa. Isto vai se constituir um dos primeiros desafios que tive que enfrentar quando vim estudar aqui na diáspora.

Em 2016, tive o privilégio de vir estudar o ensino superior aqui no Brasil – através de um processo seletivo feito na embaixada do Brasil/Bissau. E fui selecionada para ingressar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/CE), situada no interior de Fortaleza — Maciço de Baturité, no município de Acarape e Redenção, para vaga do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades.

Desde que eu soube que ia vir para o Brasil fiquei muito triste porque vai ser a minha primeira viagem de muita duração longe da família — eu era muito dependente dos meus pais e irmãos, isso me dava medo e angústia de como viver longe das pessoas das quais eu me sentia mais protegida! Por outro lado, estava feliz porque o meu sonho desde ensino fundamental é estudar fora do país, seja qual for. Ao chegar no Brasil, eu me deparei com grandes desafios:

a) Dependência emocional, necessitava sempre de alguém para pedir opiniões, aprovação de algo e não tinha, era apenas eu mais eu; b) Saudade da família e das amigas chorava muito quando esse sentimento vier à tona; c) É o processo de adaptação da nova cidade, que a princípio era de indignação porque pensava que íamos para o Brasil das novelas/maravilhas — de grandes urbanizações, e de prédios arranha-céus, de praias, etc.

Ao contrário disso, o município de Redenção\Ceará, não tinha nenhuma dessas coisas que eu imaginava ver e que via nos canais televisivos do Brasil. Mas deparamos com um nível de racismo e xenofobia contra estudantes africanas/os muito grandes. A comunidade local, na sua maioria, entendia que a maioria dos estudantes africanos foram para lá a fim de roubarem os privilégios e direitos deles.

Estou falando duma cidade (Redenção) com forte impacto do processo de escravidão e foi a primeira cidade do Brasil a libertar todos os seus escravos, talvez isso estivesse ligado a essas atitudes aversivas contra nós, estudantes africanas, uma vez que os povos africanos eram escravizados e consideradas como não humanos. d) O processo da socialização na turma: com alunos e professores brasileiros. Contudo, a UNILAB integra os estudantes africanos de diferentes países que falam a língua portuguesa, mas existem variedades em forma de sua pronúncia e escrita. E na Guiné-Bissau temos a nossa pronúncia própria e o processo da escrita



se assemelha com o português de Portugal, aliás, a gramática usada na escrita é do português do Portugal, de modo que precisava me esforçar muito para me adequar à norma Brasileira.

O tema proposto neste trabalho foi fruto de uma experiência individual e acadêmica, logo no meu segundo semestre no curso de graduação Interdisciplinar em Humanidades, tive contato com disciplinas que discutem a problemática de gênero, com as quais me identifiquei bastante; passei a ler os livros, artigos que tratam do assunto e participar em eventos universitários afins. E a Rede Internacional das mulheres Africanas na UNILAB (RIMA) da qual faço parte me ajudou bastante e reforçou a compreensão da construção do gênero e como também de ter uma capacidade crítica/reflexiva em torno da sua desconstrução. Nos nossos encontros discutíamos o conceito de gênero em suas várias perspectivas. Nesse esforço, compreendi que a identidade de gênero não é uma coisa natural, nem universal, mas sim construções sociais que se variam de acordo com sociedades.

Tive interesse em querer saber mais sobre as questões de gêneros, desigualdades sociais e políticas nos países africanos, especialmente Guiné-Bissau. Assim, escolhi como o tema “a desigualdade de gênero na política da Guiné-Bissau após abertura da democracia”, para conclusão do curso de Bacharel em Interdisciplinar em Humanidades (BHU). No mestrado estou seguindo com a mesma temática, porque no BHU, era apenas um projeto e agora estou ampliando as discussões que incluem o trabalho de campo ficando assim: “Desigualdade De Gênero Na Política Da Guiné-Bissau: relato a partir de experiências de mulheres”.

A confirmação do interesse está carregada na minha condição de mulher enquanto cidadã e vítima de uma educação estrutural patriarcal, preocupada com problemas de sub-representação e a invisibilidade das mulheres e meninas no processo da tomada de decisões e os possíveis caminhos a se recorrer para sua emancipação. Para ECO, (1932\2016, p.54), “o bom pesquisador é aquele que é capaz de entrar numa biblioteca sem ter a mínima ideia sobre um tema e sair dali sabendo um pouco mais sobre ele”, assim se deu essa contínua aventura pela busca de apreender mais um pouco.

## **2.2.A discussão teórica sobre gênero**

O debate em torno de gênero encontra-se em diversos aspectos socioculturais da nossa sociedade e quase em todas as áreas de conhecimento; dedica-se à busca, reflexões e compreensão sobre as construções culturais assimétricas entre homens e mulheres. Então, o gênero se torna fundamental porque permitiu pensar o deslocamento de diferentes identidades, das quais a categoria o sexo não conseguiu dar conta. Na procura de um debate mais caloroso,

importa-nos compreender, enquanto estudiosos, a origem e impacto dos estudos de gêneros. Para tal, propomos fazer análise a partir das teorias feministas que projetaram e teorizaram as principais respostas e resistências sobre este fenômeno.

A problemática sobre o gênero começa a ter mais impacto através da organização do movimento social feminista no ocidente nos meados do século XIX, denominada por “sufragismo” — reivindicava-se o direito de estender o voto às mulheres, assim como a desconstrução da estrutura patriarcal que restringia o espaço das mulheres no âmbito públicos, e de ter acesso as determinadas profissões. Esse movimento viria a ser reconhecido pela história de luta das mulheres como a “primeira onda feminista”. A Segunda Onda iniciou-se no final do século XX. Nessa altura, as preocupações dos movimentos feministas estenderam-se para além dos problemas sociais e políticos. As feministas deste século vão estender o debate no âmbito acadêmico e na construção das suas próprias ciências no mundo acadêmico, trazendo à tona a invisibilidade das mulheres no interior das universidades (LOURO, 1997).

Portanto, a partir dos anos 1990 vai surgir o novo movimento feminista denominada “terceira onda”; o “feminismo negro” vai se refletir e criticar a universalização da categoria da “mulher”. Segundo essa teoria, as mulheres são diversas e têm demandas específicas; refletia-se, sobretudo, sobre o privilégio das mulheres brancas dentro duma sociedade de classe, racista e patriarcal.

A historiadora estadunidense Gerda Lerner, na sua bela obra sobre “a criação do patriarcado” propôs uma visão histórica e mais aprofundada da origem do patriarcado — ocorreu a partir dos mitos, religiões e símbolos e até da própria ciência, que foram criados para representação do mundo e codificação de relações sociais. No entanto, a figura das mulheres aparece associada à margem da criação da história e da civilização — isso afetou drasticamente as concepções de mulheres e homens —, o que influenciará a forma como a mulher é vista, compreendida e tratada sobretudo quanto à sua função reprodutiva, transformada em mercadoria conforme o interesse masculino (LERNER, 2019).

Ainda para a autora, o sistema patriarcal é uma construção histórica que retrata as mulheres como seres que não tinham história; e, se não tinham história, não tinham alternativa para o futuro. “A negação às mulheres de sua história reforçou a aceitação da ideologia do patriarcado e enfraqueceu a noção de valor próprio da mulher individualmente. E a versão masculina da história, legitimada como a “verdade universal” (LERNER, 2019, p.304).

Para Gerda Lerner (2019, p. 321), “o gênero é uma fantasia, uma máscara, uma camisa de força com a qual homens e mulheres dançam sua dança desigual”. Na perspectiva da Donna Haraway, (1995, p.29) o “gênero é um campo de diferença estruturada e estruturante, no qual

as tonalidades de localização extrema, do corpo intimamente pessoal e individualizado, vibram no mesmo campo com as emissões globais de alta tensão”.

Para mim, o gênero é um conjunto de características sobre as quais os seres humanos constroem as suas próprias identidades, a partir dos papéis designados socialmente como de masculino e feminino. Para Joan Scott, o uso de gênero como uma categoria de análise de relações sociais iniciou-se no final do século XX, com feministas norte-americanas, com o intuito de enfatizar o caráter social das distinções baseadas no sexo ou diferença sexual. A palavra indicava uma rejeição ao que era determinado em termos biológicos para distinguir o sexo masculino e o feminino (SCOTT, 1985). Ainda de acordo com a autora, o gênero possui duplo significado e requer uma análise diferenciada: primeiro como produto da construção de relações sociais baseadas na diferenciação existentes entre os sexos e segundo, como uma forma de significar e teorizar as relações de poder.

A assertiva exposta acima leva-nos a compreender que o sexo é um algo biológico, enquanto o gênero é social. Sendo social, ele descreve aquilo que deve ser, não aquilo que você é. E o gênero como uma categoria social se retroalimenta dentro das construções culturais, criando assim papéis determinados para homens e mulheres. Essas ideologias são construídas nas diferentes sociedades de acordo com suas culturas e são passíveis de mudanças.

Nas palavras de Gerda Lerner (2019, p.45),

(...) Atributos sexuais são fatos biológicos, mas gênero é produto de um processo histórico. O fato de mulheres terem filhos ocorre em razão do sexo; o fato de mulheres cuidarem dos filhos ocorre em razão do gênero, uma construção social. É o gênero que vem sendo o principal responsável por determinar o lugar das mulheres na sociedade.

Na mesma perspectiva Heleieth Saffioti coloca que através dos processos educativos as pessoas vão se constituindo como homens e mulheres. Portanto, a identidade social é socialmente construída a partir das ideologias assimétricas que naturalizam os papéis designados para masculino (superior) e feminino (inferior). Argumentos científicos não foram capazes de provar essas assimetrias compreendidas entre esses dois gêneros— recorreram assim aos argumentos biológicos para justificar este fenômeno (SAFFIOTI,1987). “Logo, a construção social da supremacia masculina exige a construção social da subordinação feminina. Mulher dócil e a contrapartida de homem macho. Mulher frágil é a contraparte de macho forte. Mulher emotiva e a outra metade de homem racional”. [...] (SAFFIOTI, 1987 p.29).

O gênero é uma forma específica de corporificação social e a sua característica distintiva refere-se às estruturas corporais e os processos ligados à reprodução da espécie, envolvendo

várias práticas da vida social humana. E reconhecer a corporificação social possibilita uma nova visão sobre a relação entre os corpos e as mudanças no gênero (CONNELL; PEARSE, 2015, p.117). Nessas configurações, as corporificações acabam por impactar as padronizações sociais de papéis destinados aos gêneros masculino e feminino, criando sempre as estruturas que controlam e regulamentam o comportamento feminino e conseqüentemente causam a dominação da mulher pelo homem.

Em um diálogo com a obra da escritora feminista Simone de Beauvoir (1967), compreende-se que os aspectos biológicos, psíquicos e econômicos não são essência da definição da forma que a feminilidade humana se assume no seio da sociedade; mas é o conjunto da civilização que elabora esse produto e vai se delimitando a partir da assimetria entre o macho e fêmea. E nessa imanência que outrem pode constituir um indivíduo como um “outro”.

Beauvoir (1967, p.9), assevera que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Ou seja, ser mulher não é uma ascendência, mas vai se constituindo como mulher por meios de práticas de socialização durante a sua existência. Na mesma perspectiva que Connell e Pearse (2015) compreendem que a coalizão de gênero se encontra num conjunto de relações sociais, ou seja, uma estrutura social. Por exemplo, as estruturas patriarcal, religiosa, política, de comunicação, o poder dos maridos sobre as esposas e dos pais/irmãos sobre suas filhas/irmãs. Para as autoras, ser homem ou uma mulher não é um estado predeterminado, mas é um processo contínuo da construção.

Assim, não se pode pensar o ser homem ou mulher a partir duma conotação fixada pela natureza. E muito menos pensá-los a partir duma imposição externa realizada por meios de normas sociais ou da coerção, uma vez que as pessoas dão significados e constroem as próprias vidas baseadas nas escolhas (CONNELL; PEARSE, 2015). Nessa acepção, o gênero pode ser compreendido como uma categoria fluida, que se encontra em várias instâncias da organização da vida social e como na família. Sendo assim, o gênero é apenas uma das dimensões das desigualdades sociais que nós mulheres vivenciamos.

A noção de patriarcado universal colocado pelas primeiras teorias feministas tem sido criticada pelo seu fracasso de explicar a opressão de gênero. Sobretudo pelo seu caráter pretensioso de englobar as culturas não ocidentais dentro da interpretação europeia a fim de reforçar a ideologia da “sororidade” feminista na luta contra a opressão estrutural das mulheres (BUTLER, 2003). Os movimentos feministas formularam uma identidade comum para as mulheres baseado no determinismo biológico, mesmo que tenham procurado essencializar e particularizar a avaliação das experiências das mulheres de acordo com o lugar e tempo (SCOTT, 2012). No entanto, os principais fundamentos do movimento feminista são paradoxais

em relação suas pautas por não compreenderem que a categoria da mulher- sujeitos femininos é produzida e reprimida dentro duma estrutura de poder nas quais se busca a sua própria emancipação:

[...]Não há dúvida, a fragmentação no interior do feminismo e a oposição paradoxal ao feminismo- por parte de “mulheres” que o feminismo afirma representar- sugerem os limites necessários da política de identidade. A sugestão de que o feminismo pode buscar representação mais ampla para o sujeito que ele constrói gera a consequência irônica de que os objetivos feministas correm risco de fracassar, justamente em função de sua recusa a levar em conta os poderes constitutivos de suas próprias reivindicações representacionais. Fazer apelos à categoria das mulheres, em nome de propósitos meramente "estratégicos", não resolve nada, pois nas estratégias sempre têm significados que extrapolam os propósitos a que se destinam. Nesse caso, a própria exclusão pode restringir como tal um significado intencional, mas que tem consequências. Por sua conformação às exigências da política representacional de que o feminismo articule um sujeito estável, o feminismo abre assim a guarda a acusações de deturpação cabal da representação. (BUTLER, 2003, p.22).

A autora critica não apenas os fundamentos epistemológicos eurocêntricos e universalistas que norteiam a perspectiva do movimento feminista, como também seu caráter acrítico na aceitação do sexo como essência natural e gênero como a construção social\cultural da identidade masculina e feminina, porque para ela existem várias identidades que transcendem o gênero de ser mulher e do ser homem, e o próprio sexo também é uma construção social e cultural.

Nas palavras da Judith Butler (2003, p. 25);

[...]” Se o caráter imutável do sexo é contestável. talvez o próprio construto “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e o gênero revela-se absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos estão estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo\cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. [...]

Nessa acepção, entende-se que tanto o conceito do gênero quanto do sexo devem ser problematizados, uma vez que são dispositivos criados a partir duma relação do poder e transmitido ao longo dos séculos duma forma cristalizada.

Na obra denominada “Usos e abusos do gênero” (2012), Joan Scott argumenta que não há uso ordinário para a definição do conceito de gênero, porque ele em si é um de debate político

intenso: sua definição dependerá de quem usa a palavra, em qual contexto e para qual finalidade. E, contudo, o gênero continua sendo o instrumento usado por várias organizações internacionais, governos locais e diferentes ONGs para diagnosticar e abolir a desigualdade naturalizada entre os homens e mulheres baseada na diferenciação sexual (SCOTT, 2012).

Segundo a autora, “gênero é a lente de percepção através do qual, nós ensinamos os significados de macho/fêmea, masculino/feminino” (SCOTT, 2012 p.332). Ou ainda, também: “gênero é um lugar perpétuo para a contestação política, um dos locais para a implantação do conhecimento pelos interesses do poder” (2012, p.346).

E devido a incompletude da compreensão das outras desigualdades e sobretudo a respeito das mulheres não brancas, surgem teorias descoloniais contemporâneas para elucidar a inadequação dessa categoria na explicação e na perpetuação das desigualdades sociais no mundo. Ampliaram essas discussões nas dimensões de raça, etnia e classe (dentre outras categorias), a fim de compreender como é que essas categorias se interconectam nas relações de poder e das opressões. As teorias do gênero a partir de um pensamento descolonial e interseccional podem ser compreendidas a partir das escritoras estadunidenses, africanas e latinoamericanas, como Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, Maria Lugones, Carla Akotirene, bell hooks, Paulina Chiziane, Chimamanda Ngozi Adichie, Alice Walker, Sueli Carneiro, Patrícia Godinho Gomes, Nah Dove, dentre outras autoras que colocam em questionamento as teorias e discursos ocidentais sobre a problemática de gênero.

Cientes das relações de poder e das ideologias que envolvem o processo de produção do conhecimento e seus efeitos na perpetuação da dominação epistêmica, alguns escritores africanos decidiram elaborar propostas teóricas ecléticas e abrangentes para analisar as questões de gênero no continente africano. As suas propostas teóricas buscam denunciar a limitação interpretativa e a distorção da realidade desencadeadas pelas abordagens feministas ocidentais eurocêntricas. Além disso, procuram, de maneira interseccional, lutar contra o racismo, a opressão, a exploração capitalista, a desigualdade de gênero e as tendências, por vezes, racistas do feminismo ocidental (CAOMIQUE, 2021, p.14).

A assertiva acima exposta faz alusão ao impacto negativo que importações de algumas ideologias e conceitos ocidentais podem acarretar na compreensão sobre as realidades não ocidentais e até mesmo na reprodução dos discursos em torno da ideologia do gênero. A “violência sexual colonial é, também, o ‘cimento’ de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades” (CARNEIRO, 2020 p.1).

As abordagens teóricas ocidentais em torno do feminismo colocam as mulheres numa condição de invisíveis. Grada Kilomba em seu livro “Memórias da Plantação” deixou bem

explícito de que “o feminismo branco é sobre sexismo, não sobre racismo” (KILOMBA, 2019, p.102). Em sua escrita, Kilomba utiliza a metáfora da “máscara” para ilustrar o impacto do silenciamento que o colonialismo causou nas populações negras.

No entanto, não seria cabível conceituar o gênero como único ponto de partida da opressão (o processo de escravidão e do colonialismo atingiu negativamente tanto mulheres quanto homens negros numa forma conjunta) e, ao incluir só isso, as teorias feministas ignoram o fato de que as mulheres negras são tão oprimidas pelo racismo institucionalizado dos homens brancos quanto pelo das mulheres brancas (KILOMBA, 2019).

É necessário enegrecer o feminismo porque as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada, que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem difundido. Nesse sentido, é preciso trazer novos contornos dentro da política feminista que articule a questão de opressão de raça quanto do gênero (CARNEIRO, 2020). A autora defende também que o feminismo ocidental estabeleceu a sua hegemonia do gênero e ela tem sido aplicada para integrar e determinar as experiências das opressões das mulheres não brancas e pobres de todas as partes do mundo, anulando assim as diversidades existentes.

Não obstante, as mulheres negras fazem parte do continente em que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas como vendedoras, dentre outras funções nas quais faz sentido o enquadramento da ideologia feminista quanto à questão de trabalhar fora de casa.

O ideário da sororidade proposta pelo feminismo Ocidental no sentido de universalidade das lutas de mulheres de todo o mundo — como irmãs/com mesmos objetivos é incoerente com a realidade porque não existe uma cumplicidade e nem sororidade entre mulheres negras e brancas: o que existe é uma hierarquia racial. Portanto, ao universalizar essas lutas, realidades, reivindicações e preocupações de mulheres negras tornam-se específicas e ilegítimas, enquanto as experiências das mulheres brancas prevalecem como universais e legítimas (KILOMBA, 2019). Ou seja, como dizia a bell hooks (2020, p.90) “priorizar o gênero significou que mulheres brancas podiam assumir o palco, dizer que o movimento era delas, mesmo ao convocar todas as mulheres para aderir”.

Para Oyèwùmí (2021), o significado da “mulher” como uma categoria social não existia em comunidades iorubás antes da instalação de noções ocidentais nessa cultura. O corpo não era visto como base de papéis sociais, inclusões ou exclusões e nem foi o fundamento do pensamento e da identidade social de iorubá. Entretanto, a realidade da cultura iorubá não é diversa, nem se diferencia das outras realidades africanas porque a realidade que permeia essas sociedades é baseada nas relações e fatos sociais e não biológicos. E o papel da maternidade

transcende as relações de gênero e sanguíneas; ou seja, não se limita às mães/mulheres, mesmo nas condições contemporâneas (DOVE, 1998).

“Os meros fatos biológicos da gravidez e parto importam apenas em relação à procriação, como deve ser. Fatos biológicos não determinam quem se torna monarca ou quem pode negociar no mercado” (OYÈWÚMÍ, 2021 p.59). Portanto, a natureza da anatomia não definia a posição social de uma pessoa. À luz disso, Nah Dove acredita que as teorias vinculadas à natureza das particularidades das mulheres africanas não condizem com a realidade. Uma vez que a crítica fomentada em torno das condições sociais das mulheres buscava apenas soluções nas sociedades ocidentais e dentro de paradigmas europeus.

Perante o exposto, pode-se compreender que os emergentes debates sobre o gênero nos países não ocidentais são fruto do impacto do colonialismo. De forma que o patriarcalismo europeu se configura na base das desigualdades sociais do Ocidente, que afetam as mulheres e os homens africanos de forma igualmente perversa (DOVE, 1998).

O gênero enquanto um sistema se configura em dois aspectos: um lado visível/iluminado e outro oculto/obscuro. O primeiro predominou na centralidade do gênero e as suas relações, organizando as vidas de homens e mulheres brancas e burguesas e dando o significado colonial/moderno do que é ser “homem” e “mulher”. Por outro lado, o oculto/obscuro do mesmo sistema do gênero foi muito violento e sangrento com os colonizados/as de modo em geral (LUGONES, 2020).

Então, uma perspectiva feminista descolonizada deveria examinar, antes de tudo, como as práticas sexistas em relação ao corpo das mulheres estão conectadas globalmente e, a partir disso, fortalecer a solidariedade política entre mulheres além das fronteiras de raça/etnia e nacionalidade (hooks, 2020). Não se pode negar as importantes contribuições que o feminismo global trouxe para que houvesse a liberdade das mulheres e que serviram também como norte para despertar outras lutas e de novas formas de afirmação de mulheres.

No entanto, o objeto de feminismo global, como diz bell hooks (2020, p.81) “é para acabar com sexismo, e exploração sexista e a opressão”. Vale lembrar que as categorias de contribuições feministas propostas pelo pensamento de Lélia González ajudam a nossa reflexão sobre o assunto, quando ela afirmou que o feminismo:

[...] Ao centralizar suas análises em torno do conceito de capitalismo patriarcal (ou patriarcalizado capitalista), ele revelou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, o que constitui uma contribuição de importância crucial para a direção de nossas lutas como movimento. Ao demonstrar, por exemplo, o caráter político do mundo privado, desencadeou um debate público no qual emergiu a tematização de questões completamente novas — sexualidade, violência, direitos reprodutivos etc. —, revelando sua articulação com as relações tradicionais de dominação/submissão. Ao propor a discussão sobre sexualidade, o feminismo estimulou a conquista de espaços



por homossexuais de ambos os sexos, discriminados por sua orientação sexual. O extremismo estabelecido pelo feminismo tornou irreversível a busca de um modelo alternativo de sociedade. Graças à sua produção teórica e à sua ação como movimento, o mundo não é mais o mesmo. Mas, apesar de suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação com base na orientação sexual, o mesmo não ocorreu diante de outro tipo de discriminação, tão grave quanto a sofrida pela mulher: a de caráter racial (GONZÁLEZ, 2020, p.127).

Embora tanto o sexismo como o racismo partam de diferenças biológicas para se estabelecerem como ideologias de dominação, não podem ser vistos como paralelas porque atingem esses sujeitos de formas diferentes (GONZÁLEZ, 2020; KILOMBA, 2019). Partindo desta percepção, foi desenvolvida a teoria da interseccionalidade para estudo de gênero e da compreensão dos contextos das mulheres dentro de diferentes abordagens do feminismo contemporâneos. As principais análises acerca da interseccionalidade podem ser compreendidas nas teorias da Kimberle Crenshaw; Patricia Hill Collins e Sirma Bilge.

Ao tratar do conceito de interseccionalidade, Kimberlé Crenshaw demonstra como os eixos de gênero, raça e classe entrecruzam-se e criam uma estrutura social e política que afeta especificamente um determinado grupo de mulheres mais desfavorecidas de cada sociedade. Para autora, o processo tradicional dos direitos humanos adotados por maioria dos países anticoloniais para abolir as violências e discriminação baseadas na raça e gênero reduz a chance de que mulheres negras sejam contempladas com os projetos de ações afirmativas adotados pelos Estados para inclusão de toda a população (CRENSHAW, 2002).

Para Crenshaw (2002), a prática dos direitos humanos no campo do gênero desfavorece as mulheres por causa da sua abordagem universalista que limita análise, compreensão e aceitação das outras violências sofridas por mulheres e que os homens nunca experimentaram/passaram.

Se uma mulher fosse torturada por suas crenças políticas da mesma maneira que um homem, esse fato podia ser reconhecido como uma violação dos direitos humanos. Se ela fosse estuprada ou forçada a engravidar ou a se casar, as instituições de defesa dos direitos humanos não sabiam como lidar com esses fatos, porque eram especificamente relacionados a questões de gênero (CRENSHAW, 2002, p.9)

Nota-se que, para além dessa problemática de gênero que afeta especificamente a vida de todas as mulheres, existe a questão de classe, que faz com que certas mulheres, nesse caso, as mulheres negras, tenham mais probabilidade de experimentar certas violências e discriminação estrutural, as quais as mulheres brancas nunca sofrerão. O outro fator é da raça: por mais que a discriminação baseada na raça atinja a população negra em geral, as mulheres negras têm menos privilégios em relação aos homens negros, fazendo com que elas vivenciem certas discriminações que estes homens nunca vão experimentar.

Partindo destes eixos que estruturam diferentes formas de se experimentar as opressões, advém o estudo da interseccionalidade para trazer clareza e reconhecimento de que as medidas protetivas impostas pela lógica dos direitos humanos em função de raça e do gênero são excludentes e afetam as vidas de determinadas pessoas de modo diferente. A interseccionalidade objetiva, sobretudo, demonstrar como “as mulheres negras são afetadas, de maneira específica, pela combinação dessas” (CRENSHAW, 2002, p.13).

Por isso que as teorias feministas têm sido fortemente criticadas pela sua política de ajustes estruturais particulares que elas têm sobre as mulheres dentro do movimento, que fazem com que as mulheres negras se tornem invisíveis ou sub incluídas, porque as análises nem sempre consideram como a raça ou a classe social contribuem para gerar as desigualdades e determinar as condições de vidas destas mulheres (CRENSHAW, 2002).

Na perspectiva de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, a interseccionalidade pode ser definida como uma ferramenta analítica útil para pensar e desenvolver estratégias para equidade social em diversas áreas ou de resolução de problemas (COLLINS; BILGE, 2020). Para Collins e Bilge (2020), usar a interseccionalidade como ferramenta analítica vai muito além da compreensão de desigualdade social através da perspectiva de raça, gênero ou classe — trata-se uma compreensão mais ampla de categorias do poder que busca unificar sobreposições que envolvem as categorias de raça, gênero, classe, idade, capacidade, sexualidade, nação, dentre outros marcadores. Portanto, “usar a interseccionalidade como ferramenta analítica é difícil, precisamente porque a própria interseccionalidade é multifacetada” (COLLINS; BILGE, 2020 p.50).

Portanto, a partir das analogias percebe-se que a luta pela emancipação das mulheres tem enfrentado vários desafios e contornos ao longo dos anos, justamente por estas múltiplas identidades e marcadores culturais. É na compreensão desta heterogeneidade que vão surgir diferentes variantes dos movimentos feministas para evitar a universalização da mulher. Nós permitiremos mais a frente fazer uma discussão mais atenta com narrativas das mulheres entrevistadas, evitando o risco de homogeneizá-las apenas com base da categoria do gênero, visto que estas mulheres se interconectam a partir de diferentes marcadores culturais: gênero, classe, parentesco, território e etnia. Esta discussão abrangente sobre o gênero dá-nos norte para situar as mulheres na Guiné-Bissau, bem como as desigualdades existentes entre elas.

### **2.3. Procedimentos metodológicos: trabalho de campo**

No meu caso, a pesquisa do campo aconteceu de forma remota, através da Internet, mediada pelo Google Meet. Por questões econômicas havia impossibilidade de viajar para o país a fim de realizar a pesquisa como tinha planejado. Então busquei uma nova alternativa que me pudesse facilitar a ter contato com as minhas possíveis entrevistadas.

A internet me deu essa oportunidade. Fragoso, *et al.* (2015), reconhece a Internet como uma ferramenta que pode ser tanto objeto de pesquisa quanto o local onde a pesquisa é realizada, bem como instrumento para coleta de informações sobre determinado tema. Nessa perspectiva, serviu-me de utensílio fundamental para realização das entrevistas, pois nossas comunicações vêm sendo mediadas por essa tecnologia digital. Vale salientar que para desenvolver o trabalho tive grandes dificuldades quase em todas as partes do procedimento, visto que na Guiné-Bissau não existe banco de dados e nem sites que deem acesso aos dados do perfil das mulheres entrevistadas ou que já assumiram um lugar de destaque na política do país.

A maioria dos documentos que fornecem estes dados podem ser gerenciados dentro dos arquivos de diferentes instituições públicas e partidárias e, como não fui para o país, tornou-se impossível o acesso. Das referências usadas, a maioria foi baixada em formato .PDF, produzidos pelos (as) autoras (es), guineenses que vivem na diáspora: Assunção (2018); Barros e Semedo (2013); Candé Monteiro (2013); Cardoso (2004); Gomes (2013); Teixeira (2015); Sucuma (2012), Moreira (2017) e algumas ONGs nacionais e internacionais que atuam no país, como a Fala di Mindjer (2018); LGDH (2016), UNIOGBIS (2018/19).

Quanto ao acesso do perfil das minhas interlocutoras, tive que contar com ajuda de terceiros como intermediários para essa articulação das entrevistas. E, antes disso, entrei em contato com a maioria dessas mulheres através das suas páginas em redes sociais: Facebook e Instagram. A resposta da maioria das mulheres demorou bastante; só consegui conversar com elas a partir da intervenção dos terceiros.

Acredito que o que dificultou ainda mais é que a maioria está ativamente na política partidária, e ocupadas também com seus atributos dentro dos seus trabalhos diários. No entanto, no momento em que me propus a fazer entrevistas à maioria dos partidos políticos em que estas mulheres estão, estavam preparando-se para a realização dos congressos para poder concorrer à eleição legislativa marcada para o dia 18 de dezembro de 2022. Também não somos amigos nas redes sociais, elas não me conheciam; isto também dificultou muito a visualização do convite enviado.

O número total das entrevistas foram seis (6), com duração de 20 minutos a 1 hora de tempo, dentre quais três (3) entrevistas foram feitas na língua portuguesa e outras três (3) em língua nacional do país— o *Kriol* e depois transcritas e traduzidas para português e, no processo

desta tradução da língua *Kriol* para português, algumas palavras sofreram um pouco de alteração por não ter um significado direto na língua portuguesa. Quanto às entrevistas feitas em português, foram transcritas na íntegra, mantendo a sua originalidade de acordo com as normas metodológicas.

A faixa etária das mulheres entrevistadas varia de 44 a 77 anos. Entre elas, uma (1) é solteira; três (3) são casadas, e duas (2) são divorciadas. Só uma não possui filha/o, e as outras varia na média de 2 a 4 filhas/os. Ademais, entre estas mulheres, três eram do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), duas do Partido da Renovação Social (PRS) e uma do Partido da Unidade Nacional (PUN). Dentro do partido algumas delas ocupam funções tais como: vice-presidente do partido (Nelvina Barreto); Presidente do movimento das mulheres do partido de membro da comissão permanente (Monica Buaró da Costa); Secretária geral do UDEMU (Bloni Na N'tamba Nhasse); as demais são apenas militantes e ativistas dentro do partido.

Todas as entrevistas aconteceram de forma remota, por meio do *Google Meet*. Para sua realização, como já foi dito, tive que contar com ajuda imprescindível que estabeleceu contato com a maioria das minhas entrevistadas, o que foi fundamental para o avanço da minha pesquisa. É oportuno frisar que todas estas mulheres entrevistadas estavam com agenda muito cheia: conferências, congressos, viagens, outras programações, e algumas só conseguiram conceber a entrevista quando entravam nas férias. Pude perceber que uma concedeu a entrevista no escritório e durante a entrevista teve que abandonar para ir à reunião; por essa razão viemos a retomá-la só depois.

Enfrentei vários desafios durante essa caminhada da construção do processo metodológico de pesquisa. Uma das principais dificuldades foi a falta do recurso financeiro para ir fazer o trabalho de campo no meu país; o segundo é a disponibilidade do tempo por parte das algumas interlocutoras — saliento que tinha conversado com onze mulheres, e todas elas aceitaram no início para participar das entrevistas. Contudo só consegui entrevistar seis mulheres. Devido às suas atuais ocupações dos trabalhos, foi difícil agendar encontro para entrevista como havíamos combinado.

Como a entrevista foi feita de forma virtual, isto impossibilitou uma interação mais próxima entre a pesquisadora (eu) e as participantes, e conseqüentemente uma observação mais atenta sobre o ambiente em que estavam essas mulheres na ocorrência da entrevista e outras narrativas não verbais. Outro desafio também é referente à estabilidade de *internet*: no momento em que a entrevista ocorria, chegava o momento em que a internet ficava muito instável, e a minha interlocutora saía e voltava; isso nos atrapalhou um pouco no processo da escuta por

ambas as partes. Apesar de nunca ter feito trabalho de campo, bem como a entrevista, foi a melhor experiência que eu já tive. Depois de cada entrevista concedida ficava muito feliz e entusiasmada pelos relatos e memórias que estas mulheres sensatas compartilharam comigo.

#### **2.4..Técnicas de coleta de dados**

As coletas de dados que foram feitas para a produção desta dissertação partiram da técnica de pesquisa bibliográfica com base nos livros, artigos, meios eletrônicos (*sites*) das autoras/es que versam sobre essa temática. Usei também o método qualitativo e documental para compreender a representatividade feminina na política e como também os lugares que são ocupados por estas mulheres dentro do cenário político.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001 p.6)

No entanto, para discussão teórica do capítulo central do trabalho, priorizei mais a perspectiva da ciência feminista — “saberes localizados” proposta por Donna Haraway (1995), que serviu de parâmetro para a escolha das autoras/es que são referenciadas/os no trabalho. Segundo ela, a pesquisa acadêmica feminista é um projeto imbuído das ações políticas e dos saberes racionais localizados, que pressupõem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e produtor, e não como uma tela a ser encerrada com o “objeto” de pesquisa. E busca transcender a perspectiva universalista, neutra e parcial do paradigma dominante da produção do conhecimento científico (HARAWAY, 1995). Desse modo, “a objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto” (HARAWAY, 1995, p.21).

A dissertação se utilizou também de conceitos amplos que abordam a problemática do gênero e, bem como dos temas que constroem cada tópico deste trabalho. Além disso, os materiais aqui analisados foram coletados a partir de uma entrevista semiestruturada e, tiveram como base o roteiro das perguntas gerais, elaboradas a respeito do início e o percurso das participantes na vida política, os desafios enfrentados, e sobre o fenômeno da baixa representatividade feminina nos espaços das tomadas de decisões. Segundo Manzini (2003), a entrevista semiestruturada tem como uma das suas características a elaboração prévia do roteiro

— a guia com perguntas que deverão ser analisadas no decorrer da entrevista e mesmo após da sua realização e permitirá que o pesquisador\|a colete todas as informações desejadas. Para interpretações das entrevistas foi utilizado o método da pesquisa narrativa. De acordo com Domingues Cintra *et al.* (2020) a metodologia narrativa carrega o protagonista das experiências humanas em formatos de acontecimentos de filmes, e os projeta para que as memórias trabalhem em relação às lembranças do passado e do presente com maior reflexão, não podendo ser desprezadas. Isso faz com que o interlocutor se envolva no processo de escuta e de contar autobiografias centradas nas experiências vividas, criando, assim, uma aproximação entre o pesquisador e o participante de forma profícua, que serve de oportunidade de repensar e construir outros saberes por meio de sentimentos e reconhecimentos. “Nessa direção, podemos pensar que o ato narrar movimentar outros atos como: as emoções, o imaginário, sensações de tristezas, alegrias e saudosismos tessituras importantes no momento de quem narra.” (DOMINGUES CINTRA, et al., 2020, p. 66).

Ciente da importância ética na construção da pesquisa, antes do início da entrevista pedi-lhes a permissão e consentimento para fazer a gravação das conversas, como também acerca da preferência pelo uso dos seus nomes próprios ou de fetiche para redação do trabalho – todas concordaram no uso dos seus nomes próprios no trabalho, exceto uma que preferiu que abreviasse com um código que indicasse o início do seu nome e sobrenome. Em seguida foi feita a entrevista, que favoreceu na sistematização o processo da transcrição das falas para esta dissertação.

### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU E DO CAMPO POLÍTICO E DEMOCRÁTICO

O presente capítulo tem por objetivo fazer uma breve contextualização sobre o campo político na Guiné-Bissau. E, antes dessas formulações, pretendemos, de forma sucinta, descrever a situação geográfica do país a ser pesquisado (Guiné-Bissau), assim como a estrutura sociocultural que permeia esta sociedade antes e depois do processo da colonização. Procurou-se analisar de forma sucinta as atribuições das mulheres guineenses nas comunidades tradicionais de algumas das etnias locais, ou seja, ensejo demonstrar como ocorria a dominação masculina nessas etnias antes da aculturação desses povos para o regime colonial e neocolonialista. Traz também o aspecto político: consolidação do Estado-Nação Democrático e, por último, uma visão geral sobre a representatividade política: o caso da Guiné-Bissau.

#### 3.1.Contextualizando a Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau<sup>3</sup> é conhecida como um país de mosaico cultural por possuir uma grande diversidade étnica e cultural que ainda persiste até hoje. Administrativamente, o país está dividido em oito regiões: Bafatá, Biombo, Cacheu, Tombali, Gabu, Quinara, Oio e Bolama-Bijagós (zona insular), constituído por mais de 88 ilhas – arquipélagos dos bijagós, mais o setor autónomo de Bissau.



Fonte: RENO (2018)

<sup>3</sup> Guiné-Bissau situa-se na costa ocidental da África delimitada pelas duas fronteiras: à zona norte do país faz fronteira com a República do Senegal, e a Leste e ao Sul, com a República de Guiné-Conakri. Apresenta-se uma superfície territorial de 36.124 km<sup>2</sup>.

As regiões por sua vez estão divididas em 36 setores, e estes em seções — compostas por pequenas *tabancas*<sup>4</sup> (aldeias) — vale salientar que essas regiões são dirigidas pelos governadores/as regionais sob tutela do Ministério da Administração Territorial. Os poderes estatais nessas aldeias têm uma influência muito menor em relação ao poder tradicional, porque todas as tabancas são dirigidas pelos chefes locais, denominados régulos em algumas etnias; em outras, são chamados de chefes de *tabanca* ou *morança*. A sua população atual é de 2.087.513, a população masculina atual corresponde a 1.036.600 (49,6%) por cento e a feminina corresponde a 1.052.854 (50,4%)<sup>5</sup> da população.

O país possui duas estações climáticas: uma seca, que se inicia em novembro e vai até abril, e outra chuvosa, que vai de maio a outubro. Trata-se de um clima favorável para agricultura e pesca, que constitui a maior subsistência da população guineense e a base da economia de diferentes grupos étnicos.

Faz parte dos países colonizados pelo regime imperialista português desde a sua ocupação efetiva em 1915 até em 1973, em que o país proclamou a sua independência unilateralmente. De acordo com Monteiro (2013), o território que atualmente é denominado de Guiné-Bissau, durante a época colonial, ou seja, a partir de 1951, era reconhecido como uma província do ultramar português chamado de Guiné-Portuguesa, regido administrativamente pelo Estado colonial de Portugal. Antes da chegada dos colonialistas, existiam nesse território os povos autóctones delimitados geograficamente por terra de cada um, com uma organização social, política e uma economia de subsistência própria (CARDOSO, 2004).

Encontram-se os grupos étnicos que pertenciam a uma sociedade vertical por terem uma estrutura organizacional estatal e hierarquizada, a saber: fulas, mandingas, manjacos, papéis, etc. Por outro lado, encontram-se outros grupos étnicos com uma estrutura organizacional horizontal, isto é, sem hierarquia de poderes: os exemplos de balantas, felupes, baiotes, mansoncas, etc.

Nesses dois blocos, dos grupos étnicos com uma organização hierarquizada (nobres, homens livres, artesãos agrupados, castas, ferreiros entre outros), alguns estavam organizados em pequenos “Estados”, como fulas e mandingas; estes últimos eram considerados guerreiros e altos comerciantes, imigrantes do alto Níger que se instalaram na Guiné nos séculos VIII e XIV, como também em outras sub-regiões da Costa africana. Os fulas também eram imigrantes

---

<sup>4</sup> Informo que vou utilizar negrito neste trabalho para fazer referência aos títulos e conteúdos centrais neste trabalho. O Itálico – será utilizado para destacar a língua estrangeira nesse caso-o *kriol*.

<sup>5</sup> Fonte: United Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações. 2022. Disponível em: [https://countrymeters.info/pt/Guinea-Bissau#google\\_vignette](https://countrymeters.info/pt/Guinea-Bissau#google_vignette). Acess: 20.12.2022



provenientes do rio Nilo — grandes pastores e nômades que aos poucos se instalaram no interior da Guiné. Ambos (fulas e mandinga) eram grupos da religião islâmica (MONTEIRO, 2013).

Quando os portugueses chegaram, alinharam-se aos grupos de sociedade vertical, com uma organização social rígida e hierarquizada. “Em contrapartida, eram-lhes oferecidas armas de fogo, que aumentam a dominação sobre os demais grupos étnicos” (MONTEIRO, 2013, p. 90). Em meio a tudo isso, compreende-se que as violências já coexistiram e coexistem no seio dos grupos étnicos e entre os demais também.

Mas a colonização traz outros contornos por usar os grupos étnicos como uma “arma ideológica”, manipulando as chefias locais a fim de usurpar o país e de incentivar o ódio entre eles. E mais tarde essa mesma estratégia — “arma ideológica” — foi incorporada pelo líder e pai da nacionalidade guineense — Amílcar Cabral<sup>6</sup>, para lutar contra o regime colonial. Assim, apropriou-se da cultura de diferentes grupos étnicos com intuito de vencer as distinções e impor uma unidade cultural forjada na base da identidade nacional do povo guineense que mais tarde se definiu como uma nação.

Depois do regime colonial, o país adotou como língua oficial o português. De acordo com o estudo sobre a Guiné-Bissau realizado pela Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas (ANEME) em 2018, a língua portuguesa é falada apenas por 27,1% da população e a língua Kriol — a língua de unidade nacional — falada atualmente pela maioria da população da Guiné-Bissau (90,4%). Além disso, existem mais de 30 línguas étnicas localizadas em diferentes regiões e setores do país e como na capital.

Entre estas línguas étnicas, a etnia Balantas corresponde a cerca de 27% da população; Fulas 23%, Mandingas 12%; Manjacos 11%; Pepelis, com 10% e, seguida vem as etnias com menor quantidade populacional: os Felupes, Baiotes, Mancanhas ou Brames, Biafares, Nalus, Mansoanca e os Bijagós, somando 17 %. No entanto, com base nessa diversidade cultural de diferentes matizes étnicos e culturais a língua guineense — o “crioulo” (*kriol*) desempenha a função de língua franca, isto é, língua de comunicação entre diferentes etnias que compõem o território nacional (SANTIAGO NETO, 2021). Em termos da religiosidade, a religião das etnias africanas é mais predominante entre guineenses, com cerca de 44,9%; em seguida vem a religião Islâmica (sunitas) – 41,9%; cristãos– 11,9%; e outras – 1,3% (ANEME, 2018).

A agricultura e a pesca são a maior base da economia guineense. O setor agrícola inclui culturas de subsistência como o arroz, milho, feijão, batatas, inhame, cana-de-açúcar, frutos tropicais e a cultura da castanha de caju — que traz uma das maiores importantes contribuições

---

<sup>6</sup> Amílcar Lopes Cabral: líder guineense, carismático e idealizador do movimento Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e como das suas independências

na economia do país — correspondendo a cerca de 1/3 do PIB, e a mais de 85% da receita das exportações. O país é altamente dependente da agricultura de subsistência, da exportação de caju e é um dos principais produtores a nível mundial de castanha de caju (ANEME, 2018).

No campo político, a Guiné-Bissau apresenta-se como uma República, Soberana, Democrática, Laica e Unitária<sup>7</sup>, com características burocráticas modernas — o modelo democrático adotado é o semipresidencialismo baseado no protótipo europeu a partir de 1991. Sobre a estrutura que rege o modelo governamental — o semipresidencialismo —, Sucuma (2012) ressalta que, nesse sistema, o Presidente da República e o primeiro Ministro são eleitos pelo sufrágio universal e possuem poderes próprios; mas, em caso de grande crise política, o presidente pela legitimidade pode demitir o primeiro ministro e dissolver o parlamento. Ainda, os poderes estão divididos em três partes: Judiciário, Legislativo e Executivo. Não obstante, o poder executivo fica por responsabilidade do presidente da República e Governo que depende da confiança do parlamento — liderado por um primeiro ministro. Nota-se que existe uma coexistência nas relações dos cargos do presidente da República e do primeiro-ministro; o poder legislativo fica sob tutela da Assembleia Nacional Popular e o Judiciário está a cargo dos tribunais e do Ministério Público.

Compreende-se que a própria ideologia do aparelho estatal no sentido de “Estado-Nação” não fazia parte da realidade do país e foi forjado posteriormente pelo sistema colonial e neocolonialista do saber e do poder. E com a aplicação dessa forma de governo que dissolveu as formas tradicionais de liderança as mulheres foram, em muitas circunstâncias, afastadas da política administrativa e partidária. O problema se justifica pelo fato dessa sociedade ter forte impacto do regime colonial que se estruturou por meio de sistema androcêntrico e capitalista, o que refletirá na própria epistemologia que norteia a construção desse Estado-Nação. Além disso, a compreensão acerca da formação de instituições contemporâneas da África e, em particular, da Guiné Bissau, é fundamental para compreender o processo hierárquico da construção ideológica da política de gênero.

Quando se fala das conquistas das mulheres nos espaços públicos e políticos nos países africanos e em particular na Guiné-Bissau, remete-nos a pensá-las a partir das mobilizações pela luta da independência do país, que estava sendo usurpado pelo regime colonial português. O que se assemelha entre todas essas etnias é a sua forma de transmissão de conhecimentos — a oralidade. Com a emergência do movimento anticolonialista foi necessário forjar uma

---

<sup>7</sup>Artigo 1.º da Constituição da República da Guiné-Bissau

identidade coletiva dos povos nativos para que juntos pudessem combater o inimigo comum ou o colonialismo.

O líder do movimento da libertação da Guiné-Bissau — Amílcar Cabral<sup>8</sup>, desde a fase inicial da criação do movimento, manifestava apelações e incentivos para as mulheres aderirem à luta de libertação e como também discursos sobre a emancipação das mulheres. Para Patrícia Godinho Gomes (2016), o discurso emancipatório da mulher girava-se em torno da promoção da identidade feminina; importância da sua participação no processo de independência e na reconstrução da sociedade, procura de melhores condições sociais e econômicas para as mulheres e luta para abolir algumas práticas culturais ancestrais, tais como os casamentos precoces e as circuncisões.

O fundador da nacionalidade guineense, Amílcar Cabral, tinha designado durante o desencadeamento da luta armada pela libertação nacional uma quota de paridade na constituição dos Comitês de Tabanca. Na altura, as mulheres partilhavam de forma equitativa a elaboração das políticas da luta e da gestão de dois terços das regiões libertadas na altura sob domínio colonial português. Dos cinco membros dos Comitês de Tabanca, duas eram mulheres<sup>9</sup>.

Alguns estudiosos guineenses afirmam que no período pré-colonial, antes do processo da luta da libertação nacional, a mulher guineense tinha uma forte capacidade de liderança na esfera de decisão e na gestão das políticas públicas nas estruturas das suas comunidades locais. Porém, o regime colonial destruiu toda a arquitetura do poder paritário tradicional que em algumas comunidades estruturava-se na base de uma hierarquia com o rei no topo, seguido pelos chefes religiosos, em que as mulheres detinham um enorme poder<sup>10</sup>.

Nessa acepção, o Ilídio Amaral (2003) mostra que todo o processo das relações entre os gêneros nos países africanos deveria levar em consideração o processo de islamização, o período escravocrata pelo colonialismo, a missionação cristã e o neocolonialismo. A forma tradicional sociocultural de afirmação de cada etnia potencializou-se com ocupação efetiva do processo colonial português, através da inserção brutal da educação formal colonial, ou seja,

---

<sup>8</sup> Amílcar Lopes Cabral nasceu em 12 de setembro de 1924 na Guiné-Bissau – na altura Guiné-portuguesa. Em 1955 participa da conferência de Bandung e em 1959, impulsiona a criação do clandestino no partido Africano para a independência da Guiné e Cabo-verde ( PAIGC). Foi assassinado em 20 de janeiro 1973 em Conakri, por próprios membros do partido. Antes da independência da Guiné-Bissau que se concretizou depois de oito meses do seu assassinato (em 24 de setembro de 1973) (FANON *et al.*, 2019)

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/mulheres-guineenses-ameacam-boicotar-legislativas-de-novembro-9757438.html>-Mulheres guineenses ameaçam boicotar legislativas de novembro. Acesso: 13.02.2023

<sup>10</sup> Observatório da África: análise da África contemporânea – grupo de estudos africanos – irel/unb. Disponível em: <https://observatoriodafrica.wordpress.com/2018/08/27/mulheres-da-guine-bissau-exigem-o-cumprimento-da-lei-de-cotas/>. Acesso: 13.02.2023.

passaram a socializar a população local de acordo com normas culturais do Ocidente. Pois entendia-se que esses povos careciam de civilizações, cultura e de uma história própria.

O binômio reducionista do colonizador impactou negativamente as relações sociopolíticas e culturais sólidas e complexas desse território, fazendo com que os colonizados incorporassem nos seus subconscientes ideias de que não são sujeitos, e a partir disso começaram a construir uma identidade forjada para os fins ideológicos e políticos de manter uma população inteira subalterna e submissa a um sistema de dominação e exploração, tanto na sua perspectiva patriarcal quanto capitalista. A insurgência do movimento feminista na Guiné-Bissau deu-se pelo processo de uma luta anticolonial, influenciado pela ideologia marxista e serviu de parâmetro para compreender não só o sistema subjacente da ideologia opressora colonial, mas também de evidenciar os comportamentos sexistas e patriarcais dos homens dentro do partido (FIGUEIREDO; GOMES, 2016).

Para o fortalecimento dessa camada feminina antes do início da luta armada para independência foi criado em junho de 1961 o movimento da união das mulheres da Guiné e Cabo-Verde (UDEMU). Esse movimento tinha como objetivo a mobilização das mulheres para o enquadramento na luta, de saber lutar contra o colonizador e como enfrentar diferentes formas de comportamentos sexistas que operavam dentro do partido do PAIGC (GOMES, 2013). Devido à dinâmica que permeia a luta de independência, tornou-se impossível a continuação do movimento, o que levaria a sua extinção em 1966, e que veio a ser reestruturado depois da Guiné independente.

Então, a visão eurocêntrica sociocultural e política imposta pela colonização impactou fortemente a consolidação do Estado-Nação na Guiné-Bissau, com um olhar político centrado na figura masculina, ou seja, de uma estrutura "patriarcal", fracionando em espaço público e privado a vida social, em que os homens são predominantes em funções de liderança política, pública, vistos como chefes da família e como detentores de propriedades econômicas.

Enquanto isso, as mulheres ocupam-se das esferas privadas com cuidados dos trabalhos domésticos e sem remuneração. A lógica do patriarcado se consolida porque existe ao lado desse homem super "poderoso" uma mulher que é relegada ao espaço privado intranscendente, submissa e manipulada para atender às expectativas dos interesses dos homens. Essa extremidade de submissão "feminina", que vai definir uma sociedade "patriarca". Para tornar mais claro, o patriarcado na Guiné-Bissau funciona de acordo com a lógica de *matchundadi* (masculinidade) com base nas estruturas tradicionais étnicas, em sua maioria avaliadas de acordo com valores associadas aos *fidjus*— *Matchus*— filhos de sexo masculino, com ritos de

iniciação que também servem para colocar em prova o grau de cada masculinidade, da hierarquização entre elas. Isso faz com que,

Na Guiné-Bissau, independentemente das pertenças étnicas do país, há todo um universo simbólico construído à volta dos *fidju-macthu*, que são geralmente os preferidos tanto pelos homens como pelas mulheres no seio familiar [...]. Facilmente perceptível quando as famílias pobres têm de escolher que filhos enviar para a escola, sendo os rapazes vistos como os que naturalmente terão mais chances de aceder aos lugares cimeiros na sociedade (MOREIRA, 2017, p. 101)

Esse imaginário faz as mulheres terem uma pretensão de dar luz aos *fidju matchu*; caso não consigam, carregam o sentimento da culpa e de frustração em seu relacionamento. Em muitos casos, os homens saem a procura de uma outra mulher para realização desse desejo. Uma vez que os *fidjus-matchus* funcionam como extensão da figura paternal ou, num sentido mais geral herdeiro que poderão substituir este último na sua ausência (física ou temporal) com a responsabilidade de proteger, unir e de melhorar a vida das suas famílias (MOREIRA, 2017).

Entretanto, a dominação masculina garantida pelas estruturas étnicas e religiosas vai ser reforçada pela estrutura política de governo influenciada pelas sociedades europeias que coloca os homens nas principais esferas de protagonismo público e político e as mulheres nos espaços privados. Assim, ser homem na sociedade guineense não se limita apenas ao órgão genital masculino (pênis), mas vai afirmar-se enquanto homem a partir ritos de iniciação que colocam em prova a construção de identidade do seu gênero.

Dito de outro modo, construção de masculinidades e feminilidades se dá duma maneira mais complexa definida por simbolismos, práticas e também rituais de iniciação (presentes, por exemplo, nas estruturas étnicas), que procuram definir a identidade dos indivíduos, distinguindo, hierarquizando e enfatizando as diferenças não só entre homens e mulheres, mas também no seio de cada gênero (MOREIRA, 2017). É durante tais ritos de passagem e iniciações que cada um vai se afirmar como mulher e homem.

Lado oposto disso, observa-se que característica principal da essência da figura feminina ideal ocorre a partir de uma mulher boa, ambiciosa para o bem estar das famílias, e não para ela mesma ou por seus próprios benefícios. Caso contrário, corre o risco de ser vista como egoísta e perda do status da essência da “mulher mãe” (FALA DI MINDJER<sup>11</sup>, 2018). Ou ainda o que na Guiné-Bissau chamamos numa linguagem mais popular de *padida di dus mamã* — numa tradução direta para o português a palavra significa “mãe de duas mamãs” — utilizada para

---

<sup>11</sup> *Fala di Mindjer* (As vozes das Mulheres) é uma iniciativa coordenada pela organização não governamental- *voz di paz* na Guiné-Bissau, patrocinado pelo fundo para consolidação da paz das Nações Unidas.

referir as mulheres que cuidam dos filhos/as das outras mulheres da família, de comunidades onde estão inseridas sem fazer uma diferenciação\distinção na forma educacional e comportamental com o filho biológico — um trato de igual para igual.

Não é por acaso que na Guiné-Bissau é muito comum chamar a sua tia de “mãe” e seu tio de “pai” e o mesmo se estende para os demais membros de comunidade de mais velhos/as. Isto porque existem valores construíram em torno de ser mãe que extrapolam a ligação sanguínea, e ao demonstrar que não se encaixa nesta versão, a mulher é rotulada como *padida di um mama* (mãe de uma mama) vista como uma pessoa egoísta, maldosa e que não queira o bem estar dos outros membros da comunidade e da família, visto que essa pessoa vai se preocupar apenas com desejos dos seus filhos\as biológicas.

Por essas razões, o gênero enquanto um conceito que emergiu nos países Ocidentais e chegou ao país através do processo da colonização misturou-se com práticas tradicionais étnicas, impactando fortemente a estrutura social das relações entre homens e mulheres na Guiné-Bissau, sobretudo na forma como foi consolidada a noção do Estado-Nação. O gênero serviu de parâmetro pelo qual o poder político é legitimado e concebido, criando sempre significados entre homem e mulher e meios para sua perpetuação (SCOTT, 1985).

Desde a abertura democrática e política que se iniciou em 1991 e com as primeiras eleições gerais em 1994, nunca houve uma mulher chefe de governo, presidente da Assembleia Nacional Popular, na presidência da república ou em outras instâncias como Supremo Tribunal de Justiça e Forças Armadas. As percentagens da sua representação na Assembleia Nacional Popular em termos dos deputados são menores em comparação com os homens, e isso também vale para todos os órgãos do poder central e administrativo do Estado.

Vale salientar que já as primeiras eleições multipartidárias contaram com uma candidata feminina na lista dos candidatos a disputar o cargo da presidência da república na pessoa de Antonieta Rosa Gomes (DJATA, 2018), a quem a vida política tornou-se objeto de difamação, injúria e calúnia pelos outros candidatos apenas porque era mulher que transgrediu a esfera privada.

Assim, na política as mulheres continuam sendo minorias. No poder legislativo, executivo e judiciário a predominância dos homens é ainda maior, como representa o gráfico abaixo listados.

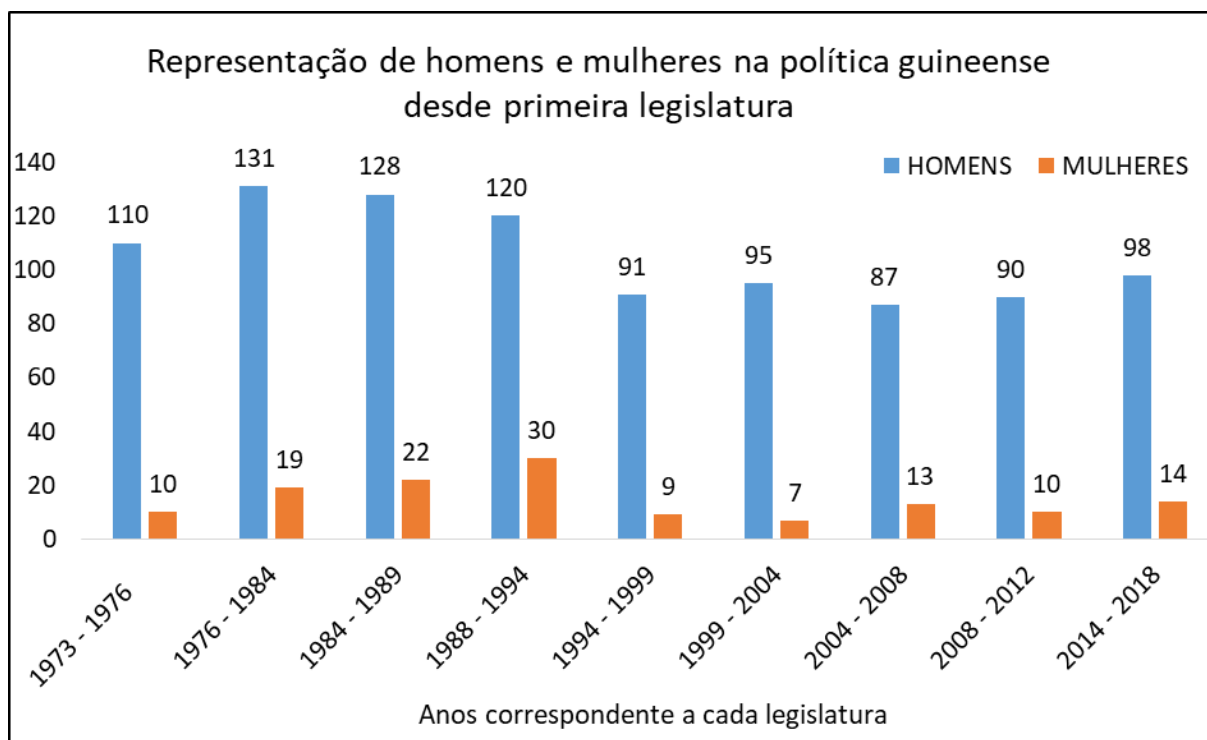


Gráfico 1: Representação de homens e mulheres na política guineense (parlamentar) desde a primeira legislatura (1973-2018). Fonte: Assunção, 2018

De acordo com a lista divulgada pela Comissão Nacional das Eleições (CNE), nas últimas eleições legislativas realizadas em 2019 em Bissau, existiam 102 membros na lista dos deputados eleitos e apenas 15 eram mulheres<sup>12</sup>.

A questão da participação equilibrada dos homens e mulheres na estrutura de tomada de decisões garantidas pelo paradigma representativo da democracia moderna ainda continua a ser lenta não só em Guiné-Bissau como em toda parte do mundo. O Primeiro Gráfico demonstra a sub-representação feminina nos assentos parlamentares da política guineense sobretudo após a implantação do Estado democrático no país — período em que esse número tem diminuído drasticamente.

Em termos de interpretação, a maior representatividade das mulheres no nível parlamentar na Guiné-Bissau foi na IV legislatura — nessa altura, o país encontrava-se num regime político unipartidário. De acordo com Assunção (2018), a redução das mulheres no nível parlamentar após a implantação da democracia foi impulsionada pela competição, populismo e a influência que o candidato (a) pode exercer o círculo em que pretende concorrer, enquanto no

<sup>12</sup> Lista disponível em: [http://cne.gw/images/docs/RE\\_LE\\_2019\\_madatos.pdf](http://cne.gw/images/docs/RE_LE_2019_madatos.pdf). Acesso: 15.02.2023

período do partido único existia apenas uma força política, “os deputados eram escolhidos entre conselheiros regionais eleitos em assembleias populares” (ASSUNÇÃO, 2018 p. 47).

De acordo com Barros e Semedo (2013), a VIª legislatura (1999-2004) foi a com menor representação das mulheres guineenses no parlamento, considerando que este fato foi influenciado pelo conflito político-militar de 1998-99, conhecido na história do país como Guerra Civil de 7 de Junho. Esse conflito conduziu o protagonismo masculino através da cultura de “*matchundadi*”, em que acabaram por ser mais bem aceitos os candidatos com mais capital econômico, enfraquecendo a presença das mulheres na lista dos partidos políticos, quer em sua capacidade mobilizadora, quer na capacidade financeira. O termo “*matchundadi*” é uma expressão na língua *kriol* da Guiné-Bissau, dirigida aos homens valentes/corajosos e que não têm medo de nada.

No nível do governo, embora ainda haja a sub-representação das mulheres, a democracia favorece que as mulheres exerçam alguns cargos nos poderes executivos. Como é possível observar a partir das tabelas abaixo.

Ano	Nº de homens	Nº de mulheres	Total	% de mulheres	Pastas ocupadas por mulheres
1994	22	2	24	8,3	Min. da Saúde Pública, Min. dos assuntos sociais e promoção feminina
1996	23	2	25	8,0	Min. da Saúde Pública, Min. dos assuntos sociais e promoção feminina
1998	15	1	16	6,3	Ministério dos negócios estrangeiros e da cooperação internacional (em acumulação com funções do ministério da educação juventude, cultura e desporto)



2000	21	2	23	8,7	Ministério da justiça; Secretariado de Estado, do emprego e luta contra a pobreza.
2001	20	2	22	9,1	Ministério de negócios estrangeiros e da cooperação internacional; Secretariado de Estado e da solidariedade social
2002	16	3	19	15,8	Ministério da educação nacional; Ministério da administração e trabalho; Secretariado do Estado e da solidariedade social.
2003	12	4	16	25	Ministério da defesa nacional; Ministério da Educação Nacional; Ministério de Estado da administração pública; Secretariado de Estado do Tesouro
2004	21	4	25	16	Ministério da solidariedade social; Ministério da saúde; Ministério das Pescas; Secretariado de Estado dos combatentes da

					liberdade da pátria
2005	26	2	28	7,1	Ministério da solidariedade social, família e luta contra a pobreza; Ministério da saúde pública.
2007	24	5	29	17,2	Ministério de Negócios estrangeiros; Ministério da justiça; Ministério da saúde pública; Ministério da cultura, juventude e desporto; Secretaria de Estado dos combatentes da liberdade da pátria.
2008	18	3	21	14,3	Ministério da cultura, juventude e desporto; Ministério dos negócios estrangeiros; Ministério da justiça.
2009	25	6	31	19,4	Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Mulher; Ministério de Economia do plano e integração regional; Ministério da agricultura e desenvolvimento rural; Ministério do

					turismo e artesanato; Secretariado do Estado do orçamento e assuntos fiscais.
2009 (2)	23	5	28	17,9	Ministério da presidência do conselho de ministros, comunicação social e dos assuntos parlamentares; Ministério de interior; Ministério de Economia, plano e integração regional; Ministério da mulher, família e coesão social; Secretariado de Estado do orçamento dos assuntos fiscais.
2012	28	2	30	6,4	Secretariado do Estado do orçamento; Secretariado da juventude, cultura e desporto.
2014	26	6	32	19	Ministério da defesa nacional; Ministério da saúde pública; Ministério da educação Nacional; Ministério da justiça; Ministério da mulher; Secretariado de Estado de orçamento e

					assuntos fiscais.
2015	22	8	30	27	Ministério da defesa nacional; Ministério da Educação Nacional; Ministério da mulher; Ministério da justiça; Secretariado de Estado da cooperação internacional; Secretariado de Estado de orçamento e assuntos fiscais; Secretariado de Estado da gestão hospitalar; Secretariado de Estado da administração do poder local.
2016	28	4	33	13	Ministério da mulher, família e coesão social; Secretariado do Estado dos combatentes da liberdade da pátria; Secretariado de Estado do ensino superior e investigação científica; Secretariado do Estado da gestão hospitalar.
2016	33	5	38	13	Ministério da mulher, família e coesão social; Secretariado de Estado do ensino superior e investigação

					científica; Secretariado do Estado da administração hospitalar; Secretariado do Estado das florestas e pecuária; Secretariado do Estado de ensino básico, secundário e profissionalizante.
2018	23	4	27	15	Ministério da saúde pública; Ministério da administração territorial; Secretariado de Estado das pescas e Secretariado de Estado de Gestão Hospitalar
Total	426	70	493	14,04	-----

Fonte: ASSUNÇÃO (2018)

Tabela 1: Representação das mulheres no Governo executivo a nível ministerial e secretarial (1994-2018)

Vê-se que em termos ministeriais, as menores representatividades femininas aconteceram de 1994 a 2001 — período do tempo que se seguiu à abertura política e democracia no país, em que a presença feminina no governo nunca ultrapassou o número de duas mulheres. Igualmente, esse número aumentou um pouco a partir da composição do governo das eleições de 2009 a 2015; neste último, dentre 30 pastas existentes, as mulheres ocupavam oito (8): quatro (4) ministras e (4) secretárias de Estado. E no governo que lhe antecedeu — liderado pelo Eng. Carlos Correia (de 17 de setembro de 2014 a 12 de maio de 2015), seis mulheres faziam parte da composição de governo, entre as quais cinco eram ministras e uma secretária de Estado, no universo de 32 membros (LGDH, 2013\15).

Na última eleição, realizada em março de 2019, 11 mulheres faziam parte da composição do governo, sendo 8 ministras num governo composto por 16 ministérios e 3

secretarias do Estado dentre 15 secretarias<sup>13</sup>. Atualmente, devido à dissolução do parlamento que se ocorreu sequentemente com a queda do Governo anunciado pelo presidente da república, o país se encontra sob o novo governo da iniciativa presidencial que tem como propósito assegurar o país até as realizações das eleições legislativas marcadas para junho de 2023. O perfil dos novos governantes conta apenas com 4 mulheres, entre quais duas ministras<sup>14</sup> em torno de 22 ministérios, contando ainda com doze (12) secretarias do Estado as quais duas são ocupadas por mulheres<sup>15</sup>.

A Constituição da Guiné-Bissau no seu artigo 66 diz que o chefe de Estado eleito nas eleições presidências tem duração do mandato por cinco (5) anos, bem como dos membros do seu Governo. E para eleição legislativa a constituição, no seu artigo 79, prevê o mandato por quatro (4) anos. No entanto, percebe-se com base na tabela que os anos se repetiram ou antecederam, devido à urgência das eleições antes da data prevista. Isso foi ocasionado pelas várias clivagens sociais: guerra civil, golpes dos Estados, assassinato do presidente da república e do chefe do Estado maior das Forças Armadas, quedas sucessivas do governo, etc. que aconteceram no país depois da abertura política, como já explicitado no terceiro capítulo desta dissertação, fazendo com que existisse a obrigatoriedade de criar o novo governo (interino ou da iniciativa presidencial) que vai gerir o país até a nova data da antecipação das eleições legislativas/presidenciais.

Nas últimas décadas, então, houve progressos em termos da inserção das mulheres nos espaços da tomada de decisão, mercado formal e em termos da independência financeira, ao fazer uma comparação quantitativa em termos numéricos, "as mulheres continuam sub-privilegiadas e a sub-representação em todos os cargos importantes da tomada de decisão é, sobretudo, em função das diferenças institucionalizadas e estruturais do sistema educativo" (AMARAL, 2003, p. 164). A respeito do poder Judiciário, a sub-representação feminina não difere de outras instâncias do poder: "dentre 79 juizes, as mulheres representam apenas 16,46%. Já em nível da Procuradoria-Geral da República, constata-se que, dos 80 magistrados, as mulheres representam apenas 15%" (BARROS; SEMEDO, 2013, p. 47).

Portanto, a sub-representação das mulheres na esfera de tomada de decisões políticas tem entre suas causas primárias a pressão social imposta pelas normas culturais e tradicionais

---

<sup>13</sup> CARVALHO, Clara..Guiné-Bissau: o novo Governo. *Conjuntura Internacional*, **Janus**, outubro, 2019. Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/25304/1/article\\_86495.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/25304/1/article_86495.pdf). Acesso:14.02.2023.

<sup>14</sup> Primeira: Suzi Carla Barbosa — Ministra de Estado, dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades. A segunda: Maria da Conceição Évora — Ministra da Mulher, Família e Solidariedade Social.

<sup>15</sup> A primeira: Maria de Fatima Mendes Alves Vieira - Secretária de Estado da Gestão Hospitalar e a segunda, Monica Buaró da Costa (uma das interlocutoras desta pesquisa) — Secretaria de Estado de Plano e Integração Regional.

sobre a figura feminina, fator que impede a ascensão da maioria na esfera de tomada de decisões públicas e políticas. A sociedade guineense constrói uma percepção influenciada pelas etnias locais e reforçada pela ideologia patriarcal ocidental, responsabilizando a mulher pelo trabalho do domínio privado e sem remuneração, enquanto o destaque no domínio público, como chefe de família e provedor do lar é reservado aos homens, refletindo violências que se verificam dentro deste espaço.

Contudo, a participação política feminina cresceu nos últimos anos na Guiné-Bissau em sentido mais amplo. Mas o monopólio do homem no mercado de trabalho remunerado, postos de liderança e da tomada de decisões tem sido abalado pelas mulheres de diferentes níveis de formação acadêmica e profissional. E as reivindicações em diferentes níveis das instituições políticas, partidárias e organizações não governamentais (ONGs) vieram a reforçar a luta das mulheres perante a sua participação ativa no poder político. Nisso, conduziram à instituição para uma Agenda Comum das Mulheres, com temas voltados à própria participação política das mulheres e à reivindicação de quotas de 40% para as mulheres nas estruturas de direção dos partidos políticos (FIGUEIREDO; GOMES, 2016).

Apenas em 2008, após vários anos de luta, foi criada a primeira Plataforma Política das Mulheres guineenses (PPM), que se traduziu numa grande conquista em termos do percurso emancipatório da mulher e a “Rede das Mulheres Parlamentares da Guiné-Bissau” o que hoje constitui uma importante plataforma política das reivindicações das mulheres guineenses, em nível nacional e sub-região.

Em 2018 o Estado aprovou a lei de quotas, que assegura a obrigatoriedade de os partidos políticos integrarem 36% das mulheres nas listas das candidaturas para eleições legislativas, bem como no governo a ser formado depois da eleição. A aprovação surgiu na base da pressão de reivindicações destas duas organizações das mulheres acima mencionada. Ainda é inegável a baixa representatividade das mulheres nesses setores e a maioria dos ganhos das partes das mulheres ainda pode ser verificado nos setores informais e, na predominância de homem continua sendo referencial. O que de certa forma se difere com posições políticas em comparação às suas importâncias nas sociedades tradicionais (AMARAL, 2003).

### **3.2. Mulheres e as suas atribuições nos poderes Tradicionais**

Propus-me a fazer um exercício para descrever o papel das mulheres nas etnias que têm maior percentagem da população na Guiné-Bissau, a fim de compreender como se estrutura a questão do poder em termos de gêneros em cada etnia e que se complexificou com a

colonização. Algumas estruturas do poder tradicional da Guiné estão organizadas em formato de uma pirâmide com Régulos ou Reis no topo, seguidos de chefes religiosos (*Baloberu, Djambakus, Tcholonadur, Imames*), na sua grande maioria homens que gozam de grande prestígio na comunidade, seguidos dos súbditos na base da pirâmide — chamados de grupos étnicos com uma estrutura vertical.

Nas ditas sociedades horizontais, não existe a figura de régulo bem definida, nem conselhos de anciãos e povo, não há divisão/estratificação clara de castas ou linhagens superiores e inferiores. Em ambas, as mulheres aparecem sempre nos grupos de filhas, esposas, mães, irmãs, sobrinhas, etc. (BARROS; SEMEDO, 2013).

Nas etnias *Fulas, Fandingas, Biafadas e Balantas-Mané*, a maioria destas comunidades professa a religião muçulmana, com forte estrutura organizacional estatal. As formas de socialização das mulheres são influenciadas a partir da norma religiosa islâmica baseada no Alcorão. Para tal, socializam as meninas e mulheres com papéis definidos obedecendo às normas religiosas.

De acordo com Borges (2009), a função principal da mulher na sociedade islâmica é de cuidados domésticos, do marido e de procriar. Além disso, a divisão do espaço público e privado entre os sexos é central nessas comunidades. Tanto que é possível observar em algumas cerimônias rituais religiosos que as mulheres e homens são constantemente separados no espaço, sobretudo nos locais sagrados. “Então, o papel de tomada de decisão aparece associado às funções no que diz respeito a questões ligadas às filhas, educando-as de acordo com as normas religiosas estabelecidas para não desobedecerem às regras” (BORGES, 2009, p.31).

Percebe-se que as mulheres são educadas para que um dia possam casar e serem boas donas de casa. Aliás, o casamento é a fase mais feliz e esperada pela família, porque representa, segundo normas culturais, a dignidade, respeito e a maturidade. Desse modo, quem não cumpre é vista como desviante. E, uma vez casada, passa a depender totalmente do marido, a quem também deve obediência. Vale salientar também que “a mulher tem absoluto direito sobre as suas propriedades, adquiridas antes e depois do casamento. Além disso, possui uma distinta penhora sobre as propriedades do marido para o seu dote pré-nupcial” (BORGES, 2009 p.34). Para a etnia *balantas*, a socialização de meninas e mulheres passa pelos diferentes ritos de iniciação ou fases. Na primeira fase, as meninas a partir de 4 anos são levadas pelo processo de educação<sup>16</sup>. A partir desse processo de criação, as meninas começam a ser socializadas em

---

<sup>16</sup> [...]. Ela funciona da seguinte forma: quando nasce uma menina, uma das tias paternas (irmã ou prima do pai) pode, por direito, pedir essa menina para criação e depois dá-la como a nova esposa ao marido [...]. O pedido de criação é feito pela tia à sua família, levando para o efeito um pano que depois será entregue à mãe do bebê e



diferentes aspectos, a saber: são ensinadas as tarefas domésticas desde as básicas às mais complexas, bem como se comportar numa sociedade enquanto mulher e perante os mais velhos, aos quais também devem obediência. E as que não passaram por esse processo de criação aprendem essas normas na casa dos pais.

Ao atingirem aproximadamente 11 ou 12 anos de idade, são levadas para as *bolanhas* longe da aldeia por meninas mais velhas, onde aprendem a cultivar o arroz e a pescar. Ao atingir 17 a 18 anos, a menina casa-se com o marido da sua própria mestra, passando a ser a segunda esposa, uma vez que elas não têm liberdade para escolher o marido. Lembrando que antes desse processo, elas têm direito ao namoro com abstinência da relação sexual ou penetração — o namoro acontece de acordo com a faixa etária de cada menina. Essa norma se aplica também para os meninos.

Entretanto, existe a possibilidade de ela fugir e construir uma nova família à sua escolha, mas, antes disso, ela deve cumprir toda etapa do ritual do casamento feita pelas mulheres mais velhas, ou seja, depois do primeiro ou segundo filho (a). É a fase na qual a mulher adquire a liberdade e a autonomia de tomar as decisões pessoais por conta própria, podendo desobedecer à ordem do marido. A partir desse momento, ela pode fazer viagens mais longas e demoradas: visitando os familiares ou amigos/as, pode ir às festas nas outras *tabancas* (aldeias), com ou sem permissão do marido porque é um direito concebido pela tradição e ninguém ousa contestá-lo.

De maneira semelhante, os meninos também passam por essas iniciações, só que não são levados ao processo de criação. Na primeira fase da socialização, aos meninos são ensinadas lições de vida que visam torná-lo maduro e com responsabilidade, devendo ser uma pessoa respeitosa e respeitada, obediente e comprometida a realizar todas as tarefas de casa a ele conferidas. Também deve cuidar da higiene pessoal, de se manter limpo e cuidar do seu visual. Deve respeitar a ordem dos pais e dos mais velhos, bem como respeitar a namorada que lhe será dada pelo grupo (NAMONE, 2020).

Nessa etnia o que se verifica é a questão da divisão sexual do trabalho diferenciando-os através da força física da mulher e do homem, e não do intelecto. A partir do processo de desmame, a educação se estende para além da mãe materna: os meninos aprendem a serem

---

bebidas alcoólicas para os mais velhos da família: homens e mulheres [...]. A partir de então, essa criança jamais trata aquela tia como tal, e sim como Fada Nin ou Baba Nin (pai materno) ou simplesmente Nrã (a criadora) (NANOME, 2020, p.189).

homens com os homens mais velhos e as meninas aprendem a serem mulheres com as mulheres mais velhas.

Os meninos vão dedicar maior parte do seu tempo nas realizações dos trabalhos mais pesados e de maior responsabilidade, tais como: lavoura, cortar arroz, cortar palha para cobrir a casa, cortar paus para fazer a vedação da moranço (conjunto de casas da família) etc. Enquanto, as meninas dedicam-se à cozinha, varrer a casa, cuidar dos filhos menores de 5 anos, ir à pesca com pequena rede de pescar, plantar arroz, extração do sal, fabricação de sabão, etc. (NAMONE, 2020).

Outro fator não menos importante é que em hipótese alguma um homem ou uma menina pode casar-se sem passar pelo rito de iniciação, rito este que prepara tanto o homem quanto a mulher segundo as normas de convivência com o cônjuge, para ser futuro esposa/marido e mãe/pai de família. Ainda para os homens, mesmo passando pelo rito de iniciação de casamento, tendo filhos/as, precisa, necessariamente, de passar por outro rito de iniciação chamado *fanadu* (circuncisão), considerado como um dos mais importantes rituais do grupo para poder adquirir poder de atuação nos espaços de tomada de decisões ou no conselho destas comunidades. Resumidamente, a sociedade é estruturada por faixa etária, com subgrupos determinados para cada fase da vida que se acompanham com rituais até a vida adulta dos homens e mulheres.

Não posso deixar de falar da etnia *Bijagós* – povo predominante na zona insular do país, cuja organização sociocultural é centrada mais na figura da mulher (*okinka*<sup>17</sup>). Nesse grupo étnico, a socialização tanto das mulheres quanto dos homens segue-se pelos rituais de iniciação de cada faixa etária até a vida adulta. De acordo com Fernandes (2021), as mulheres *bijagós* devem passar por três fases de iniciação (cerimônias): a primeira etapa do ritual varia de 11 a 15 anos de idade, considerada também mais rígida de todas, visto que é feita apenas com meninas que não perderam virgindade, ou seja, denominada na língua *bijagós* de *kampuny* ou “meninas moça”, isto é, virgens.

Neste ritual, as meninas são preparadas moral, física e sexualmente para assumirem suas responsabilidades femininas dentro da sua comunidade; o ritual é feito pelas mulheres anciãs da aldeia. É um ritual religioso, que depois de concluído é recebido na aldeia com a comemoração de uma grande festa na aldeia que pode perdurar entre quatro a seis dias.

---

<sup>17</sup> Palavra que significa rainha na língua *Bijagó*.

A segunda etapa da vida da mulher *Bijagó* ocorre entre 17 a 25 anos de idade. Nessa fase o ritual envolve não só a menina como também a família toda, incluindo os mortos e os que ainda não nasceram, que não podem ser envergonhados antes ou depois que reencarnarem numa das meninas submetidas ao ritual. E a terceira e última etapa varia até aos 45 anos de idade, é uma fase da maturidade das mulheres.

Estas práticas são da base religiosa e política que lhes dá autonomia e a independência total da participação dos assuntos comunitários e na realização dos rituais. Se porventura a mulher deixar de fazê-lo, fica automaticamente fora desse conselho de participação de certas atividades e momentos importantes da comunidade e, se vier a falecer (o morto não é percebido como fim da “vida”, mas, como uma continuidade no reino dos mortos) terá um velório diferenciado a quem descumpriu as exigências de todos rituais impostas pela comunidade (FERNANDES, 2021).

É importante frisar que nessa etnia as mulheres fazem o pedido de namoro e do casamento ao familiar do homem com quem pretendem casar-se. Elas constroem as suas próprias casas e as suas filhas/os ganham o sobrenome da linhagem da mãe. E os rituais de transições lhes dão a autonomia igual aos homens, que passaram também pelo rito de iniciação. Desse modo, ambos acabam por ter o poder de discutir certos assuntos face-a-face e sem a subordinação das partes envolvidas. E por estes atributos que são reconhecidos por algumas autoras/es guineenses como matrilinear, porque

No caso concreto dos Bijagós, este grupo étnico tem uma estrutura matrilinear, sendo o nome do clã transmitido pela mãe; o responsável do filho é o irmão da mãe, mesmo estando o pai vivo. As cerimónias religiosas são orientadas pelas mulheres, as Okinkas, rainhas ou sacerdotisas (BARROS; SEMEDO, 2012, p.33)

Nas etnias *Manjacas* e *Pepelis*, embora a linhagem das famílias perpassa também pelas mulheres, o poder ainda se concentra na figura masculina (*regulus*). As mulheres podem exercer uma o poder da decisão caso sejam da família real (*regulus/ reis*). De acordo com a *Fala di Mindjer* (2018, p. 44) observa-se:

Nas etnias *Manjacas* e *papéis*, situadas nas regiões de Biombo e Cacheu, o lugar da mulher e toda a regulação social são definidos nas matas sagradas, pelos homens. Isso cria problemas de *Mandjidura*, isto é, evocar maldições através de pedido aos deuses para fazer mal à pessoa que não aceita obedecer às regras sociais impostas pelos homens, e que ninguém ousa desafiar. Pois, os outros grupos étnicos tais como os *Balantas*, *Mancanhas*, *Felupes*, *Baiotes* e *Cassangas*, embora sendo animistas, até certa medida são mais tolerantes no que se refere ao não respeito das regras tradicionais.

Entretanto, em todas as etnias as mulheres têm liberdades de fazer seus próprios negócios e guardar suas próprias poupanças, de gastá-las, ter rebanhos domésticos; também podem ser proprietárias de bens domésticos. E no casamento a casa da morada deve ser da família do homem ou casa do marido e nunca da mulher, exceto na etnia *bijagós*. Para todas estas etnias: desrespeitar, bater e escravizar as mulheres é considerado crime passível de severas punições, isolamento até a retirada da mulher no casamento se os familiares quiserem (Barros; Semedo, 2012) ainda, o divórcio é um direito concedido para todas as etnias, e não exige um acordo mútuo.

A mulher pode tomar a iniciativa de terminar por motivos de maus tratos, agressões e até pela infidelidade, mesmo que o seu parceiro não esteja de acordo. Para Amaral (2003), a posição das mulheres em várias partes da África é determinada muitas das vezes por normas culturais e práticas tradicionais, mas as formas específicas de desigualdade variam de país para país, e de uma etnia para outra. E novas problemáticas sociais em relação às mulheres surgiram depois das independências, como as questões de prostituição, delinquência, estupro, dentre outros problemas.

As etnias que têm o modo de socialização dos indivíduos baseado na religião islâmica têm uma socialização com forte poder centrado na figura masculina. Contudo, o homem não relega os papéis desempenhados pela mulher à inferioridade. E na etnia *balanta*, vimos que o que caracteriza esse povo é uma socialização com base na divisão do trabalho baseada na força física do homem e da mulher, ocorrendo a relação de dominação através de cumprimento de ritos de iniciação e da faixa etária. Tanto homem quanto mulher desempenham um papel crucial para a coesão da comunidade. Da mesma forma, na etnia *bijagós*, a última exemplificada, a socialização passa pelo rito de iniciação que as prepara para atuação política e religiosa nas suas comunidades, obedecendo sempre a faixa etária. E, em alguns casos, as mulheres chegam a ter mais poder político de atuação em relação aos homens. E outras etnias, embora o poder da comunidade ficasse nas mãos dos homens, em alguns casos as mulheres exercem o protagonismo.

Como já mencionado acima, existem várias etnias na Guiné-Bissau e cada uma tem as suas formas de organizações sociopolíticas e culturais que se diferenciam uma das outras nos usos e costumes. Então, como o foco do trabalho não é descrever todas, procurei apenas falar de algumas etnias com intuito de contextualizar um pouco o leitor como era a dinâmica da socialização das mulheres e dos homens no que diz respeito à questão de poder decisório nesse continente (África) antes do processo da colonização e da construção da nacionalidade guineense. Atualmente essa norma, embora se faça presente, sobretudo na zona rural do país,

não se aplica em todas as mulheres ou meninas destas etnias devido ao reflexo do colonialismo e, conseqüentemente, do processo da modernidade.

### **3.3. Aspecto político: consolidação do Estado Nação Democrático**

Entende-se por política as diferentes formas que cada sociedade ou comunidade se organizam para tomar decisões baseada no bem comum da maioria. Pierre Bourdieu (2011) analisa o campo político como um lugar de luta em prol das ideias e interesses muitas das vezes particulares, mas que podem ser apresentados como expressão dos interesses dos cidadãos que lhes deram delegação. Para o autor, o campo político estrutura-se com base na exclusão, e atores que ali estão usufruem de capitais simbólicos, econômicos e culturais desiguais, e ao mesmo tempo disputam pelo monopólio da manipulação legítima dos bens políticos acessados pelo poder do Estado.

Na Guiné-Bissau, a ideia da nação antecedeu a construção do Estado, e a sua emergência ocorreu numa lógica de reafirmação pela dignidade e de libertação de um povo cujo direito está sendo negado pelos invasores. E, em meio a isso, era necessária a união cultural entre comunidades étnicas que se sentiam ameaçadas frente ao poder colonial, e, ao mesmo tempo, estavam perdendo paulatinamente seu poder político, em detrimento das normas identitárias impostas pela cultura europeia.

Hobsbawm (2013) vê a nacionalidade como um fenômeno recente da história da humanidade construída historicamente para fins políticos. As suas características envolvem a questão de língua, etnia, território comum, a história comum, traços culturais e entre outros aspectos/elementos. Outrossim, importa salientar que a forma original da palavra “nação” se diferencia da sua noção na modernidade ou do seu entendimento hoje em dia. A definição em si não é única e sim subjetiva.

Uma vez que as próprias características que dão o sentido à palavra são construídas regionalmente em caráter histórico e político e a partir de uma localização. Na Guiné-Bissau, como em outros países africanos que foram colonizados, era preciso forjar essa identidade comum – perspectiva de mito de uma “nação”, a fim de ter maior aderência do povo para a luta de libertação. Entretanto, [...] “nação é qualquer corpo de pessoas suficientemente grande, cujos membros se consideram como membros de uma ‘nação’” [...] (HOBSBAWM, 2013, p.17)”.

Algo no mesmo sentido afirma o sociólogo guineense Carlos Cardoso (2004), “no nosso caso, o espaço político é um conceito cuja gênese está ligado à implantação das estruturas e

instituições coloniais [...]” (CARDOSO, 2004, p.5). E antes desse processo a própria terminologia carecia de uma existência viva na localização daquilo que expressa a atuação de “espaço político” como um Estado Soberano. Nessa ocasião, a formação da elite política guineense moderna estaria ligada aos dois fenômenos históricos importantes e indissociáveis na Guiné-Bissau: a primeira fase, direcionada a instalação permanente do Estado colonial e a segunda ligada à integração de uma camada de origem africana, não necessariamente “indígenas”, mas “assimiladas” nas estruturas, instituições e dinâmicas sociopolíticas da colônia (CARDOSO, 2002). Entretanto, a formação de elites na Guiné-Bissau foi influenciada pela política praticada pelo colonialismo português, que optou por um modelo de colonização cujo principal paradigma consistia na assimilação e integração dos povos colonizados (CARDOSO, 2002, p.15).

Portanto, o verdadeiro conceito do “espaço político” moderno naquilo que define propriamente a noção de “nação” veio a consolidar-se com a proclamação da independência em 1973 por diante. Lembrando que depois que a Guiné-Bissau se afirmou como um Estado-Nação, isto é, assumiu-se o seu espaço político enquanto povo que pertence uma nacionalidade, o país encontrava-se numa confederação entre dois países: Cabo-Verde e a Guiné-Bissau sob liderança do PAIGC<sup>18</sup>, tendo como líder o Luís Cabral até no dia em que ele foi deposto por um golpe do Estado conhecido na história de Guiné-Bissau como “Movimento Reajustador” de 14 de novembro 1980<sup>19</sup>, liderado pelo general João Bernardo Vieira (Nino). Nessa ocasião, os dois países se separam definitivamente, tornando-se independentes um do outro<sup>20</sup>.

A ruptura entre estes dois países pressupõe várias interpretações. Alguns alegaram que a unidade de dois países era apenas para a luta da independência, depois disso, teriam administração separada. Ao contrário disso, os dois países encontravam-se numa confederação liderada por Luís Cabral, cuja governança era algo de muitas críticas na sociedade guineense porque os cabo-verdianos ocupavam lugares de destaque na Guiné-Bissau, enquanto em Cabo-Verde nenhum guineense esteve na administração do Estado. O outro fator também era a lei de

---

<sup>18</sup> PAIGC- Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde fundado em 19 de setembro de 1956 por Amílcar Lopes Cabral e mais “cinco colegas”. Em seus documentos, o partido defendeu o binacionalismo como solução política para “unidade, contrapondo-se à bipolaridade entre cabo-verdianos e guineenses” (TEXEIRA, 2015, 175)

<sup>19</sup> Golpe do Estado em que o “Nino” subiu ao poder como presidente da Guiné-Bissau e como líder do partido PAIGC. Denominado por “O movimento reajustador por não se tratar “de um mero golpe de palácio,” mas sim um reajustamento” por priorizar o combate às injustiças, a resolução das crises econômicas e a satisfação das mais prementes necessidades do povo” (MOITA et al, 1980, p. 07, apud. CANDÉ MONTEIRO, 2013, P. 225).

<sup>20</sup> As relações interrompidas pelo golpe do estado dos anos 80, foram retomadas em 1985 como países independentes (Teixeira, 2015 p. 198)

pena de morte que existia na Guiné e não em Cabo-Verde. “Questionava-se também a descendência do próprio presidente. O pai era imigrante de Cabo-Verde e mãe portuguesa, contudo, o Luís tenha nascido e vivido toda a sua vida na Guiné-Bissau, exigia-se que ambos os pais tivessem nascido na Guiné-Bissau.” (RUDEBECK, 2001, p.36). Nas palavras do ex-combatente de liberdade da pátria o Filinto de Barros, salientou que:

Por mais volta que queiramos dar, Luís Cabral é um cabo-verdiano de origem e não devia ocupar o cargo de presidente. O nacionalismo guineense saiu muito confundido com este figurino! Era patente para todos que ninguém lutou para substituir o português pelo Cabo-verdiano!... Luís Cabral teria toda a legitimidade para exercer esse cargo. Mas havendo dois Estados separados, o Lugar dele na Guiné-Bissau não podia ser a do presidente (BARROS, 2011, p.5)

Até aqui, como dá para perceber, o país vivenciou várias clivagens sociais, herdadas, sobretudo, da estrutura colonial depois da independência e, conseqüentemente, após o primeiro golpe de Estado de 1980. O poder continua a ser monopolizado pelo mesmo regime do partido único (PAIGC) e pelos grupos daqueles que vieram da mata (os que lutaram contra o regime colonial — os antigos combatentes), na perspectiva de impedir a ascensão ao poder dos que não eram combatentes da liberdade da pátria. Também vale ressaltar que nem todos que participaram nesse processo da independência tiveram a chance de estar na hierarquia superior (CARDOSO, 2004). Ainda,

Poucos membros do partido estavam realmente comprometidos com algum programa ideológico ou político, exceto para assentar a autoridade do PAIGC. A situação que se seguiu ao 14 de novembro de 1980 reforçou esta tendência de concentração de poderes e de uma eletização da classe política. Um conjunto de alterações institucionais vieram reforçar o poder do presidente. Algumas estruturas do poder executivo foram incorporadas diretamente no gabinete do presidente. A eliminação do posto de Primeiro Ministro ajudou a concentrar o poder nacional na presidência (CARLOS CARDOSO, 2004, p.12).

O controle social, econômico, cultural e político passava pela inspeção do PAIGC, reconhecido a partir da constituição da república do país no seu artigo 4º como “a única força política e o dirigente máximo da sociedade, do Estado e da nação”. Assim, em nível administrativo, a Guiné regia-se pelo partido-Estado (TEXEIRA, 2015, p. 205) e como consequência havia controle social e político, perseguição e vigilância, acompanhada de repressão e eliminação de adversários. O PAIGC desenvolveu uma estratégia de “totalização da sociedade” e domínio das esferas que não estavam controladas pelo partido.

A elite política atual sofre com duas heranças negativas: uma causada pela política repressiva colonial e outra do Estado pós-colonial que, por causa de uma política repressiva do

partido único, nunca priorizou o desenvolvimento do país, de uma sociedade civil autônoma ou a constituição de uma classe política além do partido único (CARDOSO, 2004). Em linhas gerais, o governo que sucedeu ao regime colonial e, conseqüentemente, depois da primeira queda de governo, bloqueou o projeto daquilo que seria o principal motivo da luta armada, trazendo consigo as heranças culturais negativas da governação colonial.

Os processos de mudanças políticas ocorridos nos finais dos anos 80 que desencadearam a queda do muro de Berlim atingiram os países africanos com forte alinhamento ao regime socialista de governação. Esse fator foi espinha dorsal para transição do regime dos partidos únicos e advento da democracia através da aderência ao multipartidarismo.

Além disso, foi ratificada a Constituição da República que culminou com a queda do artigo IV. Este expressava que o PAIGC era a força política dirigente da sociedade e do Estado. Outros eventos importantes que então se destacaram foram a aprovação a 9 de maio de 1991, da Lei Quadro dos Partidos Políticos e o processo de liberalização económica e adesão da Guiné-Bissau à UEMOA iniciada em 1987, com raízes desde 1983. E também foi criada a Comissão Nacional de Eleições (CNE), sem nenhuma figura feminina. Estes fatos fizeram com que o mundo reconhecesse a Guiné-Bissau na lista dos países em vias de democratização (BARROS; SEMEDO, 2012).

No entanto, a Guiné-Bissau, que até aqui se encontrava na lista dos países unipartidários, se viu obrigada aderir essa transformação e o PAIGC, que havia estado no poder há dezesseis anos, tornou difícil essa mudança, sobretudo pela recusa em abandonar as práticas repressivas e do controle do Estado (SEMEDO, 2010); assim, o país passou para democracia com conjuntos de contradições e problemas internos dentro da estrutura do partido único mal resolvidos. Isso gerou impactos negativos posteriormente na própria consolidação da democracia no país, porque as pessoas que ousaram e fundaram outros partidos políticos eram militantes do PAIGC. De acordo com Carlos Cardoso:

Os políticos que integram as novas formulações políticas criadas após a introdução do multipartidarismo de 1991 são na sua maioria dissidentes diretos do PAIGC quer dizer, pessoas que no passado não muito longínquo militaram neste partido, ou indivíduos cuja infância e juventude foram bastante marcados por uma educação política feita sob o regime do partido único. (CARDOSO, 2004, p. 16).

O trecho do autor nos faz perceber que a liberalização política é permeada por disputas em torno do poder entre atores políticos. Mas, nesse caso, já havia certo inconformismo e divergências silenciosas entre as partes por suas raízes embrionárias. Não obstante, com a queda do artigo IV da Constituição da República a partir de 1991, que dava o PAIGC a legitimação



de ser a única “força política dirigente da sociedade e do Estado” e do seu artigo VI de “expressão suprema da vontade soberana do povo”, surgiu a possibilidade de criação de outros partidos políticos que pudessem disputar com o PAIGC pela liderança do país (TÉ; ODILA, 2020, p.220): “Mesmo com as perplexidades, as resistências e o “braço de ferro” dentro do PAIGC, o partido acabou por alinhar-se à nova conjuntura política imposta” (p.220).

A partir deste cenário, a sociedade guineense estava muito otimista na esperança de vivenciar os prestígios de uma verdadeira democracia participativa, de garantia dos direitos humanos e estabilidade sobretudo para atrair investidores nacionais e internacionais para o desenvolvimento do país.

Os fatos não aconteceram como previsto, os anos passaram e a intriga que reinava no seio do partido que liderou o país pós-independência veio à tona, causando, assim, a guerra civil de 1998<sup>21</sup> que ceifou várias vidas, criando traumas que até então permeiam no subconsciente dos indivíduos que a vivenciaram, sem falar das destruições das infra estruturas causadas pela mesma.

O fator de desencadeamento da guerra foi o tráfico ilegal das armas feito nos mais altos níveis do Estado, gerando armas excedentes no país desde a guerra de libertação em 1963-74. Chefe de Estado Maior das Forças Armadas. Os rebeldes do Senegal, em Casamança, província do Sul do país, fronteira com Guiné-Bissau, desde alguns anos compravam em segredo armas do exército e forças de segurança da Guiné-Bissau, que lhes eram fornecidos através de mediação feita pelos detentores de cargos superiores nas forças armadas. Fortes indícios apontam para o envolvimento do próprio presidente na época.

No intuito de desviar as atenções e de atenuar a preocupação pública, pelo menos em relação ao Senegal, o presidente tentou, em 1998, sacrificar o seu colaborador mais próximo e companheiro de armas há trinta anos, o brigadeiro Ansumane Mané<sup>22</sup>, suspendendo-o do seu posto por suspeita de envolvimento no tráfico de armas (RUDEBECK, 2001, p.18). A guerra civil teve duração de 11 meses, ocorrendo entre 7 de junho de 1998 a 7 de maio de 1999, quando o presidente João Bernardo Vieira<sup>23</sup> foi retirado do poder, ficando exilado na embaixada de

---

<sup>21</sup> Em 1998 o país se envolveu num conflito político-militar 07 de junho, desencadeado pelo presidente da República João Bernardo Vieira (Nino), teve pequeno número de apoio de tropas fiéis ao governo o qual depois de dois dias da guerra recebeu forte ajuda militar dos países vizinho: Senegal e Guiné-Conacri. E por outro lado, encontrava-se a maior parte das forças armadas guineenses sob comando do brigadeiro Ansumane Mané, que tinha sido fortemente exonerado pelo presidente à dois dias anteriores e de dizer que ele encontrava-se suspenso do seu posto desde Janeiro de 1998. (RUDEBECK, 2001, p. 12).

<sup>22</sup> Na época era Chefe de Estado Maior de forças armadas, ex-combatente da Liberdade da Pátria.

<sup>23</sup> Regressou ao país em 2005, e se candidatou para eleições presidenciais como um candidato independente no mesmo ano. Entretanto, o sufrágio universal foi vencido por ele no dia 24 de julho de 2005, assumiu o poder a

Portugal na Guiné-Bissau e após alguns dias conseguiu asilo político completo. Como consequência desta guerra, a Guiné-Bissau se encontra deteriorada: a crise financeira se instalou ainda mais, há falta de recursos materiais, destruição das infraestruturas e perdas de vidas. A vontade de que se realizasse uma mudança na conjuntura do país era muito grande em todo o país.

Mas dependia das coalizões de todas as partes do território nacional fazê-la valer — os políticos, os cidadãos, a comunidade internacional e os próprios militares. E esse passo foi dado com a normalização do processo político em 14 de maio de 1999 quando o Malam Bacai Sanhá<sup>24</sup> foi empossado como presidente interino da República (RUDEBECK, 2011). Lembrando que, na Guiné-Bissau, desde a abertura democrática e com as primeiras eleições em 1994, nenhum presidente ou primeiro-ministro eleito pelo sufrágio universal conseguiu concluir o mandato<sup>25</sup>, previsto pela Constituição da República por cinco anos.

Em resumo, desde as primeiras eleições de 1994 até as realizadas em 2012, nenhum candidato eleito democraticamente cumpriu seu mandato previsto pela Constituição da república. De 1994 à 1999, o mandato foi interrompido pela Guerra Civil de 7 de junho; o de 2000, liderado pelo Kumba Yalá, previsto a terminar em 2005, foi interrompido em 2003 por um golpe de Estado; o de 2005, liderado pelo João Bernardo Vieira (Nino), previsto para final de 2010, foi interrompido pela morte do presidente por assassinato em 3 de março de 2009, — a clivagem deu a urgência da realização das eleições presidenciais antecipadas, marcadas para 28 de junho de 2009.

Esta eleição foi vencida por Malam Bacai Sanhá, conferindo mandato até 9 de janeiro de 2012 (pois o presidente morreu de doença em 9 de janeiro de 2012, tendo sido substituído por Raimundo Pereira, ainda presidente da ANP). Este fato também criou a urgência da marcação da eleição presidencial antecipada, em que Carlos Gomes Júnior foi o candidato mais votado, em seguida, Kumba Yalá, que foram classificados para o segundo turno. O escrutínio não viria a ter lugar na sequência de perturbações políticas que culminaram com um golpe de Estado perpetrado pelos militares no dia 12 de abril de 2012 (BARROS; SEMEDO, 2012).

---

partir de 1º de outubro do mesmo ano até o dia 2 de março de 2009, data em que ele foi assassinado em sua casa por tiros.

<sup>24</sup>Até aqui, tinha sido presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau eleito na legislatura de 1999. Assumiu-se como presidente interino do país entre 14 de maio de 1999 a 17 de fevereiro de 2000. Eleito como presidente da República em 28 de junho de 2009, após vencer as eleições presidenciais como candidato do Partido africano para independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

<sup>25</sup> Exceto Malam Bacai Sanhá que no decorrer do seu mandato morreu por causa de uma doença prolongada.

Na história da democracia política da Guiné-Bissau, o único presidente que conseguiu terminar o seu mandato previsto pela Constituição da república é o José Mário Vaz (Jomav), eleito em 23 de junho de 2014 e que governou até 27 de fevereiro de 2020. Mas

[...] que também, veio a contribuir em parte com a velha conhecida instabilidade política, com nomeação, em uma única legislatura, de oito (8) Primeiros-ministros. Vale lembrar que, à semelhança das eleições presidenciais, neste mesmo período de vinte e cinco (25) anos, foram realizadas sete (7) eleições legislativas, sem que houvesse o término do mandato do governo, e que de acordo com a CGB, o mandato do governo é de 4 anos, por um lado, e, por outro, uma guerra civil em 1998, e sucessivos golpes de estado, assassinatos de figuras políticas e civis ( TÊ; MONTEIRO, 2020 p.221)

Porém, o processo da democratização na Guiné-Bissau tem sido um processo muito difícil e imprevisível até hoje, marcado pelos grandes desafios da consolidação do verdadeiro sentido de um Estado Democrático de Direito, devido a recorrência de várias clivagens sociais que contribuem para insanidade da sociedade, reforçam o espírito de ódio e vinganças nos indivíduos cujos familiares ou eles/as são vítimas de injustiça político e social. Ademais, as próprias instituições democráticas são guiadas por interesses econômicos individuais dos outrora dos partidos políticos.

### **3.4. Visão geral sobre a representatividade política: o caso da Guiné-Bissau**

A Guiné-Bissau é um Estado democrático laico. Esta afirmação deriva do próprio conceito da democracia e na afirmação do seu exercício pleno do seu sistema político, manifestado em forma de: nação, Estado e indivíduos. Ao falar da democracia nessas três dimensões, isso nos leva a pensar as questões da representação, partidos políticos, eleições, poder executivo, legislativo e judicial, na qual não existiria a possibilidade de uma existência de um Estado nação democrático nas sociedades modernas, de grande massa populacional.

Entendia-se que o governo democrático aproxima-se mais do ideal de autogoverno, do povo governando a si mesmo—governo do povo pelo povo. Esse progresso levaria o avanço na autonomia do indivíduo, através da garantia da simetria dos direitos humanos, econômicos e políticos (MANIN, 1995). Nessa acepção, a metamorfose do governo representativo e da democracia residia na lógica da autonomia coletiva baseada nas normas que seriam submetidas às pessoas e respeitadas por elas.

Nadia Urbinati, no seu artigo denominado “Representação como *advocacy*”, afirma que, nos Estados modernos com uma extensão territorial grande, a democracia (indireta), exercida por meio da representação, tem sido o meio pragmático para a liderança, em que o procedimento

da divisão do trabalho foi adaptado à função do governo. E a representação serve não só de requisito para uma equivalência bilateral entre os cidadãos e o Estado, mas também de promoção da cidadania passiva.

O representante escolhido através das eleições legislativas serve de intermediário, que pode ampliar o espaço do debate político para além das instituições governamentais e, ao mesmo tempo, submeter as decisões políticas à análise da população. “Levando as reivindicações e ideias do povo à assembleia para ampliar e enriquecer o debate neste âmbito” (URBINATI, 2010 p.66). A representação, embora não seja uma ideia bem definida e estável, faz existir uma grande república através da sua dinâmica na discussão e na busca de diferentes clivagens sociais que podem ser perigosas para sociedade (PITKIN, 2006).

De forma mais radical, Marion Iris Young define a representação como “um relacionamento diferenciado entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo” (YOUNG, 2006, p.142). Segundo a autora, na sociedade de massa e com grande número de exclusão e de objeções, não existe a possibilidade de uma representação no seu sentido normativo. Dito de outra forma: a representação política não se trata de substituição da identidade/retrato dos eleitores ou da pessoa a ser representada, mas é uma mediação entre os representantes e representados que envolve pensar essa dimensão em diferentes aspectos. Para ela, a representação deve ser plural para que sejam pegadas diferentes identidades baseadas nos interesses, opiniões e perspectivas, envolvendo sempre a autorização e a prestação de contas (YOUNG, 2006).

O sistema legislativo político guineense é baseado na democracia representativa proporcional indireta, na qual o deputado para se eleger e reeleger precisa, antes de tudo, pertencer a um partido político e ao mesmo tempo ter apoiado os demais membros deste partido. Não existe possibilidade de se candidatar independente, a não ser para o cargo de presidente da república.

Então, desde a abertura da democracia na Guiné-Bissau, a representatividade passou a ser alvo de várias objeções. De acordo com a *Fala di Mindjer* (2018), na Guiné-Bissau a população sente mais a presença dos políticos nos períodos das campanhas eleitorais. Os processos eleitorais são momentos de grande mobilização social e política, em que diferentes candidatos dos partidos políticos apresentam as suas programações governativas e tendem a ir junto das comunidades locais para atraírem a aprovação dos eleitores. Depois desse escrutínio, muitos dos representantes eleitos não ligam para os interesses dos eleitores, e nem voltam para o círculo eleitoral para saber junto das prioridades da comunidade.

Outro fator relatado também<sup>26</sup> é suposta prática de compra de voto por parte de certos atores políticos que se mudam para algumas aldeias, geralmente na véspera das eleições, e oferecem bens, como folhas de zinco, aos líderes tradicionais. Os líderes tradicionais, por sua vez, oram, e por vezes fazem um juramento diante de uma noz, pedindo bênçãos e instruindo os membros da comunidade a votar nos/as candidatos/as aprovados/as por estes políticos. Isto porque quando a população participa massivamente no processo deliberativo e ao eleger seus representantes, elas de certa forma são deixadas de lado, não são mais necessárias e por vezes as próprias instituições democráticas de representação desestimulam os cidadãos a participar das discussões e decisões políticas (YOUNG, 2006).

Para Bernard Manin (1995), o problema está no próprio sistema democrático representativo que deu alargamento ao direito do voto individual, o que impossibilitou a representação através das relações pessoais. Com isso, os eleitores começaram a não votar mais nas pessoas conhecidas pessoalmente, mas em um candidato que carrega cores de um partido, organizados na base de uma rede burocrática para mobilizar mais número de eleitores. Uma análise que se faz dentro desta perspectiva democrática dos partidos é de que os representantes não são mais indivíduos livres para votar segundo sua consciência e julgamento, visto que, estão presos à disciplina partidária (MANIN, 1995).

Na Guiné-Bissau ter um bom projeto governativo não atrai o eleitorado para o candidato; ou seja, como é um país composto por vários grupos étnicos, com a maior parte da população semianalfabeta, apresentar o projeto não faz sentido porque os eleitores tendem apoiar o candidato que pertence à mesma etnia, muitas vezes pelo carisma. Os eleitores se tornam apáticos da política, e fanáticos pelos candidatos que nem sequer tem um projeto para construção social do país e ao ter se torna confuso de ver a sua viabilidade. Observa-se que o capital de um ator político está atrelado a potencialidade do seu partido e os capitais culturais e econômicos da pessoa dentro de seu partido (BOURDIEU, 2011). De maneira resumida, como dizia Manin (1995) a democracia do partido maximiza o risco de confronto aberto.

A representatividade política guineense é coberta de vários paradoxos preocupantes. O Parlamento, que deveria ser uma assembleia deliberativa do interesse comum e para todos, converteu-se num instrumento para fortalecimento dos partidos políticos e de interesses pessoais dos deputados. O que vai favorecer o seguimento da nova classe da elite política na

---

<sup>26</sup> Relatório: o direito humano de participar nos assuntos políticos e públicos na Guiné-Bissau janeiro de 2018 a julho de 2019, p.40-41, uniogbis 2019. Disponível: [https://uniogbis.unmissions.org/sites/default/files/binder1\\_final\\_relatorio\\_direitos\\_humanos\\_15nov2019.pdf](https://uniogbis.unmissions.org/sites/default/files/binder1_final_relatorio_direitos_humanos_15nov2019.pdf)

Guiné-Bissau, na qual, eu chamarei de “camaleões partidários<sup>27</sup>”. Assim, o “troca-troca”, ou seja, afiliados temporários nos partidos políticos tornou-se uma norma na política guineense como meio de procurar ascensão ao poder e garantir a melhor condição de vida. A política é marcada pela metamorfose. E os deputados convertidos em clientes “fiéis” de quem detêm mais o poder econômico (TÉ; CANDÉ MONTEIRO, 2020).

Em suma: o governo representativo nunca foi um sistema em que os eleitos têm a obrigação de realizar a vontade dos eleitores: esse sistema nunca foi uma forma indireta de soberania popular (MANIN, 1995, p.3-21). Longe do ideal normativo da democracia, afirmo que não existe democracia plena na Guiné-Bissau e sim uma concepção da democracia expressa pelo golpe de Estado como luta para reconhecimento e da ascensão ao poder governamental.

Até porque o país viveu o processo de transição para a democracia como resultado do golpe de Estado e o próprio Estado da Guiné funciona com base numa política nepotista vista como uma extensão da rede familiar, que vincula aos governos regional, setorial e nacional formadas nas relações de parentescos (TEIXEIRA, 2015). Para o autor, essa visão nepotismo no governo guineense não garante a liberdade da livre concorrência, da competição e da meritocracia, como é definido no modelo ideal de “Estado de Direito” e da “democracia liberal”.

A natureza da representação, contudo, é muito questionada, pois controversa em suas abordagens e significações, mas a sua concordância para escolha dos governantes políticos nos Estados modernos é inquestionável. É nisso que a eleição se torna uma ferramenta fundamental para reação dos eleitores, julgando seus representantes através do depósito do voto que vai legitimar o poder de quem deve governar ou reeleger para o cargo.

---

<sup>27</sup>Usei o termo para denominar os militantes que mudam de um partido para outro, quando os seus estão na crise política ou por simplesmente, por não vencerem as eleições gerais e muitos, porque lhes são permitidos cargos no partido da oposição que será bom para o seu fortalecimento do capital econômico e simbólica).

#### 4. DISCUTINDO GÊNERO NA GUINÉ-BISSAU: O QUE SIGNIFICA SER UMA MULHER NO CONTEXTO POLÍTICO GUINEENSE PÓS-ABERTURA DEMOCRÁTICA

Este capítulo faz uma narrativa sobre desigualdades predominantes entre os gêneros masculino e feminino que se encontram no mundo todo e quase em toda estrutura social e política de cada nação. O capítulo conta com três seções. A primeira procurou analisar a problemática do gênero e representação política das mulheres em diferentes instâncias do poder na Guiné-Bissau após a abertura democrática. A segunda seção debruça-se sobre a mulher na política guineense e os relatos de experiências e suas intersecções.

##### **4.1. Gênero e representação política das mulheres na Guiné Bissau após-abertura democrática**

Ao longo da história da modernidade, as mulheres na maior parte do mundo, se não em todas, são brutalmente excluídas na esfera de tomadas de decisões políticas públicas e privadas. O que de certa forma dava forte poder aos homens no sentido de eles serem vistos como indivíduos aptos para assumirem cargos públicos/políticos, serem chefes e provedores de família. E cabia às mulheres os cuidados diários da esfera privada; ou seja, existia uma divisão do trabalho entre a esfera pública e privada bem definida a partir da capacidade intelectual e que não podia ser transcendida entre os responsáveis de cada atribuição.

Contudo, essas formas de percepções e de divisão do trabalho começaram a sofrer rupturas com a emergência da primeira onda feminista durante os século XIX e nos inícios dos século XX na Europa, que questionava e politizava esse ordenamento social sexista e conservador dos privilégios dos homens. De lá para cá, têm surgido vários movimentos em toda parte do mundo que lutam para que as mulheres passem a conquistar seus direitos de participação nos espaços públicos e políticos, tendo uma voz ativa.

A nível internacional, a luta das mulheres pelas reivindicações dos seus direitos tem ganhado mais impacto e visibilidade a partir da criação do instrumento de proteção aos direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945. A organização expressa que todos os direitos e liberdades humanos devem ser aplicados igualmente a homens e mulheres, sem distinção de qualquer natureza. Assim, se tornou possível ver que essa problemática é um fenômeno mundial, que necessita de uma agenda internacional no sentido de buscar proteção e

promoção dos direitos das mulheres nas áreas consideradas mais vulneráveis. As Nações Unidas têm desempenhado papel fundamental na promoção da situação e dos direitos da mulher em todo o mundo. E adota todas as medidas para a promoção do debate e negociação de instrumentos juridicamente vinculantes, criando espaços para promover o diálogo, ampliação da visibilidade sobre a temática da conscientização à situação de discriminação e inferioridade que se encontram as mulheres em várias esferas da vida social, em quase todos os países<sup>28</sup>.

Nessa negociação de compromissos e de acordos internacionais, Estados partes acordam pela criação de Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), em 1979 — que entrou em vigor a partir de 1981— pensando diretamente sobre a legislação e as políticas públicas nos países-membro. Tornando-se, assim, o primeiro tratado internacional que dispõe amplamente sobre os direitos humanos da mulher, buscando promover os direitos da mulher na busca da igualdade de gênero e reprimir quaisquer discriminações contra a mulher nos Estados-parte (PIMENTEL, 2006).

A partir disso, foram realizadas várias conferências internacionais no âmbito de ONU voltadas para os direitos das mulheres, a saber: a I conferência Mundial da mulher (México, 1975); a II (Copenhague, 1980); a III (Nairobi, 1985); a IV (Pequim, 1995). Esta última traz três inovações para luta e promoção da situação e dos direitos da mulher, baseada no conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade (BEIJING, 1995).

O CEDAW, enquanto utensílio jurídico e essencial de mulheres, foi aprovado pelo governo da Guiné-Bissau em 1985, de acordo com a Resolução N° 14/85, publicado no Boletim Oficial N° 27 de 06 de julho de 1985. Em 12 de setembro de 2000, o país assinou o protocolo facultativo da CEDAW, que no dia 28 de fevereiro de 2008, foi revalidado (LGDH, 2010/2012).

A nível nacional, a Constituição da República da Guiné-Bissau, reconhece a igualdade perante a lei de todos os cidadãos que vivem no território guineense<sup>29</sup>. E ainda no seu artigo 25° deixou claro que “o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, econômica e cultural”. Recentemente, em 2 de agosto de 2018, foi aprovada a lei n° 4/2018 — lei de quota, que garante a obrigatoriedade de os partidos políticos incluírem 36% das mulheres nas suas listas de candidaturas ao parlamento. Fazendo com que a Guiné-Bissau

---

<sup>28</sup> Relatório nacional sobre a aplicação/implementação da declaração e do plano de ação de (BEIJING, 1995) Disponível:

<[https://www.uneca.org/sites/default/files/.../guinea\\_bissau\\_beijing\\_report\\_0.pdf](https://www.uneca.org/sites/default/files/.../guinea_bissau_beijing_report_0.pdf)>. - Acesso: 28. 11. 2022.

<sup>29</sup> No seu artigo 24°, a Constituição afirma que: “ todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica”.



faça parte do grupo de mais de 80 países que adotaram medidas corretivas e temporárias para fazer avançar a paridade em termos da participação das mulheres na política e nas esferas de decisão do país<sup>30</sup>.

Contudo, em termos práticos a sua aplicabilidade ainda continua a ser lenta não apenas em relação aos direitos humanos das mulheres mas também quanto a outros cidadãos que estão à margem da pobreza extrema institucionalizada. E o Estado da Guiné-Bissau ainda não conseguiu cumprir o acordo assinado no protocolo do CEDAW e pela Plataforma de Ação de Pequim e garantir uma maior inclusão de mulheres na arena política e nas outras instâncias da tomada de decisões.

Ademais, ao falar da participação das mulheres na esfera política e de tomadas de decisões, não se pode deixar de falar das narrativas da luta de independência, ou seja, na luta pela conquista dos direitos políticos e civis das mulheres na Guiné-Bissau, que surgiu no mesmo período com o processo de luta para emancipação do país enquanto um Estado Nação Soberano de Direitos. Diferentemente da maioria dos países da Europa em que as mulheres vieram a conquistar a sua emancipação depois de muitos anos da afirmação dos seus países, muitos destes Estados Democráticos de direito, na Guiné-Bissau, por exemplo, num contexto de luta armada, o movimento de libertação apelava pelo direito das mulheres e das suas emancipações, isso era um discurso central e preocupante dentro do partido, sobretudo, para o seu líder Amílcar Lopes Cabral (GOMES, 2013).

Como resultado disso, as mulheres se engajaram ativamente nas lutas e também desempenharam um papel fundamental para sua efetivação e influenciaram para que homens, maridos e filhos aderissem à causa. A luta pela independência traz novos contornos e possibilidades para a afirmação da identidade da mulher como sujeito de direitos. Após a libertação, esses espaços conquistados pelas mulheres durante esses processos foram perdidos, sobretudo depois da implementação do Estado-Nação democrático em que a maioria das mulheres foram afastadas e passou a ocorrer a sub-representação nos espaços dos protagonismos e, conseqüentemente, nas esferas políticas, nos espaços públicos e nas políticas partidárias nas quais as decisões tomadas impactam as vidas de toda população nacional.

De acordo com relatório produzido pelo Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau, alguns entraves estruturais na cultura dificultam a

---

<sup>30</sup> Escritório Integrado Das Nações Unidas Para A Consolidação Da Paz Na Guiné-Bissau (UNIOGBIS). Parlamento da Guiné-Bissau aprova lei para garantir representação política equilibrada em termos de género. Disponível: <https://uniogbis.unmissions.org/en/guinea-bissau-parliament-passes-law-ensure-gender-balanced-political-representation-0> -Acesso: 03.12.2022

participação das mulheres na vida política, tais como: a dependência econômica das mulheres em relações aos homens; falta de acesso ou limitação das mulheres aos serviços sociais; atitudes subjacentes patriarcais, e os estereótipos associados à prática do gênero que se conectam e interligam as múltiplas formas de discriminação (UNIOGBIS, 2018-19).

O acesso à educação formal vai constituir uma das barreiras limitantes das mulheres nesse processo. A educação formal feminina não é uma prioridade para os pais e responsáveis de educação, sobretudo nas zonas rurais<sup>31</sup>. E nas zonas urbanas, excessivas greves no setor do ensino público originadas por atrasos e não pagamento das/os professoras/as faz com que muitas meninas abandonem as escolas ou dificultam na conclusão do conteúdo programado e estabelecido no currículo escolar. Ressalto que até hoje na Guiné-Bissau ter acesso a educação formal de qualidade ainda é um privilégio de poucos<sup>32</sup>. Por exemplo, o relatório sobre o direito humano de participar nos assuntos políticos e públicos na Guiné-Bissau produzido pelo Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação de paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), reitera que:

[...]As informações recebidas nos setores de Contuboeil, Pirada e Boé indicaram que as crianças só podem frequentar a escola até ao sexto ano, uma vez que não há escolas secundárias nessas áreas. Os/as alunos/as são, portanto, obrigados/as a viajar para as principais cidades, como Bafatá ou Gabú, para prosseguir com os estudos do ensino secundário. Neste contexto, foi relatado que as famílias normalmente proporcionam mais oportunidades para os meninos estudarem, argumentando, por exemplo, que quando as meninas viajam para a cidade, em vez de se dedicarem aos estudos, correm o risco de engravidar, trazendo assim encargos adicionais para os seus pais. Como resultado, as meninas acabam por ter um nível de educação mais baixo. É muito comum nas comunidades a percepção de que “a escola é reservada para os homens porque as mulheres são feitas para o casamento” ou que “as meninas que recebem educação não aceitam o casamento”. Essas visões são frequentemente usadas para justificar a negação do acesso à educação para meninas (UNIOGBIS, 2018/19, p.37).

Entretanto, desde a fase inicial as meninas são preparadas com atributos para ser uma boa dona de casa futuramente. Elas aprendem os trabalhos domésticos, a obediência, submissão e de colocar em primeiro lugar a prioridade da família e do futuro marido, deixando de lado suas as ambições pessoais. Por outro lado, os meninos desde a tenra idade são encorajados para serem fortes, corajosos, e da competência (FALA DI MINDJER, 2018).

---

<sup>31</sup> Em que o índice de casamento forçado e precoce é muito maior. A evasão escolar também é maior — os pais preferem envolver as meninas na recolha do caju, que acontece durante o calendário escolar.

<sup>32</sup> Famílias com melhores condições econômicas matriculam as suas filhas (os) nas escolas privadas. Os que tiveram menos condições e de acordo com ideologias étnicas preferem dar prioridades para meninos estudarem em vez das meninas.

Sendo assim, é comum ouvir expressões estereotipadas associadas aos homens: “*bu tem ku sedu matchu*” (você deve ser Homem/macho!); “*omi ka ta tchora*” (homem não chora); para as mulheres: “*mindjer ta sufri pa si fidjus*” (mulher sofrer para seus (as) filhas(os); ou seja, mesmo sendo infeliz no casamento tem que ficar alí para o bem estar dos seus filhos); “*sufridur ta padi fidalgo*” (aquele que sofre atraí algo benéfico/sagrado), “*mindjer ki ka sibi cuzinha ka ta otcha omi*” (mulher que não sabe cozinhar não encontra marido), entre outras.

Esses diferentes demarcadores influenciarão na não obtenção de altos níveis de escolaridade por parte das meninas/mulheres, com consequências negativas a longo prazo, que impactam a autoestima da mulher no sentido de participar nos eventos públicos, sentindo falta de confiança para expressar os pontos de vistas no processo da tomada de decisões e de falar nos comícios eleitorais por entender que algo inédito a ela (UNIOGBIS, 2018-19).

As mulheres que conseguiram ascender ao posto de liderança e desenvolvem uma política ativa se deparam com grandes desafios, isto é, precisam conciliar a vida política e o cuidado com sua família e, às vezes, necessitam do consentimento do seu marido antes da realização ou participação de várias atividades públicas ou políticas. E há também a dificuldade para se enquadrar no ambiente totalmente “masculinizado”.

Assim, as barreiras que impedem as mulheres de chegar aos altos cargos da liderança e de tomada de decisões são várias. No adágio do Ilídio Amaral (2003, p.170) “[...] apenas constrangimentos sociais e económicos podem conspirar para manter as mulheres, até as mais cultas e de formação universitária, coibidas de desenvolverem as suas potencialidades pleno e de alcançarem proeminência igual à dos homens”.

Vale ressaltar que a escolha de um candidato para composição das listas eleitorais varia de partido para partido, acontecendo pelo sufrágio universal no congresso ou pela indicação a nível central do partido e, às vezes, junção dos dois. E só depois disso enviam as listas ao Supremo Tribunal de Justiça para fins de validação. As metodologias utilizadas para composição destas listas não levam em consideração necessariamente a competência e a igualdade de gênero, mas o poder econômico influencia no bairro/cidade (com pessoas influentes, chefe tradicional, chefe religioso ou ter meios econômicos para financiar pequenas iniciativas de jovens e mulheres).

Outro fator, não menos importante e que precisa ser dito é a questão do clientelismo, nepotismo, a bajulação e compra de votos que se verificam no seio do partido (FALA DI MINDJER, 2018, p. 62). E homens acabam sendo beneficiados devido às diferentes capitais culturais acumuladas ao longo da sua existência. E esse critério de escolha ainda fortalece mais

o poder masculino e contribui muito para sua perpetuação nos cargos chaves das lideranças do país e como do seu estatuto social.

A participação desequilibrada das mulheres no aspecto político e nas tomadas de decisões, como também nas instituições oficiais, é um fenômeno estruturante que ultrapassa a dimensão da comprovação intelectual das mulheres, manifestando-se numa estrutura estruturante em que a legitimidade do porta-voz é baseada na figura de um homem heterossexual.

Para Amaral (2003), por vezes na vida privada o homem é cordial em partilhar autoridade, ao falar da esfera pública e, sobretudo na arena política, o gênero masculino cria todos os mecanismos estratégicos para manter a mulher de fora. As que estão lá terão que demonstrar a sua melhor capacidade para que possam ser reconhecidas dentro deste campo. E muitas das vezes, como são minoritárias as suas vozes, não conseguem ser escutadas. Nesse sentido, a união masculina para a dominação e perpetuação no poder se reafirma através das confianças depositadas no companheiro masculino em relação à parcela feminina. Dito isto, “quando a mulher emerge para fazer frente a um homem ela é confrontada com a solidariedade do bloco masculino que se sente ameaçado e invadida num terreno que pensa ser, exclusivamente, seu. Alicerçado nisto, tudo serve para fazer frente à intrusa” (FALA DI MINDJER, 2018, p. 65).

Na família, escola (materiais didáticos), instituições públicas e políticos reforçam os estereótipos da submissão feminina. E o desvio do padrão convencional da mulher ideal é interpretado muitas vezes como escândalo social. Ainda que as mulheres continuem a resistir a essas normas elas ainda são uma realidade. Por exemplo, como reitera o relatório de Fala di Mindjer sobre o ensino escolar da camada feminina na Guiné-Bissau em que:

A formação das raparigas depende muito da importância que a família atribui ou não ao casamento, em detrimento da formação e emancipação da mulher. Quanto maior for a identificação da família com o idealismo social dominante, “mulher é em casa” menor será a probabilidade da escolarização da rapariga e prosseguimento da formação avançada. Isto porque se acredita que, quanto maior for o nível de instrução da rapariga, maior é a probabilidade de recusar o casamento arranjado pela família e menor será a sua submissão no casamento (FALA DI MINDJER, 2018 p.47).

Nota-se que o casamento transcende uma carreira honrosa. Ele permite à mulher atingir a sua dignidade social integral e realizar-se sexualmente como amante e mãe. “É sob esse aspecto que os que a cercam encaram seu futuro e que ela própria o encara. Admite-se

unanimemente que a conquista de um marido — em certos casos, de um protetor — é para ela o mais importante dos empreendimentos” (BEAUVOIR, 1967, p.67).

Esses estereótipos associados às mulheres fazem com que a maioria das meninas cresçam com a ideia de que necessitam de um homem para cuidar delas, ou seja, que elas não precisam se dedicar muito aos estudos ou ter a sua própria independência porque encontrarão um homem que vai cuidar desse aspecto para elas, e, no seio da família, ela é controlada pelo irmão mais velho ou pai — e quando sair dali vai ser controlada pelo seu marido. Vale salientar que a maioria da família não permite que as suas filhas morem sozinhas, mesmo tendo a possibilidade de pagar as suas despesas diárias, ela só deve sair da casa dos pais para casa do marido, ou seja, quando for casada.

Esse comportamento desencoraja a mulher a não assumir o posto de liderança e do protagonismo, afinal terá sempre um homem ao lado da mulher que tomará conta dela e a defenderá dos possíveis perigos e desafios. E quando a mulher consegue uma ascensão e chega aos postos de tomada de decisão considerados tradicionalmente masculinos, passa a ser objeto de difamação, e em maior parte, são subestimadas e desvalorizadas e ainda os estigmas e preconceitos as atingem fortemente. Dito de outro modo, não lhes é permitido que as ambições políticas sobreponham-se aos seus deveres de mulher, mãe, esposa e dona de casa.

Barros e Semedo (2013) fazem críticas aos discursos generativos que salientam que “as mulheres devem entrar na política” porque são mais pacíficas do que os homens. Discurso pouco convincente na lógica dos autores. Contudo, existe certa sensibilidade por parte das mulheres para causas sociais, mas existe sempre uma probabilidade de caírem na intolerância de provocar conflitos violentos que colocam em causa o desenvolvimento nacional como tem feito “alguns homens”.

Deram exemplo da sensibilidade do papel desempenhado pela antiga governadora da região de Gabu (atual vice-presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau) durante o conflito militar de 1998/99 — Adja Satu Camará Pinto, que se encontra nos EUA em missão de serviço no início do conflito. Mas, mesmo assim, regressou ao país e à região a qual governava, fez negociação com chefes de duas entidades que estavam em conflito para que a guerra não atingisse a região do Gabu, e assim foi. Tornando-se, assim, a única região do país em que não houve derramamento de sangue causado pelo conflito militar de 7 de junho ocorrido na Guiné.

Por outro lado, a Paulina Chiziane (2013) reitera que durante a história da humanidade, houve rainhas, imperatrizes, ministras, embaixadoras e a maioria destas mulheres foram conduzidas pelo egoísmo, ostentação e não fizeram nenhuma política pública para outras

mulheres. “Por isso não se deve essencializar a ‘natureza’ e a ‘sensibilidade’ da mulher como condição para a sua participação política, mas partir do princípio de que as mulheres são sujeitas de direito, assistindo-lhes o direito ao exercício de cidadania” (SEMEDO; BARROS, 2013, p. 54).

O correto seria atender à necessidade de criar mecanismos básicos que oportunizem a concretização da igualdade entre os gêneros para que ambos possam competir em bases iguais, ter privilégios para exercer as obrigações políticas. Infelizmente, como salienta Amaral (2003, p.155): “essas oportunidades e recursos continuam desproporcionalmente controlados pelos homens, porque dominam os sistemas onde são feitas as partilhas e a distribuição”.

#### **4.2. Mulher na política guineense: relatos de experiências e suas intersecções**

*“Se as relações de gênero numa sociedade significam relações de poder, a violência consta muitas vezes como elemento agregador desse poder e isto afeta toda a estrutura social e política”  
(MOREIRA, 2017, p.7)*

Ouvir as narrativas e trajetórias de vida das mulheres entrevistadas em torno da participação política da Guiné-Bissau me faz refletir sobre o trecho acima escrito pela historiadora, ativista e política Afro-Portuguesa Joacine Katar Moreira, de que o gênero não pode ser compreendido sem uma reflexão sobre o poder e a violência. Com isso, vamos compreender as disputas que norteiam o campo político com base nas relações do poder, e sobretudo entender como as mulheres entrevistadas construíram as próprias trajetórias no seio de narrativas masculinas produzidas a partir de realidades sociais de viés “patriarcal” (PATRICIA GOMES, 2021).

Como foi demonstrado nos capítulos anteriores, a sub-representação das mulheres na política não está apenas atrelada ao seu gênero atribuído, mas se interconecta a outros marcadores culturais de opressão. Então, pensar o gênero como uma estrutura social leva a outra visão sobre a mudança, de repensar as estruturas de desenvolvimento baseadas nas contradições

internas que afligem esses padrões e impulsiona mudanças dentro da mesma estrutura (CONNELL; PEARSE, 2019).

No caso da Guiné-Bissau, a interseccionalidade de gênero articula-se em torno da classe, do gênero, parentesco, etnia e território na qual o colonialismo impactou tanto. E pode ser compreendida em termos dicotômicos entre cidade-campo e da estrutura segregacionista do processo colonial que classificou as populações entre “assimilados” e “indígenas” que posteriormente refletiu nas diferenças culturais e étnicas e na própria ascensão ao poder político (FIGUEIREDO; GOMES, 2016). Além disso, a questão da raça não é um elemento estruturante para hierarquia do gênero, mas sim a etnicidade e os moldes patriarcais. No entanto, para compreender em termos de privilégios de diferentes mulheres guineenses no que tange ao poder político e da tomada de decisão e o acesso aos cargos públicos, é necessário entender primeiro a intersecção de gênero, classe, da territorialidade e do parentesco.

Quanto ao gênero, este está interligado aos papéis dicotômicos da socialização relegados para os homens (espaços públicos-protagonismos) e mulheres (espaços privados-cuidados); essa educação criou barreiras e delimitou atuação das mulheres nos espaços públicos, que acabam, muitas das vezes, não vendo a política como o lugar da referência para “mulher. Pierre Bourdieu é esclarecedor quando afirma que:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivo nas coisas (na casa, cuja as partes são sexuadas), em todo mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistema de esquemas de percepção, de pensamento e de ação [...] (BOURDIEU, 2012 p.17).

Percebe-se que no estado atual da divisão do trabalho hierarquizada com base nas diferenças biológicas-sexuais, as mulheres têm uma menor probabilidade de responder questões políticas em relação aos homens, ao mesmo tempo que instruídas têm maior oportunidade em relação aos menos e isso também se estende às pessoas pobres (BOURDIEU, 2012).

Em relação à classe tal divisão compreende particularmente as mulheres rurais (*tabankas*- mulheres de áreas rurais) e as mulheres urbanas (das cidades), criando hierarquias e cristalizando posições (FIGUEIREDO; GOMES, 2016). Isto porque as mulheres das zonas rurais são subalternizadas a partir duma violência estrutural que lhes impede de ter acesso aos meios básicos enquanto cidadãs nessa conjuntura atual, como educação formal, acesso a saúde, saneamento básico, de uma forma resumida: a presença do Estado através das políticas públicas é quase inexistente nas zonas rurais.

Elas não estão preparadas para lidar com o mundo externo — política partidária, de concorrência e competências porque falta a educação que lhes foi retirada e que é exigida poder garantir os padrões básicos exigidos por esse regime de governação. E o acesso a tempo livre também é um fator limitante destas mulheres (a maioria passam o tempo nas lavouras e nos cuidados domésticos). Enquanto isso, a maioria das mulheres urbanas têm acesso à educação formal e universitária, o que facilita muito a sua inserção nestas instâncias e acaba tendo as maiores possibilidades na carreira profissional e política.

A terceira demarcação de acesso de diferentes mulheres ao poder político na Guiné-Bissau é a questão do parentesco. A própria influência de relações familiares no acesso ao poder político marca a formação histórica da Guiné-Bissau como uma nação e um Estado que se iniciou com classe dominante tradicional (assimilada). Essa classe se mantém na arena de instituição de decisões políticas (partidos políticos, legislativos e presidências) estendendo seus laços através das alianças construídas por vias matrimoniais e alianças de parentesco (BUNDÉ, 2022). Portanto, mulheres que vieram destes laços de parentescos/familiares acabam por ter mais facilidade e acessibilidade para se integrar nos partidos políticos e na ascensão dos cargos políticos/públicos.

A construção desta pesquisa, como foi mencionado no capítulo metodológico, deu-se através das entrevistas com roteiro de questionários objetivos em torno da participação feminina na política para poder compreender a partir das experiências das mulheres as suas percepções sobre a sub-representação feminina no cenário político e os desafios percorridos. Foram entrevistadas seis (6) mulheres, entre elas: três (3) eram do Partido Africano para Independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde (PAIGC); duas (2) do Partido da Renovação Social (PRS) e uma (1) do Partido da Unidade Nacional (PUN).

O roteiro de entrevista foi definido por critérios de identificação geral do perfil de cada participante, tais como: nome completo, idade, etnia, nível de escolaridade, profissão, estado civil, número de filhos, país da residência, partido político e com outras questões que diziam a respeito de desigualdade de gênero na política guineense. Para interpretação das falas, utilizamos a metodologia das narrativas de vida em perspectiva etno sociológica de Daniel Bertaux (2010), que demonstra que narrar bem história implica a necessidade de delimitar as personagens, descrever as relações recíprocas, explicar a intenção do agir do pesquisador, descrever os contextos das ações e interações. Porque os conhecimentos a priori do pesquisador em relação à temática representam frequentemente estereótipos, preconceitos, e outras representações coletivas que carregam os julgamentos baseados no senso comum. Então, o



pesquisador deve encorajar o entrevistado a contar sua vida e mostrar o seu interesse por tudo que ela diz.

Percebe-se que todas as entrevistadas pertenciam à classe média alta do país, com nível de formação superior e com recursos financeiros estáveis e também são bem-sucedidas na vida política. Paralelamente, os participantes têm idade aproximadamente entre 44 a 75 anos, encontram-se todas residentes em diferentes bairros do setor autónomo (Bissau/capital), por exemplo: Bairro de Ajuda, Praça dos Heróis Nacionais e bairro Enterramento. De seis mulheres entrevistadas, duas são divorciadas, têm de dois a quatro filhos/as, uma é solteira/sem filhos. Em relação às atividades profissionais, essas mulheres ocupam funções tais como: pedagoga, jurista, economista, administradora e engenheira de pesca.

Para o posicionamento político deste trabalho, optei por fazer três entrevistas na língua *kriol* — a língua da unidade nacional do povo guineense, e depois fiz a transcrição para português. Estas três mulheres são antigas combatentes de liberdade da pátria, que iniciaram a própria experiência da luta armada numa fase muito nova (entre 10 e aos 13 anos), e a partir disso começaram as suas experiências de protagonismo político dentro do PAIGC (na altura como movimento para libertação da pátria) até aos dias atuais. As outras três entrevistas foram feitas na língua portuguesa.

Todas as entrevistas decorreram por meio de chamada de vídeo na plataforma Google Meet, nos diferentes dias e horários de acordo com a disponibilidade das entrevistadas. Busquei sempre criar proximidade com as minhas entrevistadas logo no início da conversa para que elas sentissem mais confortáveis para relatar suas experiências de vida. Nessa ocasião, foram informadas sobre a utilidade da entrevista e o rigor científico na preservação da identidade caso quisessem ficar no anonimato, mas todas preferiram que fosse utilizados seus nomes próprios, exceto uma que preferiu que fosse abreviado o seu o início do nome e sobrenome. Além disso, todos os nomes que mencionarei a seguir são os verdadeiros nomes das entrevistadas. Vale salientar que alguns relatos foram mais detalhados do que outros, utilizarei aqui também apenas a parte que importa mais para construção deste trabalho.

#### **4.2.1. Nelvina Barreto: “Tudo nos trava”**

Nelvina Barreto, 59 anos, advogada de carreira e ativista, foi membro fundador e vice-presidente do Partido Unidade Nacional (PUN). Foi responsável de carteiras de projetos do programa do desenvolvimento do Banco Africano, Diretora de projeto de desenvolvimento para

educação para o desenvolvimento comunitário na Guiné-Bissau, foi consultora para várias organizações internacionais e da Guiné-Bissau também. Coordenadora do movimento “Mindjeris di Guiné no lanta<sup>33</sup>” (MIGLAN) fundada em 2015. Em 2009 foi ministra de agricultura e florestas na Guiné-Bissau. Atualmente ela é chefe da unidade de desenvolvimento sustentável do programa das Nações Unidas para o desenvolvimento na Guiné-Bissau (PNUD). Ela é divorciada e mãe de dois filhos.

Nelvina Barreto foi a minha primeira entrevistada. Nossa entrevista aconteceu no dia 14 de outubro de 2022, pelo Google Meet, no período da tarde, às 17h no horário da Guiné-Bissau, que corresponde às 14h no horário do Brasil. O primeiro contato que tivemos foi por via de terceiro, mas antes disso tinha enviado para ela o convite no Facebook para a solicitação da entrevista, ela não o viu. Então, conversei com um colega que era próximo dela. E através dele consegui o contato da Nelvina, conversamos sobre o assunto por *whatsapp* e marcamos o dia para entrevista. Ela foi muito carinhosa comigo e sentiu-se à vontade para conversar. Durante a nossa conversa dava para perceber o entusiasmo nos olhos dela e na tonalidade de voz. Em 45 minutos, ela dá-nos uma aula sobre as principais causas da desigualdade de gênero na política da Guiné-Bissau.

Vale salientar que Nelvina nasceu numa família privilegiada na Guiné-Bissau — o pai era dirigente do PAIGC. Ela disse que cresceu ouvindo falar de política o tempo todo dentro da sua casa, passou a discuti-lo com o seu pai, nem sempre de acordo com as ideias. E nessas discussões muito acaloradas que ela fazia com pai formaram a sua consciência política e direcionaram os seus primeiros passos. No entanto, a política tem sido uma das componentes da sua vida e não um aspecto central.

Durante a entrevista, Nelvina afirma que a questão da desigualdade de gênero começa em casa, no seu núcleo essencial, que é a família, e depois a sociedade que não está preparada para ver uma jovem senhora, uma mulher transformar-se numa líder partidária ou alguém com destaque na política. E enquanto mulher, tudo nos trava, casamento precoce, gravidez, o trabalho doméstico, hábitos/costumes, portanto, tudo! É uma série de fatores conjugados para travar a participação da mulher e a sua busca pela igualdade de direitos.

*Temos também a nível do Estado que não obstante, portanto, subscrever! O Estado da Guiné-Bissau subscreveu no tudo que são convenções internacionais, que vão para igualdade que, portanto, apoiam a igualdade e promovem a igualdade dos direitos*

---

<sup>33</sup>A palavra significa em português “Mulheres da Guiné, Levantem”

*entre homens e mulheres. A nossa Constituição de República também no seu artigo 24 e 25 diz que o homem e mulher têm iguais direitos e deveres perante a lei, mas, que são documentos que ficam guardados na gaveta, não é! Tudo isto é guardado no papel, na prática o Estado não cria nenhum incentivo para promover esta participação feminina, esta verdadeira igualdade que deveria existir. Basta ver que em relação, por exemplo, às questões portanto, da representação política, nos vemos que na nossa assembleia Nacional Popular temos neste momento, ou antes da dissolução do parlamento, tínhamos 14 mulheres num universo de 102 deputados da Nação[...] E esta média não tem variado muito, há legislatura em que estamos um bocadinho mais ou menos, dentro deste quadro, há outras legislatura em que baixamos quantitativamente [...]há uma legislatura em que só havia 9 mulheres em 102 deputados. Portanto, é para ver que o próprio Estado não cria condições, quer através de leis que favoreçam a ascensão e a participação política, quer que conduzam à igualdade (Nelvina Barreto em entrevista realizada via Google Meet no dia 14 de outubro de 2022).*

Essa afirmação da Nelvina demonstra que a desigualdade de gênero na Guiné-Bissau é um fenômeno estrutural e enraizado no imaginário da sociedade de maneira natural. Existe uma série de leis que se efetivamente fossem postas em prática iriam ajudar muito solucionar parte dos problemas que há em relação a participações das mulheres na estrutura de tomada de decisões. Mas não há estruturas do Estado que atuam nesse sentido, resume-se apenas na aprovação das leis, sem trabalhar no sentido da sua verdadeira aplicabilidade ou de fazer um esforço coordenado, consertando e estruturando para ajudar a impulsionar as mulheres para patamares acima do que já estão.

Além desses fatores, em nível da Família e do Estado, ao ser perguntado sobre o papel das mulheres na política, Nelvina questiona a própria estrutura dos partidos políticos que não favorece a participação política das mulheres e como dos conflitos que se vivenciam dentro deste campo:

*O papel das mulheres na política da Guiné-Bissau tem sido muito reduzido. Eu julgo que é muito evidente para toda a gente que de facto sendo a nós um pouco mais de metade da população poderíamos ter muito mais visibilidade, muito mais figuras no destaque em lugares de decisões - o que não acontece. E não acontece por razões básicas: primeiro, na minha opinião, porque política na Guiné-Bissau é caracterizada por uma grande violência, não é só uma violência física, não é só por causa das armas, mas é todo um ambiente institucional da violência que condicionam a não participação da mulher. As mulheres como sabemos são elas que tomam conta do pilar a respeito das famílias, são elas que trabalham, são elas que fazem os seus*

*pequenos negócios, são elas que estão nas lavouras e não tem efetivamente, nem tempo e nem vontade portanto, de ir aos partidos quando se sabe que [...] uma grande dose, digamos de confrontações estão nesses partidos. [...], por que de fato, o ambiente geral não favorece a sua participação e depois também, temos a questão de que os partidos políticos, tradicionalmente são extremamente machistas - quase em todos os partidos políticos têm uma visão muito redutora daquilo que deve ser o papel da mulher na política: acham que elas podem ser muito úteis para cozinhar nas campanhas, bater palmas, dançar, cozer fardas, enfim! Aquela participação, digamos assim, de “claqueiras”<sup>34</sup> mais do que é das agentes efetivas, portanto nas mudanças, nas formações, no fortalecimento dos seus aspectos das estruturas partidárias. E não é por acaso, que nunca se vê as mulheres em debates, nos quadros das eleições [...] as mulheres não participam nos debates políticos. Elas têm tanta coisa para dizer, mas preferem reservar-se porque a uma crença que se instalou de que a mulher não deve falar de política ou não deve interessar-se por política, isto a própria família, a própria sociedade ajuda também nessa crença, não é! E é isto que julgo que tem afastado muitas mulheres dos debates políticos, de espaços públicos. Para além de que, como já disse, os partidos políticos nas suas estruturas tradicionais quase que afastam as mulheres, basta ver, portanto, a forma como eles se organiza para ter reuniões, a forma como se organizam para as listas dos candidatos a deputado, em que as mulheres são postas sempre em lugares suplentes, raramente são cabeças de lista. Aliás, isto foi uma das coisas que nós debatemos muito para o lugar, a lei da paridade, na qual fizemos a parte do movimento associativo que se juntou para que fosse aprovada a lei da paridade e mesmo assim, não obstante toda a mobilização, não obstante todo o combate que levamos a cabo, os ganhos que tivemos foram muito más, até hoje não conseguimos ver refletido na prática aquilo que foi a conquista de pelo menos de 36 por cento das mulheres nos lugares elegíveis nas listas dos candidatos a cargo dos deputados (Nelvina Barreto, em entrevista realizada via Google Meet no dia 14 de outubro de 2022).*

Nelvina salienta que as mulheres se acomodaram um pouco com esse papel e umas poucas que vão ascendendo em nível das suas respectivas estruturas partidárias são aquelas que efetivamente ousam afrontar tabus, afrontar os obstáculos e precisam de ser apoiadas, de ser

---

<sup>34</sup>O termo significa na língua portuguesa apoiadoras ou adeptos

mais estimuladas, de ser mais incentivadas para continuar lutar pelas causas femininas ou de ir mais longe em relação aonde estão.

#### **4.2.2. Maendesa: “Encontrei no terreno os tubarões que têm empresas”**

Maendesa é a minha segunda entrevistada. Já tínhamos conhecido através duma palestra virtual organizada pela associação dos estudantes guineenses na UNILAB — nós éramos palestrantes. No decorrer da sua fala na palestra ela falou que é membro do PRS e também já se candidatou ao cargo de deputada da Nação — logo, fiquei atenta a ela porque era um dos perfis que eu precisava entrevistar para o meu trabalho de dissertação. Então, depois de terminar a palestra, conversei com ela sobre o trabalho que estou desenvolvendo e lhe fiz convite para participar da minha entrevista futuramente, e ela concordou.

Para o agendamento da entrevista tive que contar com apoio da minha amiga Eliane, que também é sobrinha dela, a fim de me fornecer o contato do *Whatsapp*. Depois de eu ter recebido o contato, conversei com ela sobre o assunto e foi assim que marcamos o dia para o nosso encontro, que aconteceu no dia 26 de outubro de 2022 no período da tarde, às 17:00h no horário da Guiné-Bissau, que correspondeu às 14:00h no horário do Brasil.

A conversa com a minha interlocutora fluiu naturalmente e ela estava muito empolgada para compartilhar comigo uma das grandes dificuldades que existem para mulheres dentro dos seus próprios partidos políticos.

Maendesa, 57 anos, economista e estudante na faculdade de direito em Bissau, casada e mãe de dois filhos, pertence à etnia *mandjaco*. É membro do Partido da Renovação Social (PRS) e foi candidata à deputada de Nação duas vezes, mas não se elegeu. Segundo ela, a motivação para participação política não veio da família, mas partiu dela mesma através de contato que ela teve com um conhecido chamado de Mario Pires (era alto dirigente do PRS e ex-Primeiro Ministro da Guiné-Bissau) e lhe pediu para ingressar no partido.

Ao ser perguntada sobre a questão da baixa representatividade política das mulheres, ela levanta a questão de machismo e apropriação do poder político nas mãos dos homens, afirmando que,

*Na primeira eleição tinha mais ou menos 30 por cento das mulheres no parlamento. Na altura da primeira eleição legislativa em 1994 havia 8 partidos políticos, entre aqueles partidos apresentavam a lista de 900 candidatos/as a cargo dos deputados/as da nação entre quais 92 eram mulheres, e neste 92 apenas 32 lugares foram eleitos pelas mulheres. Foi um bom começo para mulheres nessa altura. E a partir daí, logo*

*na segunda eleição, as mulheres não conseguiram mais estar nesse lugar elegidos[ ...] começou aquela coisa de machismo, porque os homens provaram o poder, provaram que estar no parlamento tem muitos benefícios [...] e hoje as coisas estão a piorar cada vez mais, os homens não estão a dar o poder (Maendesa, em entrevista realizada via Google Meet, 26 de outubro de 2022).*

Em seguida, ela coloca a questão dos meios financeiros como um dos principais requisitos para reconhecimento e visibilidade dentro do partido político, bem como para hierarquização de cabeças de listas para o cargo de deputados da nação. Entretanto, percebe-se que a desigualdade de género na Guiné-Bissau se interconecta com outros marcadores culturais, como tinha salientado acima; nesse caso, é a classe: sendo uma mulher advinda da classe média alta, a sua ascensão na política terá mais notoriedade e facilidade aos certos cargos em relação às mulheres de baixa renda. Portanto, o campo político exige que a pessoa seja legitimada para tal, ou como o Pierre Bourdieu (2011, p.203) chamou de “pessoas que preenchem as condições de acesso”.

*Para entrar na política e ocupar um cargo elegível precisa ter dinheiro e quem não tem dinheiro [...] como eu disse, candidatei-me duas vezes para o cargo da Deputada de Nação no meu círculo 24, aqui em Bissau mas, eu não consegui - não consegui porque eu encontrei no terreno tubarões que tem empresas ou empresários, e tu que não tens nada, não pode fazer nada porque a nossa cooperação agora está convencido de que quem tem mais dinheiro que pode governar o país. No entanto, quem tem dinheiro pode ganhá-lo de diferentes formas obscuras que ninguém pode se imaginar, mas quem vai assegurar a dignidade deste país eles não querem nem saber. Por isso, as mulheres estão nos lugares onde elas estão. Aqui no centro da cidade, tinha me proposto ficar na primeira posição como coordenadora, mas depois foram analisar de que onde eu trabalho não recebo tão bem “assim”, eu agora passei para segunda posição, estás a ver.: O homem passou para a primeira posição como eu não tenho dinheiro. Então, eles estão lá, quando foram colocados na primeira posição vão ter mais dinheiro para poder fazer política corretamente. E você que não foi dado esta oportunidade não vai ter nunca como funcionar, meios para fazer campanha e aguentar esse ritmo que está sendo colocados para todo mundo nestes últimos tempos. E depois disto, vamos ter que ver os lugares elegíveis da figura da composição de cabeça de lista para candidatos aos cargos de deputados - vamos ter o mesmo problema (Maendesa, em entrevista realizada via Google Meet, 26 de outubro de 2022).*

Para demonstrar como que o machismo opera e se estrutura dentro desses partidos políticos, Maendesa afirma que,

*Há dois anos foi aprovada no parlamento sobre a lei da paridade de 36 %, mas, aquilo está no papel e não na prática, pelo menos, no meu partido, porque ultimamente fizeram a colocação de alguns delegados a nível nacional, tanto nas regiões como ali no centro da cidade, eram para colocarem as mulheres também como coordenadoras de círculos eleitorais para a eleição. Mas para o nosso espanto foi colocada no nível da região, mas, não tinha nenhuma mulher naquelas listas, por exemplo: estava lá presidente, em seguida vice-presidente ... nós temos 8 regiões!*

*Porque vai colocar delegados nestas regiões, sem nomear nenhuma mulher como vice ou presidente para coordenar o círculo? Questionamos sobre tal: disseram que não! “as mulheres não têm dinheiro”. Mas aqueles senhores que estão lá foram dados às oportunidades, por isso, tem dinheiro que tem hoje e podem ficar na frente da mulher, porque as mulheres não podem ser dadas também a oportunidade para poder ter meios, de poder fazer política da forma que deve ser? (Maendesa - entrevista realizada via Google Meet, 26 de outubro de 2022).*

Essa mesma lógica mercantilista de fazer política foi afirmada por Nelvina Barreto e Mónica Buaró da Costa, também entrevistadas, alegando que:

*Cada vez mais a política da Guiné-Bissau está direcionada para um sentido mercantilista, em que o dinheiro é mais importante, o dinheiro que fala mais alto, não interessa boas ideias, não interessa boas vontades, não interessa, portanto, a capacidade de transmitir o nosso sentimento e vontade, o que interessa é quem tem mais, quem dá mais e tem sido isto. Infelizmente, as próprias mulheres também são reféns desta lógica mercantilista, elas são as primeiras [...]. A gente chega para ir conversar com grupos de mulheres, pedem logo, panos, cadeiras, painéis, enfim! É como se não tivessem consciência das importâncias das coisas e reduzissem de fato, seus apoios e envolvimento as estas questões mesquinhas, não é! Então esta é a tristeza que eu tenho, que é permanente porque tem sido uma constante na política da Guiné-Bissau, aliás está até agravar-se cada ano que passa torna-se mais grave e mais sério (Nelvina Barreto, entrevista realizada via Google Meet em 14 de outubro de 2022).*

*Sempre tive apoio das mulheres, mas o que conta realmente para fazer política na Guiné-Bissau é o meio financeiro, agora estou pensando em ser cabeça de lista e preciso trabalhar arduamente [...]. Não é falta de confiança, mas, sim, tem que ter meio financeiro para trabalhar, fazer política. É tanta exigência, que às vezes as mulheres não conseguem! E os próprios homens nessa senda de machismo dizem, mas você não tem meio financeiro como é que pode estar na cabeça de lista, colocam já barreira para não ser cabeça de lista por falta de meio financeiro (Monica Buaró da Costa, entrevista realizada via Google Meet em 15 de novembro de 2022).*

#### **4.2.3. Monica Buaró da Costa: “Uma mulher que é promovida é uma mulher que está à altura”**

Monica Buaró da Costa, de 44 anos de idade, da etnia *fula* e *Mandjaco*, casada e mãe de dois filhos, possui licenciatura em administração pública e pós-graduada em administração pública. Ela é dirigente do movimento das mulheres do partido da renovação social (PRS) e membro da comissão permanente do PRS. Ocupou vários cargos no governo da Guiné-Bissau, tais como: Diretora da Rádio da difusão Nacional, diretora geral de serviço de reforma administrativa, chefe de gabinete do ministro da educação. Atualmente ela é secretária de Estado de plano e integração regional e também já se candidatou duas vezes ao cargo da

deputada de Nação e não se elegeu, “fui candidata à deputada duas vezes e não fui eleita, nesta eleição pretendo ser candidata, agora já com ambição de ser cabeça de lista mesmo de candidaturas de deputados do meu círculo” (Mônica Buaró da Costa, em entrevista realizada via Google Meet em 15 de novembro de 2022).

Meu contato com Mônica foi através de um terceiro — minha irmã mais velha, que me ajudou muito no sentido de conversar com ela e depois me forneceu o contato para que pudéssemos conversar por *Whatsapp*. Ao entrar em contato, ela foi muito receptiva comigo e, assim, marcamos a data para entrevista. Porém, o nosso primeiro encontro não veio a acontecer devido à agenda dela, o que nos fez remarcar para outra data, dia 15 de novembro de 2022, pelas 12:00h no horário de Guiné-Bissau, correspondendo às 09:00h no horário do Brasil. Devido a outros compromissos que ela tinha, a nossa conversa durou por volta de 30 minutos e ela estava em seu escritório. Durante a entrevista, me pediu licença para participar de uma reunião dos ministros que durou 30 minutos. Depois disso voltamos a dar continuidade a nossa conversa.

Diferentemente das outras mulheres, não dava para perceber se a Mônica estava muito feliz com a entrevista ou não, porque não demonstrou emoção e falava numa tonalidade de voz muito baixa e lenta. Ela disse que o seu interesse para participar na política veio da parte da família — o pai era político e dirigente do PAIGC. Então ela cresceu e ouviu falar de política o tempo todo e decidiu entrar também para fazer a política. Porém, não se filiou ao partido do seu pai e sim na oposição porque os ideais deste último partido aliaram mais com a ideologia dela.

Mônica afirma que a desigualdade de gênero não existe apenas na política partidária, mas também em toda esfera de vida pública guineense: família, administração pública, nas empresas privadas. Ela acredita que esse fenômeno é reflexo da nossa educação e da cultura guineense, porque “existem formas de educar criança menina e criança menino. E há enorme disparidade na forma de educação desses dois gêneros, e isso reflete depois na afirmação dessa pessoa na vida pública, vida acadêmica, até vida familiar” (Mônica Buaró da Costa, entrevista realizada via Google Meet em 15 de novembro de 2022).

A minha interlocutora demonstra que a educação familiar com base em algumas práticas e rituais étnicos é uma das principais barreiras que impedem as meninas e mulheres de

*[...] participarem ativamente na atividade pública e política. Ela sugere que é imprescindível uma mudança radical na forma da educação dos meninos e meninas, quebrar as barreiras culturais e religiosas que impedem as meninas de ter um certo tipo de comportamento e educando-lhes de forma igualitária. [...]*



*Por exemplo, na religião muçulmana que impedem as mulheres a estarem junto com homem em certos espaços religiosos, ou as meninas que frequentam as escolas até quarta classe e quando chega o período da pré-adolescente, depois da primeira menstruação- “digam” que deve-se manter essa menina no casamento [...]. Então, essa menina é obrigada a interromper seus estudos para ir casamento forçado. E isso não ajuda, vai casamento com um homem 10 ou 15 anos mais velho, até 20 que ela. Esse homem não tem espírito e ambição de fazer essa mulher crescer, fica só, resumindo, a cuidar da casa, ter vários filhos e não ter oportunidade de estudar, formar para poder concorrer da mesma forma com seu irmão e vizinho rapaz da mesma idade. Então começa aí, se na educação de família tem essa mudança a nível cultural, e proporcionar a mesma oportunidade de mostrar que não existe uma tarefa para meninas e meninos, também se algumas disciplinas no ensino básico, secundária e médio mostrar isso, de que deve ter oportunidades iguais, incentivar mulheres e meninas de que tem capacidade iguais aos homens espero que daqui uns 10 e 20 anos pode ter mudança significativa (Mônica Buaró da Costa, em entrevista realizada no Google Meet em 15 de novembro de 2022).*

Além desse fator exposto acima, percebe-se que a educação formal e ensino superior de qualidade são requisitos básicos para ascensão das mulheres na política, mas o mesmo não se aplica aos homens — porque vivemos numa sociedade patriarcal e machista em que a figura masculina é vista como um líder nato, e, assim sendo, é a mulher que precisa se esforçar para se enquadrar-se, como diz a minha interlocutora:

*Uma mulher que é promovida é uma mulher que está à altura, mas, vocês homens promovem o homem que não tem qualificação acadêmica, não tem experiência nenhuma, mas, dão oportunidade [...]. Até agora, nesse momento todas as mulheres que são promovidas é porque revelaram alguma qualidade e tem formação superior-desconheço ainda, mulher membro do governo que não tem formação, que não tem qualidade. Mas, eu já conheci membros do governo homens que [...] olha faz favor! São empurrados [...]. A título de exemplo, se vejamos agora na Guiné-Bissau, no partido PRS, no início de formação do partido tinha mais ou menos 10 e 20 mulheres aptas para assumirem alguma função com formação acadêmica. Hoje em dia, estatisticamente, os colegas que nós entramos no partido de 2000 a está data, maioria das meninas e mulheres agora têm formação superior em relação aos homens e estão nos lugares de tomada de decisão daqui mais 5 ou 10 anos eu posso dizer que isso vai ultrapassar 36% e nem vamos precisar falar disso, os homens que vão reclamar para ter quota nesse sentido, eu tenho fé, e trabalho dia e noite para que isso aconteça (Mônica Buaró da Costa, em entrevista realizada via Google Meet em 15 de novembro de 2022).*

Entretanto, diante dessa discrepância, percebe-se que a dominação masculina é estruturada — verifica-se em toda instâncias da nossa sociedade. Não adianta tentar mudar a estrutura externa se não começarmos pela educação familiar, pelas formas de socialização das meninas e meninos. A cota estipulada pela lei para garantir a participação feminina na política não é suficiente por causa do machismo estrutural que opera sobre o poder e não permite que ele seja compartilhado com mulheres, porque é construído por homens e para homens. Sendo assim, não pode existir uma participação igualitária entre homens e mulheres. Ou seja, a força da ordem masculina se torna mais presente e clara porque ela dispensa justificativa, e a visão

androcêntrica se autodenomina como neutra: assim, não há necessidade de enunciar em discursos que visem a legitimá-la (BOURDIEU, 2012).

*Houve alteração do estatuto do PRS no quinto congresso, onde consta quota de participação de 30% das mulheres em todos os órgãos do partido e nos lugares de tomada de decisões. Em caso da vitória do Partido do PRS, no Executivo e no parlamento, a elaboração da lista dos candidatos para deputado deveria se refletir no 30 por cento. Mas, isso não conseguiu ser cumprido porque não houve despromoção no órgão — que se ocupa de acordo com vaga existente, ao não ser, o partido aumentar o número, mas, se não, ela continua. A vaga existente é ocupada por outro membro no caso da morte ou desistência do militante no partido — existe vaga. E esta vaga já sabe! Como os homens guineenses e africanos, ainda têm “preconceito” e machismo em questão de poder e não gostam de partilhar o poder com as mulheres, vocês podem trabalhar [...] até a mulher pode trabalhar mais que homem e quando chega o momento de dar oportunidade de ascender alguma posição ou poder, sempre existe obstáculo - eles têm preferência de promover o homem em detrimento da mulher (Mônica Buaró da Costa, em entrevista realizada via Google Meet em 15 de novembro de 2022).*

Portanto, os partidos políticos não respeitam no mínimo a lei da cota estipulada para garantir a participação das mulheres. As leis eleitorais e os estatutos dos partidos não contribuem também para a eficiência da sua aplicação. De acordo com bell hooks (2020), o patriarcado convencional reforça a ligação entre homens no domínio público, pressupondo que homens em grupos ficariam unidos, dariam apoio uns aos outros, seriam um time e colocariam o bem do grupo acima de ganhos e reconhecimento individuais. Mônica acredita que a sua atuação na política tem influenciado outras meninas\mulheres até os homens para participarem da política ativa, ao dizer que:

*Através da minha participação consegui levar várias meninas a fazer política ativa, geralmente elas vêm ter comigo e peçam como militar no partido ... eu faço indicação e coloco elas na estrutura e, começam a fazer política ativa, não só meninas, assim também alguns homens. E as pessoas quando abordam esta situação digam não “ eu gosto da forma como a senhora atua, e quero também fazer parte”. Eu acho que o meu modo de vida, o meu comportamento e ações que levo a cabo tem sido influência para meninas e inspirações para que elas percebam que mulher também pode fazer política ativa, e pode ter sucesso na política ativa. [...]. Neste momento sou secretária do Estado, houve três remodelação, ainda estou cá a trabalhar, eu acho que não é por causa da minha beleza, nem por causa partidária porque agora estamos num Governo que é da iniciativa presidencial desde 2020, eu acho que revelei-me alguma capacidade para merecer confiança e recondução neste governo liderado pelo engenheiro Nuno Gomes Nabian. (Mônica Buaró da Costa, em entrevista realizada via Google Meet em 15 de novembro de 2022).*

#### 4.2.4. Teodora Inácia Gomes: “Union di tudo mindjeris sim djubi cor di partidus<sup>35</sup>”

<sup>35</sup> A frase significa na língua *kriol* “união de todas as mulheres, sem olhar pelos cores de bandeiras de cada partidos políticos”

Teodora Inácia Gomes, ex-combatente da Liberdade da Pátria, 78 anos, solteira/sem filhos. Teodora tem ligação com várias etnias: *manjaco*, *papel*, *bijagós*. Ela estudou até quarta classe na altura em que decorria a luta pela libertação da pátria. Depois disso, ela fez curso intensivo e superior em pedagogia e psicologia, mas se afirma como pedagoga. Ela é alta dirigente do partido PAIGC, de quem todas/os guineenses já ouviram falar, pela sua valentia e protagonismo durante o processo da luta pela independência da Guiné-Bissau e também depois desse processo. Ainda jovem, aos 18 anos de idade, Teodora começou a sua atuação política dentro do movimento da libertação. Segundo ela, essa consciência veio do seu pai, que na altura era militante do PAIGC. Atualmente ela é reformada e membro da União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo Verde (UDEMU).

Durante o processo da luta pela independência da Guiné-Bissau, Teodora exerceu vários cargos, tais como: comissária na brigada de ações políticas na frente-Sul, professora e diretora na escola e internato (Instituto Amizade) em Guiné-Conakry, foi responsável pela criação da organização juvenil nas três frentes da guerra: Norte, Leste e Sul do país, da qual trabalhou de perto com Amílcar Cabral, líder pela Independência da Guiné-Bissau e também serviu de guia das comitivas das jornalistas estrangeiras e para a missão das Nações Unidas para visita das zonas libertadas. Depois da independência, ela abriu o departamento de antigos combatentes e vítimas da guerra, e foi deputada da Nação e membro da comissão permanente da Assembleia Nacional Popular.

Para a articulação da entrevista com a Teodora, tive ajuda da minha irmã mais nova que diligenciou até a sede do PAIGC a qual ela frequenta para lhe pedir a solicitação da entrevista. Ela aceitou e marcou para o dia 2 de dezembro de 2022 e a entrevista aconteceu pelo Google Meet pelas 10:00h do Brasil, que corresponde às 13:00h na Guiné-Bissau. Como Teodora é uma senhora da terceira idade, a minha irmã estava com ela para lhe auxiliar em questões técnicas da plataforma. Vale salientar que a nossa conversa aconteceu no *kriol* e depois transcrevi para português. Ela concedeu a entrevista na sede do num dos escritórios do seu partido. Logo no início da nossa entrevista, num tom bem engraçado, me falou que não ia poder falar muito por causa da sua idade (sugeriu que eu procurasse as mulheres mais novas que elas) também, tinha outros compromissos. Sendo assim, a conversa durou no máximo 20 minutos. Teodora Inácia Gomes, enquanto uma mulher bem destacada na política guineense, procurei junto dela saber quais são os projetos que ela fez para as mulheres em geral. Nisso ela contou que enquanto deputada da nação elaborou várias leis que foram aprovadas que visam garantir as liberdades e dignidade das mulheres e coibir outras práticas sociais e culturais que colocam em perigo as vidas das mulheres e crianças.

*Quero sublinhar de que no parlamento consegui elaborar algumas leis que foram promulgadas: lei dos antigos combatentes da liberdade da pátria; lei contra tráfico das mulheres e crianças; lei contra violência das mulheres; lei da saúde reprodutiva e do planeamento familiar — fiz isso, com ajuda do próprio Raimundo, doutor Alfredo e outras pessoas, também tivemos financiamento de organismo internacional, e fizemos a lei. Também apoiei na elaboração da lei contra mutilação genital feminina; Contra VIH-SIDA; lei da federação das mulheres guineenses, e por último criamos a rede parlamentar das mulheres guineenses. Quero lhe dizer também que antes disso, criei associação DECIDA guineenses [...]. quer dizer que esta associação até agora existe, é da promoção das mulheres na esfera da decisão, para lembrar os nossos governantes de que quando vão nomear as pessoas na composição do governo que lembre também das mulheres. Eu trabalhei muito para isso, porque na assembleia a nossa percentagem chegava até 30 por cento e depois descemos para 7 por cento. Mas depois que esta associação fez o seu trabalho subimos para 13 por cento das deputadas no parlamento porque fizemos vários contatos e sensibilizações. A nível internacional, participei na elaboração da “Rede das Mulheres Parlamentar de Comunidades País da Língua Portuguesa (RM-AP-CPLP)”, também fui vice-presidente da rede parlamentar guineense das mulheres africanas da União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), (Teodora Inácia Gomes, em entrevista realizada via Google Meet em 2 de dezembro de 2022).*

Ela aponta a solidariedade entre as mulheres como uma das soluções para ter mais mulheres no cenário político ao dizer que:

*É preciso união de todas as mulheres sem olhar pelas cores dos seus partidos políticos. Para que nos unimos justamente por um fim [...] já te falei que criei uma ONG que trabalha na luta e promoção das mulheres na esfera de decisão. Quando o criei - não olhei pelo meu partido apenas, eu dava a missão para as mulheres dos outros partidos, no quadro das mulheres - procurava financiamentos e depois dava para cada uma trabalhassem com mulheres do seu partido ou da sua região, eu dava para Filomena- ela era do PRS , a Maria do RGB, Nhima do PAIGC para que cada uma trabalhassem junto dos seus partidos, por que é disso que precisamos e não de nfa nfala (conversinhas), mas da união de todas, por uma causa só, que é a conquista dos nossos direitos. (Teodora Inácia Gomes, em entrevista realizada via Google Meet em 2 de dezembro de 2022).*

#### **4.2.5. Bloni Na N'tamba Nhasse: “Queremos retomar como nos primeiros momentos”<sup>36</sup>”**

Bloni Nhama N'tamba Nhassé, 60 anos, formada em engenharia da mecanização agrícola na Antiga União Soviética e licenciada em administração e gestão empresarial pela Universidade Lusófona de Guiné-Bissau. Membro do Bureau político do PAIGC, Secretária

<sup>36</sup>A frase significa na língua *kriol* “queremos retomar a nossa participação como nos primeiros momentos”. Ela estava se referindo à participação política das mulheres durante o processo da luta pela independência do país.

Geral da UDEMU. Divorciada e mãe de 3 filhas, pertence às etnias: *Fula; Mansoanca; papel e balanta*.

Bloni me contou que o seu início na participação política foi impulsionado por Carmen Pereira — a senhora que lhe retirou na casa dos seus pais apenas com nove (09) anos de idade para internato para que ela pudesse frequentar a escola. E foi assim que começou a sua participação dentro do Movimento da Libertação Nacional como pioneira. Depois Bloni foi estudar no exterior e regressou após a independência do país, quando voltou a ingressar no partido até os dias atuais. Na vida política ela foi diretora de agricultura na região de Quinara, Secretária de Estado de Segurança alimentar na agricultura, ministra da mulher, família e coesão social.

Para marcação da entrevista com Bloni tive ajuda da minha irmã Sira Djata, que foi novamente à sede do partido e lhe fez o convite para participar da minha pesquisa. Ela aceitou e marcou para o dia 6 de dezembro de 2022, aconteceu no mesmo dia que a entrevista com Dan Iala, mas em horário diferente. A entrevista aconteceu pela plataforma Google Meet, a partir das 11:00h da manhã, que corresponde às 08:00h no horário do Brasil. A nossa conversa teve duração de quase 45 minutos. E ao iniciarmos a conversa ela foi muito receptiva comigo, mostrou também que ela fala muito baixo, e caso eu não ouvisse ou compreendesse alguma coisa para eu pedir que ela repetisse. E foi assim que iniciamos a nossa conversa.

Diferentemente das outras interlocutoras, a fala da Bloni se centrou mais na ideologia da participação política das mulheres na lógica de Amílcar Cabral no momento em que decorria a luta pela libertação do país. Isto porque ela teve a sua vida marcada pelo processo da luta de independência. De acordo com Cabral (2019), quando se fala da emancipação feminina significa implicitamente que ela é explorada/oprimida, sendo assim é necessário compreender a base dessa opressão antes de qualquer luta. Para ele, a dominação da mulher está atrelada ao sistema organizacional da vida econômica na sociedade capitalista e exploradora que fomenta uma ideologia e uma educação que servem aos interesses e do monopólio dos homens.

Portanto, isso faz da mulher, como o colonizado frente ao colonizador ou trabalhador na sociedade capitalista, todos alienados e mantidos na obscuridade e superstição, que os reduz à passividade total (CABRAL, 2019), uma vez que o colonizado é definido como ser humano de segunda categoria, em função da sua cor. A mulher é definido como humano inferior por causa do seu sexo (CABRAL, 2019, p. 216). Para o autor, todas as lutas contra dominação e exploração das mulheres devem levar em conta a dominação multissecular que reduz a grande parte da categoria da mulher a um estado de passividade, e que a impede de compreender as suas potencialidades.

Portanto, a fala de Bloni evoca a praticidade da ideologia de Cabral através da atenção especial que ele tinha para as mulheres, o que fez com que as mulheres aderissem muito ao processo da luta pela emancipação do país. Acima de tudo mostrou a discrepância que ocorre em termos de participação ativa das mulheres na política guineense depois da independência. Também centrou uma análise no seu próprio partido, o PAIGC. “Lembrei-me que quando éramos pioneiras, até para ir às férias no exterior, eram selecionados números pares de meninas e meninos” (Bloni Na N'tamba Nhasse, em entrevista via Goggle Meet, em 06 de dezembro de 2022). Ainda,

*No meu partido existia sempre uma regra, antes da independência estipulado pelo Cabral, na qual tinha respeitado sempre a questão de gênero, na altura era 40%; às vezes encontram-se assimetrias entre esses números, mas, até nos comitês di tabancas as mulheres faziam partes - ninguém podia fazer a direção ou organização da tabanca onde existia apenas os homens - aquela organização não era aprovada na época de luta... respeitavam sempre a questão de equidade [...]. Muito antes da criação do UDEMU mulheres e homens encontram-se quase sempre em pé de igualdade. Por isso, criamos a organização UDEMU para realçar ainda mais a problemática e respeito à questão da equidade de gênero. O Cabral viu que as mulheres e os homens estavam sempre juntos, criaram a primeira organização de massa das mulheres (UDEMU). Esta organização foi criada em Guiné-Conakry no dia 18 de junho de 1961 [...]. Então, pelo papel que as mulheres faziam foi criada esta organização, além de que realçava o papel das mulheres, também mostrava que a mulher merece, isto é sinal positivo, de que as coisas estavam indo bem. Mas depois da independência esse número desceu (Bloni na Ntamba Nhasse, em entrevista realizada no Google Meet em 6 de dezembro de 2022).*

Embora não houvesse uma legislação constitucional que garanta a equidade da participação feminina nessa época, a fala da minha interlocutora demonstrou que existiam regras que colocava a obrigatoriedade desta prática, fazendo com que as mulheres e homens caminhassem em pé de igualdade.

*Mulheres guineenses trabalham muito, por isso temos que ter a iniciativa positiva: carregam as balas, cozinham, fazem curativos das pessoas que apanharam na frente da batalha [...]. Quando falamos que as mulheres trabalham muito na época da independência tem pessoas que não acreditam. Eu me lembro que Adja Mané estava na linha da frente da luta armada, ela pegava as armas bem pesadas como dos homens [...]. Mas dizem que as mulheres desempenhavam apenas as funções de enfermeira e das parteiras. Mas não é isso apenas, algumas estavam ao lado dos homens na frente da batalha. Atualmente nós reclamamos muito sobre exclusão da participação das mulheres na política, e sobre a cota estipulada porque não estamos a pedir um favor, que vai ser dada só para dar. Mas, aquelas que revelaram a qualidade merecem aquilo que deveriam merecer [...]. porque para construir este país devemos nos alinhar independente de ser homem ou mulher, devemos juntar as nossas mãos para trabalhar...se alguém sabe fazer alguma coisa deve ser colocada no lugar que ela merece, é de isso que estamos a exigir (Bloni na Ntamba Nhasse, entrevista realizada via Google Meet em 6 de dezembro de 2022).*

Embora a participação das mulheres tenha decrescido muito atualmente, existe uma legislação que coloca a obrigatoriedade de uma governação partidária, mas a sua aplicabilidade é inexistente. Minha interlocutora mostra que a dificuldade que o partido dela tem atualmente é com relação ao cumprimento da paridade: nenhum partido político da Guiné-Bissau consegue respeitar a questão de igualdade de gênero, porém o PAIGC tenta, mas não consegue atingir o número que nós mesmos precisamos, né!

*Na Guiné-Bissau, mulheres compõem 52,4% da população daquilo que foi estipulado, isto quer dizer que, as mulheres são a maioria que homens ...Mas não respeitam isso. Agora estipularam a cota de 36 %, mas esse 36 é um feitiço [...]. se tivéssemos feito o relatório depois desse congresso ia fornecer para você os dados da percentagem calculado [...]. Mas, olha nem chega a 3636 % - e você vai compreender que as mulheres não estão numa boa posição (Bloni na Ntamba Nhasse, entrevista realizada via Google Meet em 6 de dezembro de 2022)*

Ela continua sua fala tratando sobre a sensibilização que elas fazem, nos dizeres:

*Ainda ontem, fizemos uma reunião no Bairro da Ajuda com a Organização de plataforma política de mulheres[...], costumamos conversar com as mulheres, incentivamos, sobretudo, quando as eleições estão próximas. Então, reunimos ontem - queremos começar a bater às portas... nós fazemos uma gira nacional, andamos de região para região - reunimos com outras mulheres- elas nos contam das suas dificuldades, e das formas como podemos ajudá-lo [...]. Queremos que as mulheres voltem a estar presentes como no início[...]. E hoje, embora as mulheres estão na política, no governo, mas, não é da forma que queremos - queremos retomar a nossa participação ativa como no início (Bloni na Ntamba Nhasse, em entrevista realizada via Google Meet em 06 de dezembro de 2022)*

É necessário ressaltar que a organização de plataforma política das mulheres acima referida pela Boni, foi criada e lançada em 2018, congregando as mulheres de todos de as diferentes organizações: sociedade civil, ONGs e partidos políticos na Guiné-Bissau, trabalhando especialmente com a sensibilização, educação cívica para promoção da justiça paritária com base no gênero entre mulheres e homens na governação.

#### **4.2.6. Dan Iala N`canha Baranção: “no dibidi incoreja no badjudas pá é bai pá scola<sup>37</sup>”**

Dan Iala N`canha Baranção é a minha última interlocutora. Casada, mãe de quatro filhos/as, possui formação na engenharia da pesca, membro do PAIGC e do UDEMU.

---

<sup>37</sup> A frase significa na linguagem *kriol*: “devemos encorajar as nossas meninas que frequentem a escola”

Atualmente, ela é deputada e a primeira secretária da mesa do parlamento Nacional da Guiné-Bissau. A nossa entrevista foi marcada para o dia 6 de dezembro de 2022, realizada pelo Google Meet, às 15h30min no horário de Bissau, que corresponde às 12:30h do Brasil, com duração de meia hora. Entre as mulheres entrevistadas, ela era mais direta ao responder os questionários. Ela disse que a sua consciência política foi despertada pela luta pela independência do país, em que foi levada para participar do movimento com apenas 10 anos de idade. Durante a nossa conversa ela afirmou que de novo as hierarquias estruturais existem dentro do modelo governativa guineense como as outras interlocutoras.

*Então, a questão do machismo na Guiné-Bissau é demais, mesmo nas instituições dos trabalhos [...] você olha que a mulher tem a capacidade, mas mesmo assim, tendem a inferiorizá-la, colocá-la de lado, por isso, que se vê as mulheres mais nos cargos da secretaria, e muitas das vezes, ela acumulou mais experiências em relação aquele homem que foi colocado como o chefe dela [...] Eu gosto de falar isso, e o falo sempre, desde que eu conheci a Guiné-Bissau livre e independente nunca conheci uma mulher analfabeta na governação, mas temos muitos homens na governação que não conseguem fazer assinatura normal e, precisam duma assinatura no carimbo [...]. Anos mindjeris no ta burgunhu pabia u pasadu pudi atingi u fidjus (Nos mulheres sentimos vergonha porque o nosso passado pode atingir os nossos; as filhas e filhas) (Dan Iala N'canha Baranção, em entrevista realizada no Google Meet em 6 de Dezembro de 2022).*

Ao falarmos sobre os possíveis caminhos para ter mais engajamento feminino na política do país, Dan Iala alegou como uma das soluções a formação superior/profissional e, em segundo lugar, a filiação partidária, porque isso lhes dará alicerce de conquistarem suas próprias oportunidades e liberdades, de não serem as pessoas que vão esperar que lhes sejam dadas as oportunidades.

*O primeiro caminho é a escola. Por isso devemos encorajar as nossas meninas para que frequentem as escolas. O primeiro é a formação, porque isso lhes dará a condição de criarem as suas liberdades, e de ser autônoma, sobretudo, para conquistar a liberdades financeiras. Segundo a filiação nos partidos políticos [...] não é obrigatório alguém ingressar na política, mas pelo sistema que temos, com esses diferentes partidos políticos é necessário...por que quem são as pessoas que concorrem para eleições? São os indivíduos que estão dentro do partido...com esses recursos, essa nova geração de meninas não vão ser as meninas que esperam que sejam dadas as oportunidades, mas aquelas que vão conquistar as suas próprias oportunidades com os meios que elas têm (Dan Iala N'canha Baranção, em entrevista realizada no Google Meet em 6 de Dezembro de 2022).*

Com uma voz otimista, Dan Iala apela para as mulheres continuarem a lutar para combater o problema de machismo porque a paridade não é 40 por cento e muito menos 36%, é 50\50, mas foi aprovado de 36 %. Ao mesmo tempo, há dificuldade em sua aplicação e mesmo com isso, temos a dificuldades porque alguns partidos políticos acharam que as mulheres não



devem governar porque tem medo do poder que as mulheres conseguem materializar, do poder feminino por isso, não querem dar oportunidade para mulheres (Dan Iala N`canha Baranção, em entrevista realizada no Google Meet em 6 de dezembro de 2022).

*Mulheres devem continuar a lutar para mostrar aos homens que muitas das vezes não conseguem corresponder [...] Muitas das vezes estão lá apenas porque gostam de cunha, cunha na nutru (de fazer jeitinho em um dos outros). E ao contrário, nós mulheres não. Porque no 100 por cento das mulheres eu posso dizer que apenas 40 buscam segurar a mão da sua companheira para que caminhem juntos. Portanto, temos que deixar isso de lado, e quando uma de nós tiver oportunidade que coloquem as mulheres ao lado dela para que trabalhem juntas porque as mulheres gostam de desafios — e quando são lançadas a elas [...]. Fazem tudo que for preciso para mostrar que ela é mulher, ela é capaz (Dan Iala N`canha Baranção, em entrevista realizada no Google Meet em 6 de dezembro de 2022).*

A fala das três últimas entrevistadas foi marcada fortemente pelo processo da luta pela independência, na qual as participaram em um recém-criado PAIGC, na altura conhecido como Movimento da Libertação. Isso impactou e influenciou a consciência delas na participação política.

Portanto, as falas das mulheres se interconectam em alguns pontos, por exemplo, em relação à composição da estrutura partidária que não facilita a inserção das mulheres em alguns postos chaves da liderança, fato que acaba atingindo negativamente todas as mulheres independentemente do seu nível acadêmico e profissional, como foi retratado pelas entrevistadas. A diferença compreendida se deu na forma da participação nesses espaços: e algumas já tinham uma estrutura familiar básica que lhes permitiram despertar interesse e de ter aptidões para política, como os casos de Nelvina Barreto, Monica Buaró da Costa e de Teodora Inácia Gomes.

Durante as narrativas das mulheres, percebe-se que quase todas lamentaram sobre a hierarquização de cabeças de listas no processo das eleições legislativas, em que se escolhe e elege as deputadas/os da Nação, visto que os homens acabam ficando nos primeiros lugares. Talvez o eleitor esteja perguntando o que significa esta lista e como funciona? Primeiramente, as eleições legislativas na Guiné-Bissau consistem na repartição do poder pelos partidos políticos através da lista fechada. Por sua vez, os eleitores votam no partido. Estes elegem deputados de acordo com as percentagens de números de votos exigidos pelo sistema eleitoral guineense para eleger um ou mais deputados num círculo eleitoral.

As características básicas para escolha de deputados nas eleições ocorre através da lista dos candidatos aos cargos de deputados eleitos dentro de diferentes estruturas dos partidos

políticos para cada círculo eleitoral, hierarquizando a lista pelo candidato mais votado, que acaba liderando a cabeça de lista dentro do círculo eleitoral de cada partido. Em seguida, o segundo mais votado até a última pessoa obedecendo o limite de número necessário de deputados/as para cada círculo eleitoral. Por exemplo, o círculo eleitoral “ Y” tem direito a um 4 deputados para representar esta zona. Concorreram 4 partidos políticos, só que para eleger um deputado neste círculo cada partido precisa atingir no mínimo 1000 votos. Nesse caso, suponhamos que o partido mais votado teve no total de 3.200 votos; o segundo partido teve 1.500; a terceira teve 800 e a última 500 votos.

O primeiro partido terá o direito de eleger 3 deputados/as, obedecendo a sua lista da hierarquia; o segundo terá direito de eleger um deputado/a e a terceira e última não conseguirão, porque não atingiram o número mínimo de votos obrigatórios para este escrutínio. Porém, as escolhas para hierarquização de cabeças de listas é feita dentro das estruturas internas dos partidos políticos, através das eleições feitas para cada seção de base, em que os delegados votam nos candidatos que devem liderar esta lista.

Vale salientar que o critério da seleção difere de cada partido. Uma das abordagens mais salientado pelas mulheres é a questão econômica e a influência na zona — o candidato que tiver mais meios econômicos para financiar as campanhas eleitorais e de ajudar com algum projeto sociocultural da comunidade em que pretende se candidatar acaba tendo apoio dos demais membros do seu partido. Às vezes, um candidato pode não ter muitos meios econômicos, mas é influente na comunidade ou círculo ao qual pretende candidatar e acaba sendo indicado para a cabeça de lista, porque pode atrair mais votos para seu partido, lembrando que o partido que elegeu mais deputados forma o governo chefiado pelo primeiro-ministro para liderar o país por quatro anos.

Portanto, as mulheres reclamam porque são poucas vezes que elas são escolhidas para liderar a cabeça de lista. Uma das barreiras colocadas é a falta dos meios econômicos para financiar as campanhas e alguns projetos dos partidos para comunidades locais. Sendo assim, mesmo quando elas concorrem para os cargos da deputada de Nação a maioria fica na 3ª posição ou ainda mais atrás, o que torna difícil de serem eleitas por causa dos critérios eleitorais acima explicadas.

Uma análise sociológica e histórica da dominação masculina na política guineense impõe que a desigualdade de gênero se reproduz em vários níveis sociais: no âmbito educacional, no lugar público/privado e outros lugares sociais. Os homens acabam sendo mais privilegiados nesses espaços, através dos capitais econômicos, sociais e culturais adquiridos ao longo dos tempos.

Como a forma de fazer política não está limitada apenas à política do Estado e ao processo eleitoral, as mulheres guineenses, para além desse processo da participação na política partidária, apostam em outras possibilidades nas quais algumas delas desempenham um papel crucial para sua emancipação e como a das comunidades locais. Temos na Guiné-Bissau várias organizações não governamentais com pautas diferentes sobre desenvolvimento sociocultural, econômico e juvenil e o processo emancipatório das próprias mulheres. Nessas organizações é possível verificar os números elevados das mulheres e meninas na estrutura da liderança. Mas os mesmos engajamentos não se verificam na política partidária por motivos óbvios, como bem disse a minha interlocutora,

*Então, as mulheres tendem a refugiar-se nos campos onde é mais específica a sua participação. por exemplo, podemos encontrar nos movimentos associativos muitas mulheres, mulheres de valores, mulheres de combatentes, mulheres dinâmicas, mas que reduzem a sua participação na vida pública, apenas na parte associativa, e não têm apetência [...], por que de fato, o ambiente geral não favorece a sua participação (Nelvina Barreto, entrevista realizada no dia 14 de outubro de 2022, via Google Meet).*

Além disso, temos na Guiné-Bissau os grupos cooperativos e associativos das mulheres denominadas de *mandjuandadi*, que é um espaço onde as mulheres e cada um dos seus membros, se sentem livres: lá se pode cantar, ostentar o seu pano ou vestido novo, brincar, ser maliciosa e livre, dar vazão aos seus sentimentos, inclusive à sua sensualidade, tanto nos versos que canta quanto na sua performance enquanto dança (SEMEDO, 2010, p. 134). As *mandjuandadi*, estruturam-se nas praças — centros urbanos e nas zonas rurais, e nesse “entre-lugar” que elas vão ser reconhecidas enquanto espaço multiétnico, lugar de convívio, de ajuda mútua, de troca de experiências, das denúncias das opressões sofridas pelos maridos e até mesmo das injustiças sociais cometidas pela às instituições do Estado. Desde sempre é uma coletividade, uma associação ou um grupo de pessoas da mesma idade, da mesma geração ou que passaram pelo mesmo ritual que se organizam para fazer atividades e reuniões de camaradas da mesma faixa etária, para fins sociais e/ou de confraternização (SEMEDO, 2010). Entretanto, a *mandjuandadi* é um espaço político, social e econômico com características próprias, de membros predominantemente mulheres, na sua estrutura central normalmente possuem uma Rainha e um Rei, que são eleitos pelos demais membros do grupo.

De acordo com a Peti Mama Gomes (2019) os grupos associativos de mulheres são uma ferramenta pela qual estas mulheres se organizam por meio de solidariedade ou ajuda mútua com intuito de solucionar problemas comuns das suas vidas diárias. Essas organizações são autônomas em relação às políticas estatais e são baseadas numa produção alternativa ao

capitalismo, isto é, um trabalho baseado na coletividade. “Sendo assim, uma rede de mulheres que junto para fazer o que gostam, destaca-se a chamada economia solidária, cujos pilares são: igualdade, solidariedade e proteção ao meio ambiente e é implantada, geralmente, nas cooperativas de trabalhadores” (GOMES, 2019, p. 71). Nelvina mostrou que quando ocupava o cargo de ministra da agricultura e floresta ela teve uma atenção muito particular em relação a estas mulheres.

*A nível do governo eu gostaria só de salientar que enquanto ministra da agricultura e floresta tive uma atenção muito particular em relação às mulheres, isto porque mais de 55 % da força do trabalho do campo na Guiné-Bissau são constituídas pelas mulheres e, infelizmente não são devidamente reconhecidas, então, [...] . Uma boa parte da minha atenção foi focalizada em aliviar primeiro a carga do trabalho sucessiva que estas mulheres suportam- estas mulheres levantam-se desde das 4 e 5 da manhã para ir buscar a água, para trazer a lenha, para poder cozinhar aquela comida logo de manhã [...], fiz várias visitas ao interior do país, deslocações às regiões e, sempre com uma atenção especial para grupos das mulheres de associações cooperativas femininas. E tivemos também ocasião de fazer a distribuição de equipamentos que tínhamos no ministério da agricultura: tratores, moto cultivadores, máquinas de pilar, tudo para aliviar a carga do trabalho das mulheres. Portanto, fizemos esta distribuição de equipamentos que estavam no ministério há muitos anos-não foi comigo, mas infelizmente os anteriores titulares não acharam por bem fazer a sua distribuição. Então eu elegi como grupo prioritário as mulheres- e foram elas que receberam estas máquinas. Vocês podem imaginar, uma mulher que tem as mãos cheias de calos de tanto pilar ter acesso a uma máquina que pode fazer este trabalho por ela! quanto é que isso vai lhe aliviar para ela poder fazer outras coisas, concentrar-se nos filhos e concentrar-se em si própria que propriamente tem direitos, não é! Ir ao seu círculo de mandjuandadi fazer o seu [...], digamos assim, de ir ao seu círculo de alfabetização se quiser saber ler e escrever, portanto, liberta a mulher da carga do trabalho e permitir-lhe fazer outras coisas [...]. Julgo que este sim, não posso falar de legado que, é um bocadinho, pronto, elevado o termo - porque que não um legado exatamente, mas, foi uma qualquer coisa que me fez muito prazer fazer este gesto porque não custava nada os outros fizeram, mas pelo visto, era preciso ir uma mulher para o ministério para que isso acontecesse (Nelvina Barreto, em entrevista realizada no dia 14 de outubro de 2022 via Google Meet).*

Refletindo sobre a colocação de Nelvina, sua fala compreender os desafios atravessados por estas mulheres são várias e, mesmo assim, elas acabam construindo uma identidade coletiva e fortalecida umas nas outras. “Essas mulheres se identificam publicamente ora como “trabalhadoras independentes’ ou ‘produtoras’ e ‘comerciantes’, ora como ‘mulheres da zona urbana e rural’” (GOMES, 2019, p.58).

Portanto, estas organizações servem de um espaço de emancipação e de resistência das mulheres, em que elas acabam ganhando o poder e a voz dentro da comunidade, *tabanca* e a nível familiar, ou seja, na sociedade toda; uma das suas grandes preocupações é de solidarizar com as colegas através dos encontros e trabalhos feitos para arrecadar fundos, que podem ser emprestados por algum membro do grupo caso haja uma necessidade, principalmente econômica (GOMES, 2019).

Finalizo este capítulo afirmando que as experiências analisadas a partir das bibliografias destas seis mulheres, embora algumas mulheres pertençam a partidos políticos diferentes, apontam alguns pontos comuns, como da estrutura partidária patriarcal e machista de dominação e a respeito dos recursos econômicos como requisitos básicos para ascensão na política. É importante ressaltar que todas estas mulheres pertenciam a uma classe econômica média alta, escolarizadas e politizadas, e todas viviam na zona urbana do país.

Portanto, o trabalho não tem a intenção de trazer uma discussão calorosa sobre todas as mulheres do país. Os relatos trazidos aqui foram baseados a partir de um perfil da categoria específica das mulheres que estão na política guineense e as próprias conclusões chegadas dizem respeito a um grupo específico. Assim, colocam-se desafios de compreender os relatos de outras mulheres a partir do que Figueiredo e Gomes (2016) denominaram de “As outras vozes”, quando se referiam à invisibilidade das vozes femininas na história da libertação da Guiné-Bissau. Nesse caso, utilizo a terminologia “as outras vozes” para mostrar a necessidade de trazer reflexão mais aprofundada das outras possibilidades de ser mulher fora da conjuntura política estatal e partidárias.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa procuramos descrever “DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU: um estudo a partir das narrativas das mulheres”, ao longo do trabalho analisamos a configurações e características do processo da construção e da consolidação do Estado democrático no país e a invisibilidade das mulheres nos lugares de destaque dentro deste aparelho estatal, isto é, no poder legislativo e a nível ministerial do governo.

Iniciamos o estudo com a preocupação de compreender as causas subjacentes da sub-representação feminina na política ativa da Guiné-Bissau depois da sua afirmação como um Estado democrático e de direitos igualitários. Para contextualizar o processo, foi necessário fazer uma retrospectiva sociocultural e política desse território. Lembrando que a Guiné-Bissau se consolidou como um Estado depois de várias décadas de luta, da resistência e de perdas de vidas causadas pela luta armada contra o usurpador colonial português. Ao compreender o processo de movimento para luta armada que tinha como o único objetivo afastamento do domínio colonial, apontei o papel que as mulheres desempenharam juntamente com os homens para efetivação deste objetivo, em que quase andavam em pé de igualdade.

Após a independência do país, o Estado que sucedeu o regime colonial não consegue abdicar da lógica repressiva de governação porque a consciência política da população guineense é despertada na base da opressão. Essa lógica opressora vai impactar na construção e afirmação do território guineense enquanto um Estado soberano em que a consciência opressora dos líderes é vista como um símbolo e sinônimo dos heróis e bravura. Essa conduta influenciou a transição política do partido-Estado (sistema único da governação) para o multipartidarismo, fazendo com que não houvesse debates suficientes que estimulasse um modelo democrático a partir da realidade endógena da diversidade da população guineense, apenas preocupou-se em adotar o modelo europeu de representação (Monteiro, 2013).

Contudo, a Guiné-Bissau é um país multiétnico, mas em nenhum momento as entrevistadas acharam que a etnia é um meio para ascensão de mulheres na política. Ainda deixo claro que a pertença étnica não influencia na composição da estrutura central dos partidos políticos, mas apenas nas estruturas regionais e setoriais, nas quais muitas das vezes é colocado um líder pertencente a etnia predominante daquela região ou setor de uma forma estratégica a fim de atrair mais votos para o partido. Já na estrutura central dos partidos políticos essa conduta de votos étnicos será influenciada pela pertença étnica do líder máximo, ou seja, o dirigente máximo de cada partido pode influenciar no âmbito de votos étnicos. Assim, como afirma

Bernard Manin (1995, p. 10-21) “o sentimento de pertencimento e identidade social determina mais as atitudes eleitorais do que a adesão ao programa político de um partido”.

Verificamos que ao longo do processo da democratização, as mulheres foram sub-representadas em todos os aparelhos representativos do Estado. Isso despertou grandes debates e reivindicações por parte das mulheres e ativistas por direitos políticos das mulheres que trabalham para que haja uma governação paritária. Depois de vários anos de lutas e reivindicações, só em 2018, pela primeira vez na história do país, foi criada a primeira lei que coloca a obrigatoriedade de os partidos políticos de incluir 36% das mulheres nas listas de candidaturas para os cargos legislativos com o propósito de ampliar a representatividade feminina nesse cenário e corrigir as injustiças sociais contra as mulheres. Essa pauta foi levantada pelas poucas mulheres que estão na Assembleia Nacional Popular por via da sua organização “Rede das Mulheres Parlamentares” e Plataforma Política das Mulheres junto com algumas organizações não governamentais (ONGs) das mulheres apoiadas pelos organismos das Nações Unidas.

Antes disso, não havia nenhuma lei, nenhum enquadramento jurídico que incentivasse e contemplasse a mulher como um elemento importante e que reconhecesse as características específicas da mulher, o contributo para paz, para coesão social e solidariedade. Não obstante, com toda a luta desencadeada, a pesquisa aponta que a sua aplicabilidade é ineficiente e completamente fragilizada pelo protagonismo de *matchundadi* e machista do aparelho estatal da Guiné — não existem ações concretas que promovam esta inclusão. Mas vale lembrar que uma política mais proporcional, possibilitará que as meninas sonham mais livremente em conquistar esses espaços porque vão ver que as mulheres também se dão muito bem fazendo a política.

As próprias narrativas adquiridas pelas participantes por meio das experiências políticas acumuladas contribuíram para compreender que não se trata da falta de interesse das mulheres pela política, mas sim de fatores estruturais mais complexos caracterizados pela violência política do gênero; por exemplo, o desvio das verbas de cotas destinadas para candidaturas femininas nos partidos políticos. A mercantilização da política, em que aqueles que têm maior possibilidades econômicas acabam por dominar o aparelho estatal. E ainda temos que participar na política pode ser uma ameaça à saúde, à vida de uma mulher, até dos membros familiares. No decorrer da pesquisa, as entrevistadas relataram os diversos fatores que impedem que as mulheres e meninas de se interessarem por fazer a política ativa: a estrutura política contribui para que haja desigualdade, imaginário social da população e a maneira de socialização das meninas e meninos.

Como podemos perceber através das afirmações acima expostas nas falas das mulheres entrevistadas, o acúmulo dos trabalhos domésticos também é o motivo de afastamento das mulheres da política partidária, sobretudo, as que moram predominantemente nas zonas rurais e pertencem às classes mais baixas porque elas trabalham muito nas lavouras e são elas que cuidam da casa, dos filhos(as) e não têm tempo para se dedicar na política governamental no país. Essa cultura machista de responsabilizar as mulheres aos cuidados dos trabalhos domésticos vai reverberar nas distribuições das atribuições de papéis dentro da política governamental do país, fazendo com que, quando as mulheres participam, a maioria delas ocupa os cargos mais subalternos, uma vez que são vistas como indivíduos que estão lá para auxiliar nas tarefas logísticas, e não como aquelas que possam ser reconhecidas e ouvidas enquanto sujeitos ativos e do protagonismo político.

Diante destas multiplicidades de fatores que impossibilitam atuação política das mulheres, compreende-se que existe um descompasso entre a realidade e do que se pensa ou deseja, que de certa forma lança o grande desafio desta dissertação através destas reflexões por aqui deixadas com intuito de saber qual poderia ser a possibilidades futuramente para melhorar a participação das mulheres no cenário político. Seria educação profissional? Redução da carga horária dos trabalhos domésticos ou ter acesso aos partidos políticos? Como seria o protagonismo dessas mulheres nesses espaços, pois ao chegarem lá elas não são reconhecidas enquanto cidadãs que podem contribuir e concorrer aos cargos públicos e políticos de uma forma igualitária!?

Considerando o fator econômico como um dos obstáculos para a não indicação de mulheres para a cabeça de lista nos partidos, há toda necessidade de criar as políticas públicas pensadas para financiar as campanhas das candidaturas femininas. Feito isso, poderia minimizar um pouco esta angústia e possibilitar uma concorrência igualitária para os cargos públicos/políticos na estrutura governamental da Guiné-Bissau a fim de termos uma representação proporcional.

Ciente do período temporal que rege a norma da conclusão de dissertação do mestrado, a pesquisa não conseguiu esgotar a temática toda; revelaram-se algumas limitações que deram pistas para a continuidade de investigação para produção de alguns trabalhos científicos que alinham com esta perspectiva. Uma delas é a compreensão mais aprofundada sobre pautas que estas mulheres levantam a favor das outras mulheres que não estão na política. A outra é compreender também de maneira aprofundada as outras possibilidades da afirmação e da emancipação das mulheres fora da política institucional e estatal.



Concluimos o texto demonstrando que a compreensão da problemática em torno de desigualdades de gênero na política na Guiné-Bissau leva imediatamente a uma análise mais aprofundada sobre o processo da colonização e a emergência do Estado institucional moderno, que, quase em toda parte do mundo, conforma mulheres a uma estrutura que as relega ao espaço privado e doméstico e os homens ao público e liderança.

A pesquisa revela que ainda existe a falta de cumprimento dos dirigentes máximos do nosso país dos mecanismos da efetivação da lei da quota de paridade e promoção da igualdade entre homens e mulheres. Mas isso deve fortalecer cada vez mais as mulheres para lutar e incentivar outras a começar a educar seus filhos/as dando as mesmas oportunidades para que amanhã sejam mulheres capazes de enfrentar e saber defender a sua participação ou promoção em quaisquer lugares ou esferas de decisão, a nível público e privado, onde quer que estejam e que saibam que são iguais a homens quanto à capacidade para exercer qualquer função indicável ou promovida para tal. Que ela possa participar da forma paritária na liderança do país e expressar suas exigências para garantir melhores resultados políticos para outras mulheres e a sociedade em geral.

## 6.BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Ilídio. Presença da mulher africana ao sul do sara na cultura e na ciência: Questões de gênero. **Africana Studia**, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, n. 6, 2003. Disponível: [http://aleph.letras.up.pt/index.php/1\\_Africana\\_2/article/view/7141/6560](http://aleph.letras.up.pt/index.php/1_Africana_2/article/view/7141/6560) Acesso: 20/10/2022.

AMÍLCAR, Cabral. **Os fundamentos da alienação da mulher. IN:Revolução África: uma ontologia do pensamento marxista.** Org. Jones Manoel; Gabriel Landi Fazzio.-São Paulo. Autonomia Literária, 2019.

ANEME. Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas. Enquadramento Perspectivas de Desenvolvimento, Levantamento e Caracterização das Empresas Comerciais e Industriais: **Estudo sobre Guiné-Bissau.**Lisboa,abril 2018. Disponível em: [https://www.aneme.pt/site/wp-content/uploads/2018/07/ESTUDO\\_Guiné-Bissau-1.pdf](https://www.aneme.pt/site/wp-content/uploads/2018/07/ESTUDO_Guiné-Bissau-1.pdf) Acesso: 20.12.2022.

ASSUNÇÃO, Marcia Gomes. **Representação Política das Mulheres na Guiné-Bissau.** Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Internacionais. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2018.

BARROS, Filinto. **Testemunho.** Confeção, INACEP-Bissau, 2011.

BARROS, Miguel de; SEMEDO, Odete Costa. **Manual de capacitação das mulheres em matéria de participação política com base no gênero.** Bissau: UNIOGBIS – Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné Bissau, 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo o sexo. Vol. 2: a experiência a vivida,** Difusão Europeia do Livro, 1967.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos.** 2.ed. EDUFERN; São Paulo: paulus, 2010.

BORGES, Ecylla Saluy Moreira. **Estudo De Caso Em Gabú Será Que O Casamento Explica A Gravidez Precoce Das Jovens Islâmicas (Fulas E Mandingas)?** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação de Estudos Étnicos Africanos da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, Salvador, Bahia, 2009.

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. A dominação masculina/Pierre. Kühner. - 11° ed. - Rio de Janeiro. Tradução Maria Kühner. Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, jan- jul.2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/262594166\\_O\\_campo\\_politico](https://www.researchgate.net/publication/262594166_O_campo_politico). Acesso. 03.11.2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Polemial, Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: civilização Brasileira,2003.

CANDE MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**, Salvador, 2013.

CAOMIQUE, Gomes Policarpo. **O DEBATE SOBRE A CONDIÇÃO DA MULHER NA ÁFRICA SUBSAARIANA: ALGUNS APORTES TEÓRICOS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em sociologia) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB.05 de abril de 2021.

CARDOSO, Carlos. **Formação e recomposição da elite política em Guiné-Bissau: continuidades e rupturas (1910-1999)**. Comunicação no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, , 2004.

CARDOSO, Carlos. A formação da elite política na Guiné – Bissau. **Centro de Estudos Africanos Occasional Papers**: Lisboa-Portugal, 2002.

CARDOSO, Carlos. **A Formação da Elite Política na Guiné-Bissau. Centro de Estudos Africanos**. Lisboa, Portugal, 2002. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/38680294.pdf> Acesso: 20\12\2022.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. São Paulo: NEABI, 2020.

COLLINS, P.H.; SIRMA, Bilge. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **GÊNERO: uma perspectiva global**. São, Paulo: Nversos, 2015.

CRENSHAW, Kimberle. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. **Revista Estudos Feministas**, n.º 1, 2002.

DJATA, Bininba. **Desigualdade de gênero na política guineense pós-abertura democrática (1994-2014)**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Humanidades). Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção, 2018.

DOMINGUES CINTRA, D. Aparecida Lei Sones; CORREIA, Sanches Bernal Léia; TENO, Castilho Araújo Neide. Pesquisa narrativa: Uma metodologia para compreender experiências formativas. **Braz. J. of Develop**. Curitiba, v. 6, n. 9, p.66451-66463, sep. 2020.

DOVE, Nah. **Mulherismo africana: Uma teoria afrocêntrica**. Vol. 28, no 5. Maio, 1998.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2016.

FALA DI MINDJER. **As vozes das mulheres. Além da pressão social e das barreiras institucionais: o papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau**. 2018. Disponível:

[https://www.interpeace.org/wp-content/uploads/2018/03/2018-Guinea-Bissau\\_Fala\\_di\\_Mindjer-Web-v10.pdf](https://www.interpeace.org/wp-content/uploads/2018/03/2018-Guinea-Bissau_Fala_di_Mindjer-Web-v10.pdf). Acesso: 19.09.2022.

FERNANDES, Itelvina José. **UNAKÉ: RITUAIS DE TRANSIÇÃO DA MULHER BIJAGÓ DA GUINÉ BISSAU**. Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, 2021.

FIGUEIREDO, A.; GOMES, Patrícia Godinho **Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil**, 2016. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ref/a/JmRGJdv7d678THNVjbL7hvjv/?lang=pt> Acesso: 11.11.2022.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de Pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

GOMES, Patricia A Godinho. “As outras vozes”: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. **Odeere: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB**. Ano 1, número 1, janeiro – junho de 2016.

GOMES, Patrícia Godinho. O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar. In: **Outros Tempos**, vol. 12, n.19, 2015 p. 168-189.

GOMES, Patrícia Godinho. **Na senda da luta pela paz e igualdade. O contributo das mulheres guineenses Buala**. 2013.

Disponível:

[http://www.buala.org/pt/mukanda/na-senda-da-luta-pela-paz-e-igualdade-o-contributo-das-mulheres-guineenses#footnote27\\_glozrn5](http://www.buala.org/pt/mukanda/na-senda-da-luta-pela-paz-e-igualdade-o-contributo-das-mulheres-guineenses#footnote27_glozrn5).

Acesso: 03.12.2022.

GOMES, Peti Mama. **Mulheres em Associação na Guiné-Bissau: gênero e poder em Bobock e Bontche**. Redenção, 2019.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima, Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. SABERES LOCALIZADOS: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu (5)** 1995: pp. 07-41.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 6ª ed.;- São Paulo: Paz e Terra, 2013.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução: Bhuni Libanio. 14ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**; tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

LGDH. Liga Guineense dos Direitos Humanos. **Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2013/2015**. Bissau, 2016. Disponível em: [https://fecong.org/pdf/crianca/Relatorio%20sobre%20DH%20GB%202013\\_2015.pdf](https://fecong.org/pdf/crianca/Relatorio%20sobre%20DH%20GB%202013_2015.pdf) Acesso: 1.12.2022.

LOURO.Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. In: pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Org. Holanda H. Buarque. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. n. 29, 1995. Disponível em [http://anpocs.com/images/stories/RBCS/rbcs29\\_01.pdf](http://anpocs.com/images/stories/RBCS/rbcs29_01.pdf). Acesso em: 14 nov. 2022.

MANZINI, Eduardo José. **Considerações sobre a elaboração do roteiro para entrevista semiestruturada**. In: Maria Cristina Marquezzine, Maria Amélia Almeida, Sadao Omote (orgs.). Colóquios sobre pesquisa em educação especial. Londrina: Eduel, 2003. P 11-25. Disponível:: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Consideracoes\\_sobre\\_a\\_elaboracao\\_do\\_roteiro.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Consideracoes_sobre_a_elaboracao_do_roteiro.pdf) Acesso: 20.12.2022.

MBUNDÊ, Daiana Fernando. **A participação feminina no espaço de poder na Guiné-Bissau: uma abordagem sobre relações de parentesco/família no campo político**. Curitiba, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Joacine Katar. **A Cultura *di Matchundadi* na Guiné-Bissau: Género, Violências e Instabilidade Política**. Doutorado (Tese em Estudos Africanos) SCTE –Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. Novembro, 2017.

NAMONE, Dabana. **Educação tradicional e moderna na Guiné-Bissau e o impacto da língua portuguesa no ensino: caso das crianças da etnia Balanta-Nhacra de Tombali**. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras Araraquara, 2020.

OYÈWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PIMENTEL, Silva. **Convenção sobre a Eliminação de Todas Formas de Discriminação contra a Mulher (apresentação)**. In: Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas das Mulheres, 2006.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e idéias. **Lua Nova**, São Paulo, n.67, 2006, p. 15-47. Disponível:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/pSDrmVSqRqggw7GXhxBjCgG/?format=pdf&lang=pt> . Acesso: 03.11.2022.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Lei n.º 2/1991: Quadro dos Partidos Políticos**. 9 de maio de 1991. Disponível em:

<https://www.parlamento.gw/leis/legislacao/lei-quadro-dos-partidos-politicos>

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República**. Bissau: Assembleia Nacional Popular, 1996.

RUDEBECK, Lars. **Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau 1998-2000: um estudo da democratização difícil**. Uppsala 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTIAGO NETO. Reginaldo Umateb. **O papel das línguas portuguesa e guineense no sistema do ensino básico da Guiné-Bissau**. Licenciatura (Trabalho de conclusão do curso) UNILAB, 2021.

SCOTT, W.Joan. OS USOS E ABUSOS DO GÊNERO. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, pp. 327-351, dez. 2012.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica**. DH Net, 1985.

SEMEDO, Odete da Costa. **As Mandjuandadi: Cantigas de Mulher na Guiné-Bissau: da Tradição Oral à Literatura**. Tese de Doutoramento em Literaturas de Língua Portuguesa, Belo Horizonte, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010.

SEMEDO, Rui Jorge. **O Estado da Guiné-Bissau e os seus desafios político-institucionais**. Trabalho apresentado no 7ª Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE, 9-11 set. 2010.

SUCUMA. Arnaldo. VI. Breve história sobre a construção do Estado da Guiné-Bissau. 17.01.2012.

TÉ, Paulo Anós; MONTEIRO, Candé Odila Artemisa. Transição Democrática na Guiné-Bissau: uma análise sobre a mercantilização da democracia. **AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v.04, n.04, abril de 2020.

TEIXEIRA. Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o Estado**. Recife: 2015.

UNECA. **Relatório nacional sobre a aplicação/implementação da declaração e do plano de ação de Beijing**, 1995. Disponível:

[https://www.uneca.org/sites/default/files/.../guinea\\_bissau\\_beijing\\_report\\_0.pdf](https://www.uneca.org/sites/default/files/.../guinea_bissau_beijing_report_0.pdf)>. Acesso: 28. 11. 2022.

UNIOGBIS. **RELATÓRIO: O Direito Humano De Participar nos Assuntos Políticos e Públicos na Guiné-Bissau**. Janeiro de 2018 a julho DE 2019, UNIOGBIS 2019.

UNIOGBIS. Escritório Integrado Das Nações Unidas Para A Consolidação Da Paz Na Guiné-Bissau ( UNIOGBIS). Parlamento da Guiné-Bissau aprova lei para garantir representação política equilibrada em termos de género. 2018.

Disponível: <https://uniogbis.unmissions.org/en/guinea-bissau-parliament-passes-law-ensure-gender-balanced-political-representation-0>Acesso: 03.12.2022.

UNMUBIG, Bárbara. **“Política de gênero faz a diferença”**: O futuro da política feminista e da democracia de gênero na fundação Heinrich Boll. Heinrich Boll Stidtung, Berlim, 2007.

URBINATI, Nadia. Representação como advocacy: um estudo sobre deliberação democrática. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 9, n. 16, abr. 2010, p. 51-88. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2010v9n16p51> Acesso: 04.11.2020.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, 2006, p.139-190. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/346M4vFfVzg6JFk8VZnWVvC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 03.11.2022.